

**REVISTA
DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E
HISTÓRIA MILITAR
DO
BRASIL**



ANO 83 N° 114 2° SEM. 2024

ISSN 0020-3890



SUMÁRIO

EXPEDIENTE

O IGHMB foi fundado em 7 de novembro de 1936. Órgão Consultivo Oficial dos Assuntos de Geografia e História Militar reconhecido pelo Decreto nº 27.512, de 26 Nov 1949, e Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro pela Lei nº 2.217, de 28 Ago 1973.

Representante do Brasil na Comissão Internacional de História Militar

Presidente do IGHMB

Gen Bda Márcio Tadeu Bettega Bergo

Diretor e editor da Revista do IGHMB

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

1º Secretário do IGHMB

Cel Cláudio Luiz de Oliveira

Conselho Editorial

Prof. Dr. Sebastião Amoêdo de Barros

Prof. Dr. Manoel Rolph de Viveiros Cabaceiras

Cel Prof. Dr. Carlos Roberto Carvalho Daróz

Cineasta Prof. Ms. Daniel Mata Roque

Sede no Clube Militar

Av. Rio Branco, 251 – Centro

20040-009 Rio de Janeiro-RJ

Brasil

ighmb.org.br

revista@ighmb.org.br

2 – Editorial

4 – O fenômeno estratégico na atualidade
CMG Emílio Reis Coelho

25 – Padre Fernando Oliveira: um estrategista português
C Alte Guilherme Mattos de Abreu

46 – A Amazônia no pensamento da Marinha do Brasil:
formulações estratégicas e atuação nos anos finais
da Guerra Fria
Dr. Dilceu Roberto Pivatto Junior

71 – A ascensão dos Militares na Política: da República
Velha ao Estado Novo e os reflexos deste
movimento na formação política e social de Santa
Catarina - a Guerra do Contestado
Profª. Rosa Beatriz Madruga Pinheiro

101 – Guerra da Informação
Prof. Sebastião Amoêdo de Barros

122 – Guerra: a desumanização do homem
Prof. Henrique Corrêa Lopes

140 – A hora do rancho: higienismo e alimentação no
Exército Brasileiro (1908-1930)
Prof. Luciano Bastos Meron Neves

163 – O Marquês de Caxias e a reorganização do Exército
no Paraguai: o renascimento da Tríplice Aliança
Cel FAB João Rafael Mallorca Natal

A Revista do IGHMB é um periódico científico para difusão acadêmica, não possui fins lucrativos e não pode ser comercializada. Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

O uso de imagens (fotos, desenhos, mapas etc) deverá observar rigorosamente as prescrições da legislação referente aos direitos autorais, e as respectivas fontes citadas. No caso de imagens protegidas, os autores deverão possuir as respectivas permissões de uso, entregando uma cópia para arquivo do IGHMB.

Estão autorizadas as transcrições integrais ou parciais das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Por imposição do espaço, a redação do artigo poderá receber pequena modificação, sem alterar o seu entendimento e a sua compreensão.

Editorial

É com grande honra que apresentamos mais uma edição da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, uma publicação semestral dedicada ao estudo profundo e interdisciplinar dos temas que moldam a pesquisa da história militar, e das dinâmicas geopolíticas e estratégicas contemporâneas.

Desde a sua fundação, o Instituto tem desempenhado um papel fundamental na disseminação

do conhecimento sobre história militar, geografia militar, geopolítica, estratégia e relações internacionais.

Nesta edição, destacamos o tema central que permeia os artigos: a Estratégia. Em um

mundo em constante evolução, compreender as estratégias militares e geopolíticas torna-se cada vez mais crucial. Os artigos aqui reunidos oferecem análises aprofundadas e perspectivas diversificadas sobre os desafios e oportunidades que definem as estratégias contemporâneas, abrangendo desde a teoria até estudos de caso concretos.

Cada contribuição reflete não apenas o compromisso acadêmico e cien-

tífico dos autores, mas também a relevância prática e operacional das questões abordadas. Da análise de conflitos históricos à exploração das novas fronteiras da segurança global, nossa revista continua a ser um fórum





vital para o debate e a reflexão sobre os assuntos que moldam o panorama internacional.

Ao lançarmos esta edição, renovamos nosso compromisso em promover o diálogo entre acadêmicos, estrategistas e profissionais militares, proporcionando um espaço para a troca de ideias e a construção de conhecimento que transcende as fronteiras nacionais. Esperamos que esta leitura seja não apenas informativa, mas também inspiradora, incentivando novas análises e contribuições para o campo da segurança e defesa.

Junte-se a nós nesta jornada intelectual, enquanto exploramos as complexidades da estratégia e sua aplicação no contexto contemporâneo. A Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil continua a ser um farol de conhecimento e um ponto de encontro para todos aqueles interessados no estudo das questões militares e estratégicas.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Carlos Daróz – Coronel
Doutor em História
Editor da Revista do IGHMB.



O fenômeno estratégico na atualidade

Emílio Reis Coelho ^a

Resumo: As múltiplas transformações ocorridas desde o advento da arma nuclear afetaram profundamente o campo dos Estudos de Defesa e Segurança – destaca-se a diminuição do número de guerras entre Estados e o aumento das insurgências e insurreições. Nesse sentido, este ensaio aborda o fenômeno estratégico contemporâneo, destacando seus aspectos convencional, irregular, nuclear e cibernético. Além disso, discute se, no panorama atual, os fundamentos da teoria da guerra permanecem os mesmos. O texto conclui que, apesar das significativas mudanças sociais, econômicas e tecnológicas observadas ao longo das últimas décadas – como a chegada da Era da Informação –, não houve alteração na natureza intrínseca da guerra.

Palavras-chave: Guerra Convencional; Guerra Irregular; Guerra Nuclear; Guerra Cibernética.

INTRODUÇÃO

As transformações sociais, econômicas e tecnológicas ocorridas desde o advento da arma nuclear e o fim da Segunda Guerra Mundial (2^a GM) afetaram sobremaneira o campo dos Estudos Estratégicos. Nesse sentido, podem ser observadas alterações importantes no ambiente internacional, notadamente, a dimi-

nuição do número de guerras entre Estados, e o aumento de conflitos de menor intensidade, como insurgências e insurreições.

Partindo desse ponto, este ensaio abordará o fenômeno estratégico hoje, destacando seus aspectos convencional, irregular, nuclear e cibernético.

Além disso, busca-se responder se, no panorama atual, os

^a Capitão de Mar e Guerra, mestre em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança.



fundamentos da teoria da guerra permanecem os mesmos, ou se cabe falar em novos tipos de guerra.

GUERRA CONVENCIONAL

Neste item serão comentados três dos principais aspectos que envolvem o preparo e o emprego das forças armadas para a guerra convencional: o sistema moderno de combate; a questão da profissionalização dos exércitos; e a adequabilidade dos inventários militares para o atendimento das demandas impostas pelo cenário vigente.

a) O Sistema Moderno de Combate

Observa-se que, pelo menos desde 1900, o fator que mais se destacou no campo de batalha foi o aumentado da letalidade. É o que Stephen Biddle chama de “Sistema Moderno de Combate”: o uso de abrigos, ocultação, dispersão, supressão, manobra independente de pequenas unida-

des e o emprego de armas combinadas – no nível tático¹ –; além do uso da defesa em profundidade, das reservas e da concentração de tropas – no nível operacional da guerra². Destaca-se que há uma lacuna crescente de poder militar entre os Estados que possuem, e aqueles que não possuem a capacidade de implementar o sistema moderno em combate³.

Por outro lado, muitos acreditam que prevalecerão na batalha os Estados mais populosos, mais ricos, ou mais industrializados; ou ainda aqueles que possuem forças armadas maiores e/ou que executem maiores gastos militares. Biddle defende que, na verdade, a relação entre poderio econômico e a real capacidade militar é muito mais fraca do que comumente se pensa⁴. Ou seja, a doutrina – o como fazer as coisas – pode fazer a diferença na batalha, mesmo quando diante de um adversário numérica ou tecnologicamente superior.

Nota-se que a Primeira Guerra Mundial introduziu o



problema central da batalha moderna: como conduzir operações militares significativas, em face de um imenso poder de fogo. A resposta foi o sistema moderno de emprego de forças: reduzindo a exposição da tropa ao fogo hostil, enquanto se facilita o próprio movimento e diminui-se a velocidade do deslocamento inimigo. Assim foi quebrado o impasse das trincheiras no final daquela guerra, definindo-se, a partir daí, o padrão a ser seguida na condução das operações militares. Cabe notar que o sistema moderno manteve sua importância ao longo do tempo, mesmo diante das enormes mudanças tecnológicas ocorridas desde então⁵.

No campo militar, essas mudanças podem ser divididas em três aspectos principais: o aumento do poder de fogo, da mobilidade e do volume de informações. Sobre o primeiro fator – o poder de fogo –, nota-se que as recentes guerras no Kosovo (1998-1999) e no Afeganistão (2001-2021) demonstram que abrigar a tropa adequadamente

continua sendo uma medida eficaz, mesmo contra forças aéreas modernas, dotadas da mais alta tecnologia. Mais ainda, a incapacidade de os meios aéreos de permanecer por longo tempo na cena de ação continua a limitar as possibilidades desses meios na destruição de alvos operando sob o sistema moderno – que buscam cobertura e abrigo, lá permanecendo até que estejam livres da ameaça aérea. É verdade que a taxa de letalidade das armas continua aumentando, mas esse aumento tem se apresentado de forma mais lenta para aqueles que empregam o sistema moderno de combate⁶. Com o aumento da capacidade dos Veículos Aéreos não-Tripulados (VANT, ou drone) e seu emprego cada vez maior em combate, cabe acompanhar quais os impactos que esse novo recurso trará para o sistema moderno.

Quanto à mobilidade, nota-se que o aumento de velocidade dos meios destacou ainda mais a importância do sistema moderno, especialmente no nível ope-



racional, e para o partido que busca se defender. Para esses últimos, reduzir a velocidade de deslocamento do atacante está no cerne do emprego do sistema moderno. Nota-se que as táticas ofensivas, dentro daquele sistema, requerem a execução de cuidadosas operações de esclarecimento⁷ (antes e durante a batalha), além de um planejamento detalhado que permita a melhor coordenação entre as unidades de manobra e de apoio de fogo. Desse modo, o sistema moderno impõe uma série de limitações de velocidade de avanço, que têm pouco a ver com a capacidade nominal dos meios envolvidos. Nesse sentido, as aeronaves de asa fixa e os mísseis de longo alcance são exceções importantes, já que podem sobrevoar as defesas terrestres e atacar atrás das linhas inimigas, em altas velocidades, e sem aviso prévio. Porém, contra um adversário operando em sistema moderno – empregando a cobertura e a ocultação – o impacto causado pelo ataque de aeronaves e de

mísseis não se mostrou, até hoje, decisivo⁸.

Sobre a questão da informação, destaca-se que, embora a capacidade de C4ISR (Comando, Controle, Comunicações, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento)⁹ seja sempre importante, ela só é determinante contra forças armadas operando em sistemas não modernos, quando será possível, por exemplo, tomar-se conhecimento prévio do posicionamento de defesas em profundidade, ou de pontos de concentração para ataque, por meio do emprego das capacidades daqui discutidas. Por outro lado, as informações oriundas da vigilância e do reconhecimento se apresentaram sempre com muitas lacunas, e não há previsão para que esse problema seja resolvido. Como resultado, é inevitável que haja algum grau de ambiguidade nas informações sobre o posicionamento e as intenções de uma eventual força inimiga. Mais ainda, essas ambiguidades dão espaço a distorções cognitivas e



organizacionais, que podem vir a produzir ainda mais erros. Assim, a surpresa em combate geralmente não é devida à falta de informação em si – ela ocorre, na verdade, quando informações verdadeiras, mas ambíguas, são mal interpretadas ou mal compiladas. Atualmente – apesar de todos os avanços, e muito em função deles –, a sobrecarga de informações apresenta-se como um problema crescente, principalmente quando sob o estresse emocional, o perigo, e a fadiga, inerentes ao conflito armado¹⁰.

b) A Questão da Profissionalização dos Exércitos

O Serviço Militar Obrigatório (SMO) continua a ser a forma mais difundida de recrutamento. Porém, especialmente entre as nações desenvolvidas, é clara a tendência no sentido da profissionalização da tropa. Nos EUA, por exemplo, o SMO foi extinto em 1973 – muito em função do trauma oriundo da Guerra do Vietnã (1965-1973) –, sendo compensado pela utilização in-

tensiva de tecnologia. A iniciativa norte-americana foi seguida por vários países (Canadá, França e Itália, entre outros), preocupados em garantir a efetividade militar em um ambiente cada vez mais exigente em termos tecnológicos e, ao mesmo tempo, avesso ao emprego de grandes parcelas de sua população em atividades militares. Nesse sentido, a Guerra do Golfo (1991) é uma evidência importante no que diz respeito ao confronto entre tropas profissionais, e dotadas dos mais avançados recursos tecnológicos, e forças intensivas em pessoal. Aquele evento trouxe, como conclusão, que, em um confronto convencional, “a tecnologia de ponta empregada por forças profissionais multiplica exponencialmente seu poder combatente, relativizando o conceito da eficiência dos grandes exércitos de conscritos”¹¹.

No caso do Brasil, prevê a Estratégia Nacional de Defesa (END) que:



Deverá ser mantido o caráter obrigatório do Serviço Militar, por ser uma das condições para que se possa mobilizar a população brasileira em defesa da soberania nacional, além de servir como instrumento de integração, de coesão e de afirmação da unidade nacional, independentemente de classes sociais, uma vez que gera oportunidades de aprimoramento pessoal e profissional e incentiva o exercício da cidadania [...]. Deverá ser observado seu caráter educativo, social e profissionalizante, de modo a entregar à sociedade cidadãos comprometidos com o País e mais bem preparados para o mercado de trabalho, e militares qualificados e motivados para bem servir à Pátria¹².

Observa-se que o Brasil insiste no modelo do SMO – apresentando, para tal, justificativas que em muito se afastam daquilo que deveria ser a atividade fim da força militar, como o caráter educativo e social envolvido naquele modelo de recrutamento – pondo em risco a capacidade de o país se contrapor a um eventu-

al oponente que possua forças militares profissionais. Vale lembrar da Guerra das Falklands/Malvinas, ocorrida no entorno estratégico brasileiro¹³, em 1982, quando os conscritos argentinos não tiveram chance, ao enfrentar a tropa profissional britânica.

c) A Adequabilidade dos Inventários Militares

Neste terceiro e último tópico relativo à Guerra Convencional, observa-se que, desde que foi desenvolvida a arma nuclear, diversos meios e equipamentos militares de alto custo foram projetados e construídos, mas não viram o emprego em combate – ou vieram a ser empregados em missões de natureza mais simples, para as quais outros meios, muito mais baratos, poderiam ter sido utilizados. Nessa categoria, encontram-se algumas classes de navios de combate e aeronaves de ataque, entre outros¹⁴.

Especificamente sobre as forças aéreas, nota-se que a ex-



periência da 2ª GM desacreditou decisivamente as ideias dos primeiros teóricos do Poder Aéreo¹⁵, os quais defendiam que o bombardeio estratégico poderia decidir de forma independente os conflitos armados. Tais teorias vão na contramão dos ensinamentos do general Carl Von Clausewitz (1780-1831)¹⁶, ao rejeitar a necessidade de uma batalha decisiva contra as tropas adversárias; supor que os avanços tecnológicos são capazes de sobrepujar as demandas da política; e desprezar a “névoa da guerra”. Essas ideias, porém, permaneceram guiando muitas Forças Aéreas em uma direção que não corresponde às reais necessidades dos seus respectivos Estados, enfraquecendo outros aspectos do Poder Aéreo, como a capacidade de interdição e o apoio aéreo aproximado¹⁷.

Comentários semelhantes podem ser redigidos a respeito das forças navais que, a despeito do cenário estratégico que as cercam, muitas vezes optam por copiar modelos estrangeiros que

não lhes dizem respeito. Observa-se também o “culto” a meios e sistemas de combate que não atendem às suas necessidades, e que nem mesmo são capazes de manter – como é o caso do “sonho” de operar um porta-aviões ou um submarino de propulsão nuclear, compartilhado por muitas marinhas.

Nesse sentido, o prof. Dark Costa relembra que “a política é a arte de estabelecer objetivos. A estratégia é a arte de se empregar o poder para se alcançar os objetivos colocados pela política. O poder é a conjunção dos meios que se dispõe para se atingir os objetivos – diplomáticos, militares, políticos, jurídicos, econômicos e psicossociais”¹⁸. Ou seja, para a implementação de uma estratégia que seja adequada aos interesses de um Estado (caminhos, ou *ways*), não se pode perseguir a montagem de inventários militares (meios, ou *means*), que não façam sentido à luz dos objetivos políticos que aquele Estado busca alcançar (fins, ou *ends*).



GUERRA IRREGULAR

Desde o final da 2ª GM e, especialmente, a partir do fim da Guerra Fria (1947-1991), observa-se uma maior incidência de conflitos irregulares¹⁹, em comparação com as guerras entre Estados, com crescente importância de atores armados não estatais nesse contexto. O fim dos impérios coloniais e a disseminação de insurgências, guerras civis e revoluções, deram origem a inúmeros conflitos de baixa intensidade; com os exércitos – formados e treinados a partir do paradigma dos conflitos da Era Industrial – revelando-se inadequados e ineficazes. Nesse sentido, a Guerra do Golfo marcou em definitivo o fim dos conflitos daquela Era, e o início da Era da Informação²⁰.

Pode-se afirmar que, além de ser um fenômeno político – conforme apresentada por Clausewitz –, a guerra é um fenômeno social. Mais ainda, que as transformações na forma como elas se apresentam, decorrem, princi-

palmente, de alterações na esfera social. Assim, é preciso analisar e buscar entender como essas mudanças afetam o surgimento e o desenrolar das guerras²¹.

Destaca-se que a grande maioria dos conflitos ocorridos desde o fim da Guerra Fria podem ser caracterizados como uma sequência de perturbações intraestatais, envolvendo especialmente as questões étnicas e religiosas. Na sequência, a Guerra ao Terror – desencadeada pelos EUA, após os atentados do 11 de Setembro –, com a invasão do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003), corroborou um papel cada vez mais relevante desempenhado por grupos rebeldes e organizações terroristas²².

Mais ainda, observa-se que, nas últimas décadas, a aplicação do poder militar convencional tem se revelado ineficaz e contraproducente. Como exemplo, a citada invasão norte-americana do Afeganistão, em 2001, teve como propósito retirar o Talibã do poder e eliminar os integrantes da Al-Qaeda, que encontra-



vam abrigo sob aquele governo. Porém, ao final da década de 2010, após muitos anos de uma custosa ocupação, o Talibã continuava a controlar extensa área daquele país – maior, na verdade, do que possuía quando da chegada dos EUA ao país. Mais ainda, com a invasão do Iraque, em 2003, foi desestabilizada toda aquela frágil região. Como consequência, beneficiou-se o Irã, maior adversário dos EUA no Oriente Médio. Conforme comenta o coronel Visacro, “observa-se que os parcos resultados alcançados nos níveis político e estratégico contrastam fortemente com os êxitos táticos conquistados nos campos de batalha”²³.

Nota-se que o prof. Dark Costa apresenta uma visão complementar, sob o olhar do mais fraco, ao notar que “ninguém vence um inimigo mais forte pela força, mas, sim, devido a uma causa justa e através de uma liderança dedicada. Todo ato de guerra é um trabalho de equipe. Líder e liderados, planejadores e operadores, todos trabalham em

conjunto. A ligação entre comando e execução é importantíssima”. Nesse sentido, a guerra irregular pode ser vista como um conflito onde muito depende da motivação e da capacidade de liderança de seus idealizadores que, ao mesmo tempo, devem ser também grandes táticos e estrategistas, capazes de usar a favor de seu movimento o tempo e o espaço, mesmo diante de um adversário de muito maior força militar²⁴.

Assim, apesar do muito que se tem escrito e discutido sobre o caráter dessas “novas guerras”, este autor defende que se trata, na verdade, do “calor do momento”, atraindo a atenção na direção do problema em curso. Percebe-se, na verdade, que o confronto irregular sempre esteve presente, e que pode ser visto em diversos momentos históricos: seja na resistência prussiana aos exércitos napoleônicos; na luta do povo do Vietnã contra o intruso estrangeiro; seja nos atentados promovidos pelos iraquianos que querem expulsar de sua terra os



invasores, não há, na verdade, nada de novo no *front*.

ESTRATÉGIA NUCLEAR

Desde meados do século passado, nenhum outro fenômeno influenciou tanto a teoria e a prática da estratégia como a arma nuclear. Mais ainda, após o advento desse artefato, o conceito de dissuasão passou a ser central em todo o discurso estratégico, sendo bastante debatido ao longo de toda a Guerra Fria²⁵. Assim, cabe aqui comentar, brevemente, alguns pontos importantes acerca da dissuasão nuclear e das possibilidades de emprego dessa arma.

Nota-se que, em 1947, o termo “contenção” foi introduzido pelo diplomata norte-americano George Kennan, inspirando a Doutrina Truman²⁶ e o pensamento estratégico dos EUA ao longo de todo o conflito bipolar^{27 28}. Na sequência, aquele Estado, sob a presidência de Eisenhower (1953-1961), lançou a

doutrina da “retaliação em massa”²⁹ – expressão concebida, em 1954, por John Foster Dulles, então Secretário de Estado norte-americano. Foi uma doutrina altamente inflexível, que não oferecia outra resposta senão uma guerra nuclear total à URSS. Dessa forma, colocava em xeque o compromisso dos EUA com seus aliados, uma vez que um governo dificilmente irá se lançar em uma guerra total, a fim de defender um povo que não seja o seu³⁰.

Daí, no governo seguinte, de J.F. Kennedy (1961-1963) – sendo Robert McNamara o Secretário de Defesa –, foi apresentada uma nova proposta, a da “resposta flexível”³¹: “A reorientação trazida pela *flexible response* contribuiu para minimizar o problema da credibilidade do compromisso dos EUA junto aos seus aliados [...] Naquele governo, a noção de destruição mútua assegurada (*mutual assured destruction* – MAD) dominaria o debate”³².



Nesse ponto, cabe destacar que o grau em que as relações de dissuasão foram institucionalizadas durante a Guerra Fria foi anômalo. Ou seja, ameaças condicionais são uma forma regular de comunicação entre os Estados, mas atuam normalmente em conjunto com outras formas, e é o seu impacto combinado ao longo do tempo que deve ser avaliado e compreendido. Sobre essa questão, Freedman propõe uma abordagem baseada não apenas nas normas vigentes, mas que seja norteada também pelos interesses dos partidos em disputa. Assim, “aqueles que pretendem prejudicar certos interesses bem definidos, devem saber as consequências”³³. Destaca-se que a dissuasão tende a funcionar melhor quando aqueles a serem dissuadidos são capazes de agir racionalmente, e quanto mais ambos os lados compartilham de uma estrutura normativa semelhante. Por outro lado, após os atentados do 11/9, os EUA passaram a enfatizar a necessidade de realizar, quando necessário,

ataques preemptivos, defendendo que nem todas as ameaças poderiam ser detidas apenas por meio da dissuasão³⁴.

Sobre a situação corrente, Talmadge alerta que os Estados Unidos e a China correm o risco de iniciar uma guerra nuclear, por conta da adoção de estratégias inadequadas. Nesse sentido, é desejável que se estabeleça uma melhor comunicação melhor entre aqueles Estados, porém, o verdadeiro desafio é o de “desbloquear as engrenagens escalatórias dentro dos planos de guerra atuais”³⁵. Desde o fim da Guerra Fria, a abordagem dos Estados Unidos para o enfrentamento dos conflitos tem sido simples: atacar o território inimigo em profundidade, a fim de incapacitar rapidamente os principais recursos militares do oponente, a um custo mínimo, especialmente em vidas de soldados norte-americanos – vide a atuação daquele Estado no Afeganistão (2001), no Iraque (2003) e na Líbia (2011), por exemplo³⁶.



Porém, em função da distribuição do arsenal nuclear chinês ao longo do território do país – disposto muitas vezes em conjunto com os sistemas convencionais de defesa –, uma grande campanha militar dos EUA visando às tropas da China ameaçaria também o seu arsenal nuclear, podendo levar os chineses a utilizá-lo, enquanto isso for possível. A partir dessa perspectiva, conclui-se que será difícil limitar a escalada de uma guerra que envolva diretamente esses dois países. Uma saída é que eles se concentrem em administrar as tensões políticas, econômicas e militares que podem levar a um eventual conflito, como as questões relacionadas a Taiwan, por exemplo. Observa-se que, até hoje, a China mantém o discurso de “não usar primeiro”³⁷ o armamento nuclear, afirmando que seu arsenal só será empregado em autodefesa^{38,39}.

Outro *player* importante na arena atual é a Rússia, que também vem modernizando seu arsenal nuclear. Segundo Olikier,

Moscou acredita que qualquer grande guerra contra os Estados Unidos resultará em um ataque nuclear maciço dos norte-americanos, por isso quer garantir uma poderosa capacidade retaliatória, a fim de dissuadir um primeiro ataque americano. Desse modo, os russos estão investindo em um arsenal de modernas armas nucleares táticas, de baixo rendimento, que poderiam ser usadas em uma guerra nuclear limitada – uma estratégia apelidada de “escalar para desescalar”⁴⁰. Para aquele autor, Washington deveria também desenvolver mais armas nucleares táticas, para uso no campo de batalha, ou corre o risco de ser derrotado em uma guerra futura. Nesse sentido, “a política de ambiguidade deliberada da Rússia estaria alimentando a apreensão em Washington, levando a um perigoso ciclo de escalada”^{41 42}.

Cabe notar que, a partir de 1972, uma série de acordos de controle de armas entre Moscou e Washington permitiu que cada lado reduzisse o tamanho de seu



arsenal, e eliminasse os sistemas de armas que o outro considerava provocativos. Com o fim da Guerra Fria, os dois lados fortaleceram seu compromisso com a redução de armas, e diminuíram significativamente os seus arsenais. Ainda hoje, enquanto a Rússia e os Estados Unidos estão modernizando seus programas nucleares e desenvolvendo novas capacidades, os dois países observam o cumprimento do novo tratado START⁴³, de 2010, que os impede de instalar mais de 1.550 ogivas estratégicas cada. Por outro lado, em 1993 – pouco depois do fim da Guerra Fria –, a Rússia abandonou a sua antiga posição de "não usar primeiro", citando a fraqueza de suas forças convencionais como o principal motivo para tal⁴⁴.

Na sequência, em 2000, a Rússia atualizou sua doutrina militar para permitir a escalada nuclear contra forças inimigas convencionais, em situações consideradas críticas para a segurança nacional daquele Estado⁴⁵. Do lado ocidental da disputa,

cabe mencionar ainda que a Revisão da Postura Nuclear de 2018, do Pentágono⁴⁶, argumenta que os Estados Unidos devem estar preparados para um primeiro uso nuclear, limitado, por parte de Moscou, em qualquer eventual confronto entre os dois Estados⁴⁷.

GUERRA CIBERNÉTICA

Para Richard Clarke, pode-se entender por ciber guerra as iniciativas empreendidas por um Estado para invadir computadores ou redes de informação, com o propósito de causar danos ou distúrbios. Trata-se, portanto, de um conceito que abrange atividades envolvendo instituições reconhecidas, além de possíveis choques entre dois ou mais países⁴⁸.

Como contraponto, apresentam-se abaixo as definições adotadas pelo Ministério da Defesa brasileiro (MD), em seu Glossário das Forças Armadas:



Defesa Cibernética - Conjunto de ações ofensivas, defensivas e exploratórias, realizadas no Espaço Cibernético, no contexto de um planejamento nacional de nível estratégico, coordenado e integrado pelo Ministério da Defesa, com as finalidades de proteger os sistemas de informação de interesse da Defesa Nacional, obter dados para a produção de conhecimento de Inteligência e comprometer os sistemas de informação do oponente⁴⁹. Guerra Cibernética - Corresponde ao uso ofensivo e defensivo de informação e sistemas de informação para negar, explorar, corromper, degradar ou destruir capacidades de C² do adversário, no contexto de um planejamento militar de nível operacional ou tático ou de uma operação militar. Compreende ações que envolvem as ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) para desestabilizar ou tirar proveito dos Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicações e Comando e Controle (STIC2) do oponente e defender os próprios STIC2. Abrange, essencialmente, as Ações Cibernéticas⁵⁰.

Percebe-se que o MD adota definições um pouco mais restritas que aquela proposta por Clarke, enfatizando os aspectos técnicos envolvidos. Desse modo, apresenta a questão cibernética mais como um instrumento, do que um tipo de guerra propriamente dita.

Nesse passo, Mynard comenta que não houve, até o momento, qualquer ciberataque que possa ser enquadrado na clássica definição de Clausewitz para “ato de guerra”. Na linha do pensador prussiano, para que se possa classificar um ataque como tal, é preciso que ocorra a ação violenta em sentido estrito. Por outro lado, Mynard alerta que, se um *hacker* – a serviço ou não de um governo – põe em baixa a distribuição de eletricidade de uma cidade como Chicago ou Moscou, no auge do inverno, a devastação causada pode ser bem maior do que a que ocorreria com o lançamento de bombas sobre aqueles locais⁵¹.

Nota-se que na ciberguerra podem atuar diversos atores –



estatais e não estatais, identificados e anônimos –, em um campo de atuação onde os fatores operacionais⁵² tempo e distância tornam-se quase que irrelevantes. Curiosamente, quando os governos possuem cibercomandos formalmente organizados, eles são anunciados quase sempre como unidades de função defensiva, não de ataque⁵³. Por fim, são apresentados abaixo, como exemplos, alguns dos mais emblemáticos casos de ciber guerra:

- Estônia (2007) – episódio que demonstrou a necessidade de se pensar sobre a segurança em um mundo cada vez mais conectado e dependente de computadores e celulares para as atividades mais corriqueiras;

- Geórgia (2009) – a ofensiva cibernética contra o país destacou as possibilidades oferecidas pela ciber guerra, como uma ação preliminar aos ataques convencionais;

- Conficker (2009) – tendo como alvo principal as forças armadas da França, foi mais uma

demonstração de que o ciberespaço estava se transformando em um campo de combate militar; e

- Stuxnet (2010) – um dos eventos mais conhecidos na área da guerra cibernética, o ataque do vírus Stuxnet e os danos causados ao programa nuclear iraniano motivaram uma discussão mais ampla sobre os limites entre a guerra e a paz, quando diante de ações dessa natureza⁵⁴.

Em alguns dos casos acima citados, a autoria dos ataques encontra-se já bem rastreada, mas discutir esse ponto não é do interesse deste ensaio. Na verdade, o que se quer ressaltar aqui é justamente a dificuldade de que sejam determinados, sem sombra de dúvida, os responsáveis por ações dessa natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão mais importante deste ensaio é a de que, apesar das significativas mudanças sociais, econômicas e tecnológicas



observadas ao longo das últimas décadas – como a chegada da Era da Informação –, não houve alteração na natureza intrínseca da guerra.

Cabe pontuar que o objeto aqui é a guerra em sentido estrito, ou seja, um conflito sendo travado para o atingimento de determinados fins políticos; com o emprego da violência armada; e que seja levada a cabo por grupos organizados.

Assim, a enxurrada de conceitos apresentados nos últimos anos – como “guerra híbrida”, “guerra de 4^a geração”, “novas guerras”, “pequenas guerras” etc. – nada mais são do que novas nomenclaturas que, ao fim e ao cabo, explicam basicamente os mesmos fenômenos estratégicos que estão presentes já há séculos: a guerra convencional, a guerra irregular, e a relação entre as mesmas.

O fato verdadeiramente novo, que trouxe profundos impactos ao estudo e à prática da estratégia, foi a arma nuclear. Essa questão – que alguns considera-

vam encerrada com o fim da Guerra Fria – também foi abordada neste ensaio e, conforme comentado, continua sendo da maior relevância para a disputa de poder entre as nações.

Por fim, é inegável a enorme evolução tecnológico-científica observada em tempos recentes, oferecendo aos estrategistas uma série de novos recursos e possibilidades técnicas – como as facilidades cibernéticas e de C4ISR. Se, por um lado, são importantes ferramentas, por outro, tem atraído muitos políticos, militares e acadêmicos, para a perigosa crença de que tais recursos podem, por si só, vencer as próximas guerras e atingir os objetivos políticos que se quer perseguir. Ao longo deste ensaio, tal ponto foi debatido e veementemente refutado, conclamando-se o leitor a se afastar das turbulências do momento presente e pensar a guerra em suas questões mais fundamentais que, conforme foi defendido, permanecem as mesmas.



BIBLIOGRAFIA

ALSINA JR., João Paulo. *Reflexões sobre a forma de recrutamento das Forças Armadas brasileiras e suas implicações para a Defesa Nacional*. In: Ensaio de Grande Estratégia Brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

BIDDLE, Stephen. *Military Power: explaining victory and defeat in modern battle*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Doutrina de Operações Conjuntas*. 2020. 2020a.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa* (encaminhada para apreciação do Congresso Nacional), 2020. 2020b.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Glossário das Forças Armadas*. 2015.

COSTA, Dark. *Os Novos Tipos de Guerra*. In: Cadernos de Estudos Estratégicos da ESG, n. 1, 2019.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). U.S. Naval Institute. *Pentagon 2018 Nuclear Posture Review*, 5 fev. 2018. Disponível em:

<https://news.usni.org/2018/02/02/2018-nuclear-posture-review>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

FARLEY, Robert. *Grounded: the case for abolishing the United States Air Force*. Lexington: University Press of Kentucky, 2015.

FREEDMAN, Lawrence. *Deterrence*. Cambridge: Polity Press, 2004.

MENDES, Flávio Pedroso. A construção do compromisso: a presença militar dos EUA na Europa durante a Guerra Fria. *Revista da EGN*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 2019.

MINGST, Karen A. *Princípios de Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 6ª edição (versão do Kindle), 2014.

MYNARD, Dilton. Considerações sobre a Ciberguerra. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl (Orgs.). *Por que a Guerra?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

OLIKER, Olga. Moscow's Nuclear Enigma: What is Russia's Arsenal really for? Do Nuclear Weapons Matter? *Foreign Affairs*, Congress, v. 97, n. 6, 2018.



TALMADGE, Caitlin. Beijing's Nuclear Option: Why a U.S.-Chinese War Could Spiral out of control. *Do Nuclear Weapons Matter? Foreign Affairs, Congress*, v. 97, n. 6, 2018.

UNION OF CONCERNED SCIENTISTS (UCS). *No-First-Use Policy Explained: What is a "No-First-Use" nuclear policy?* 7 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.ucsusa.org/>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

VISACRO, Alessandro. *A Guerra na Era da Informação*. São Paulo: Contexto, 2018.

NOTAS

¹ É elaborado o planejamento das Forças Componentes, a partir do planejamento do Comando Operacional ativado. Neste nível, são detalhados os planos e ordens para execução das "grandes operações" que representam as batalhas e engajamentos da campanha em seus respectivos ambientes de atuação. Cf. BRASIL, 2020a, 1º volume, p. 23.

² O Comandante Operacional elabora o planejamento militar da operação/campanha, com base no Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA) correspondente, bem como em diretrizes recebidas. Nesse nível, os principais conceitos estratégicos, objetivos e estado final desejados servem de base para o estabelecimento dos objetivos operacionais e das missões a serem atribuídas às Forças Componentes, observando a coerência com o Nível Estratégico (BRASIL, 2020a, 1º volume, p. 23).

³ BIDDLE, Stephen. *Military Power: explaining victory and defeat in modern battle*. Princeton: Princeton University Press, 2004, cap. 1.

⁴ *Ibid.*, cap. 2.

⁵ *Ibid.*, cap. 3.

⁶ *Ibid.*, cap. 4.



⁷ Operações efetuadas por aeronaves (incluindo os veículos aéreos não tripulados), navios, submarinos ou satélites, com o propósito de obter informações táticas e estratégicas a respeito do inimigo ou da área provável de operações. Cf. BRASIL, 2015, p. 104.

⁸ BIDDLE, op.cit., cap. 4.

⁹ Do inglês: “Command, Control, Communications, Computers, Intelligence, Surveillance, and Reconnaissance”.

¹⁰ BIDDLE, op.cit., cap. 4.

¹¹ ALSINA JR., João Paulo. *Reflexões sobre a forma de recrutamento das Forças Armadas brasileiras e suas implicações para a Defesa Nacional*. In: Ensaios de Grande Estratégia Brasileira. Rio de Janeiro: FGV, 2018, cap. 5.

¹² BRASIL, 2020b, item 3.4.

¹³ Área de interesse prioritário para o Brasil, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica. Ver BRASIL, 2020b, p. 77.

¹⁴ FARLEY, Robert. *Grounded: the case for abolishing the United States Air Force*. Lexington: University Press of Kentucky, 2015, p. 1.

¹⁵ Os mais importantes sendo Giulio Douhet (1869-1930), Hugh Trenchard (1873-1956) e Billy Mitchell (1879-1936).

¹⁶ Prussiano, vivenciou as Guerras Napoleônicas (1803-1815). É autor do *Da Guerra* (1832), sendo considerado um dos pensadores mais importantes para o campo dos Estudos Estratégicos.

¹⁷ FARLEY, op.cit., p. 2-4.

¹⁸ COSTA, Dark. *Os Novos Tipos de Guerra*. In: Cadernos de Estudos Estratégicos da ESG, n. 1, 2019, p. 18.

¹⁹ Vale destacar a definição de Guerra Irregular presente no Glossário das Forças Armadas brasileiras: “Conflito armado executado por forças não regulares ou por forças regulares empregadas fora dos padrões normais convencionais, contra um governo estabelecido (movimento revolucionário) ou um poder de ocupação (movimento de resistência)”. Cf. BRASIL, 2015, p. 136.

²⁰ VISACRO, Alessandro. *A Guerra na Era da Informação*. São Paulo: Contexto, 2018, p. 49-51.

²¹ Ibid., p. 25.

²² Ibid., 2018, p. 55.

²³ Ibid., 2018, p. 28.

²⁴ COSTA, op.cit., p. 26.

²⁵ FREEDMAN, Lawrence. *Deterrence*. Cambridge: Polity Press, 2004, p. 1.

²⁶ Em referência a Harry S. Truman (1884-1972), Presidente dos EUA entre 1945-1953.



²⁷ Cabe destacar que a contenção como política de Estado – que tratava do apoio norte-americano aos Estados ameaçados pela URSS e que incluía o uso de espionagem e de pressões econômicas – surgiu de uma relativa assimetria de forças na Europa, uma vez que, após a rendição do Terceiro Reich, as forças norte-americanas e britânicas rapidamente se desmobilizaram e partiram, ao passo que o Exército Vermelho lá permaneceu. Mais ainda, os EUA perceberam que não dispunham do poder necessário para coagir a União Soviética a retroceder para suas fronteiras anteriores à 2ªGM. Ou seja, a percepção era a de que os Estados Unidos não seriam capazes de reverter os eventuais avanços soviéticos. Quando muito, poderiam contê-los na Europa Oriental, garantindo assim a preservação de seus interesses vitais na Europa Ocidental, África, Ásia e América Latina. Cf. MINGST, 2014, posição 1212-1223.

²⁸ MENDES, Flávio Pedroso. A construção do compromisso: a presença militar dos EUA na Europa durante a Guerra Fria. *Revista da EGN*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 2019, p. 589.

²⁹ Do original, em inglês: “massive retaliation”.

³⁰ MENDES, op.cit., p. 592.

³¹ Do original, em inglês: “flexible response”.

³² MENDES, op.cit., pp. 593-594.

³³ Do original, em inglês: “Those who contemplate harming certain well-defined interests should know the consequences”. Ver FREEDMAN, 2004, p. 4.

³⁴ FREEDMAN, op.cit., p. 2-5.

³⁵ Do original, em inglês: “unlocking the escalatory gears inside current war plans”. Cf. (TALMADGE, 2018, p. 24.

³⁶ TALMADGE, Caitlin. Beijing’s Nuclear Option: Why a U.S.-Chinese War Could Spiral out of control. Do Nuclear Weapons Matter? *Foreign Affairs*, Congers, v. 97, n. 6, 2018, p. 44.

³⁷ Do inglês: “no first use”.

³⁸ A China declara uma política incondicional de proibição do primeiro uso desde que desenvolveu armas nucleares, em 1964, e reafirmou repetidamente essa posição; mais recentemente, no Livro Branco do Ministério da Defesa chinês, publicado em julho de 2019 (UCS, 2020).

³⁹ TALMADGE, op.cit., p. 45.

⁴⁰ Do inglês: “escalate to de-escalate”.

⁴¹ Do original, em inglês: “...its policy of deliberate ambiguity is feeding into apprehension in Washington, driving a dangerous cycle of escalation”. Cf. OLIKER, 2018, p. 52.

⁴² OLIKER, Olga. Moscow’s Nuclear Enigma: What is Russia’s Arsenal real-



ly for? Do Nuclear Weapons Matter? *Foreign Affairs*, Congers, v. 97, n. 6, 2018, p. 52-53.

⁴³ Tratado de Redução de Armas Estratégicas. Do original, em inglês: “Strategic Arms Reduction Treaty”.

⁴⁴ UNION OF CONCERNED SCIENTISTS (UCS). *No-First-Use Policy Explained: What is a “No-First-Use” nuclear policy?* 7 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.ucsusa.org/>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

⁴⁵ OLIKER, op.cit., p. 54.

⁴⁶ Do original, em inglês: “Pentagon 2018 Nuclear Posture Review”.

⁴⁷ EUA, 2018.

⁴⁸ apud MYNARD, 2018, cap. 15.

⁴⁹ BRASIL, 2015, p. 85.

⁵⁰ BRASIL, 2015, p. 134.

⁵¹ MYNARD, Dilton. Considerações sobre a Ciber guerra. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl (Orgs.). *Por que a Guerra?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, cap. 15.

⁵² A arte da guerra, em todos os níveis de decisão consiste em obter e manter a liberdade de ação e impor a sua vontade ao inimigo. Nos níveis estratégico e operacional, a liberdade de ação é conseguida, principalmente, pelo equilíbrio apropriado dos fatores de Espaço, Tempo, Força e suas com-

inações. Cf. BRASIL, 2020a, 2º volume, p. 202.

⁵³ Vide o caso do Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber) brasileiro, definido na Doutrina de Operações Conjuntas, do Ministério da Defesa, como “um Comando Operacional Conjunto, permanentemente ativado e com capacidade interagências, pertencente à estrutura regimental do Exército Brasileiro. Tem como missão, respeitadas as competências das Forças Singulares e dos Comandos Operacionais ativados: planejar; orientar; coordenar; integrar; e executar atividades relacionadas ao desenvolvimento e à aplicação das capacidades cibernéticas, como órgão central e no âmbito do Sistema Militar de Defesa Cibernética (SMDC), a fim de contribuir para o uso efetivo do espaço cibernético, impedindo ou dificultando sua utilização contra os interesses da Defesa Nacional”. Ver BRASIL, 2020a, 1º volume, p. 77.

⁵⁴ MYNARD, op.cit., cap. 15.

Padre Fernando Oliveira: um estrategista português

Guilherme Mattos de Abreu^a

Resumo: O padre Fernando Oliveira [1507- 1585(?)] foi um precursor da guerra no mar, da construção naval e da linguística, que abarcou, em seus escritos, uma ampla gama de conhecimentos, certamente de valia para os desbravadores portugueses de seu tempo. Este artigo focará o livro *A arte da guerra do mar* (1555), considerado o primeiro tratado impresso de estratégia naval. Na obra, o autor tratou da necessidade de se fazer a guerra e de como esta é percebida; discorreu sobre o preparo, inclusive no que se refere ao aprestamento dos navios e das esquadras. O livro contém conceitos atuais de estratégia naval, que somente seriam conhecidos após a disseminação das obras de Alfred Mahan e Julian Corbett, séculos mais tarde. Destacam-se, ainda, as suas proposições éticas e humanistas, aí incluída a repulsa à escravidão e as recomendações quanto ao tratamento aos derrotados. Em suma, um homem a frente de sua época!

Palavras chave: Aprestamento, estratégia, estratégia naval, ética, guerra, liderança, logística, navegação, recrutamento.

Cada um fala do que gosta e usa. Os cavaleiros falam da guerra, os pacíficos da paz, os lavradores da terra e os marinheiros do mar.

Fernando Oliveira

Mas que gostoso contentamento sentem agora, e maior sentirão no céu, os que possuem de seus trabalhos fruto glorioso. Que glória é tão grande, e não é vã porque em parte sa-

tisfaz, ver vossa mercê ante si em seu serviço os inimigos, que ele pelejando por seu rei e por sua terra venceu e tomou? Por certo, segundo eu sinto, ele não pode deixar de levar gosto quando lhe lembrar que fez o serviço a seu Deus e a seu rei, proveito a seus naturais e para si e seus chegados ganhou honra.

Fernando Oliveira ¹

^a Contra-almirante. Associado Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Portugal, particularmente considerando a sua diminuta população, é um interessante caso de sucesso empreendedor, pois construiu o seu Império Ultramarino fundamentado, em boa parte, na visão de futuro, na ousadia, na superioridade em pesquisa e na acumulação e aplicação de conhecimentos; bem como na capacidade de manter os agentes de governo trilhando os caminhos do que hoje poderíamos chamar de objetivos nacionais permanentes - tais indivíduos, no instante preciso, souberam dar ordens apropriadas no interesse de Portugal.

Neste contexto, destaca-se o padre Fernando Oliveira [1507-1585(?)²] - um precursor da guerra no mar, da construção naval e da linguística -, que conseguiu abarcar, em seus escritos, uma ampla gama de conhecimentos, certamente de grande valia para os desbravadores portugueses de seu tempo.³

Neste artigo, focaremos especificamente o livro *A arte da guerra do mar*, considerado o

primeiro tratado impresso de estratégia naval⁴, cuja edição original veio a lume em 1555⁵, após liberada pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição⁶. A obra é introduzida por um *Prólogo* e dividida em duas partes, cada uma com quinze capítulos. Enfatizando que o livro seria útil para os homens da guerra, na primeira parte, o autor trata da necessidade de se fazer a guerra e de como esta é percebida; na segunda, discorre sobre o preparo, inclusive no que se refere ao aprestamento das esquadras para a navegação e para o combate.

A leitura, em que pese tratar-se do idioma português do século XVI, não é pesada em demasia, particularmente porque os capítulos, salvo no que se refere aos argumentos de inspiração religiosa, são concisos. Adicionalmente, parcela dos conceitos expostos mostra-se atual em diversos aspectos, o que por si só não surpreende, visto que o conhecimento humano é de natureza incremental.



O livro foi reeditado quatro vezes (1937, 1969, 1983 e 2008) e pode ser encontrado digitalizado, na internet.

FERNANDO OLIVEIRA: UMA FIGURA DE CURIOSA E DE MOVIMENTADA TRAJETÓRIA⁷

Fernando Oliveira nasceu no Aveiro, em 1507. Aos treze anos, encontrava-se entre os dominicanos (Ordem de São Domingos, Évora), mas desertaria da Ordem aos 25. Sua primeira obra foi a *Gramática da Linguagem Portuguesa* (Lisboa, 1536) – pioneira em nosso idioma. Por esse tempo, foi mestre de filhos de famílias importantes. As boas relações com essas famílias contribuíram para que fosse perdoado da deserção pelos dominicanos. Em 1545, embarcou, sob pseudônimo, na qualidade de piloto, em uma das galés de uma força naval francesa que se dirigia ao Havre, onde seria incorporada a uma esquadra que atacaria o sul da Inglaterra.

Em mal sucedida investida contra um navio inglês, a galé foi derrotada e Oliveira feito prisioneiro⁸. Na Inglaterra, fez-se protegido do Rei Henrique VIII, mas não se conhece os serviços que o levaram a tal prestígio⁹. Voltou a Portugal em 1547, portando uma carta do soberano inglês (então, Eduardo VI, filho de Henrique VIII) ao Rei D João III, a quem se apresentou. Algum tempo depois, a sua fala imprudente e franca em uma discussão provocaria denúncia ao Tribunal do Santo Ofício e consequente condenação por práticas heréticas (novembro de 1547). Deixou o cárcere em 3 de setembro de 1550, com a condição de recolher-se ao mosteiro de Belém e retornar à vida sacerdotal. Adquiriu a liberdade em agosto de 1552, embarcando, como sacerdote, em um dos navios da pequena esquadra que deveria repor no trono de Velez (Marrocos) o destronado Mulei Buharon.

Essa esquadra, estando fundeada em Velez, foi atacada e vencida por uma frota de galés



argelinas¹⁰. Os cativos, entre eles Fernando Oliveira, foram levados para Argel. Para tratar do resgate junto ao Rei de Portugal, foram escolhidos os prisioneiros Gaspar Fernandes e o padre Oliveira, o que destaca a capacidade de nosso personagem em envolver-se em diligências melindrosas. Um registro curioso assinala a passagem desses negociadores por Ceuta, a caminho de Portugal: O capitão de Ceuta escreveu ao Rei dando conta que Oliveira era homem “muito desassossegado e [...] aparelhado para fazer mais mal que bem, [...]”.

Oliveira permanece em Portugal. Em janeiro de 1554, mais uma vez, a sua fala imprudente quase o leva a prisão. Entretanto, se safa do problema e, em 18 de dezembro daquele ano, é nomeado revisor da Imprensa da Universidade de Coimbra, onde se imprimiria o livro *A arte da guerra do mar* (1555). Trata-se de obra respaldada por sua erudição e grandemente influenciada por experiências anteriores, inclusive as derrotas navais. O

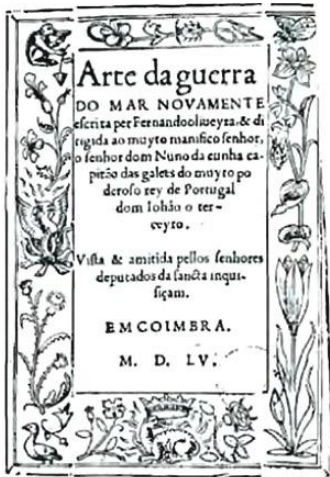
Prólogo indica 28 de outubro de 1554 como data de prontificação do texto.

No livro, Oliveira criticou a política marítima portuguesa e narrou alguns tópicos da história do país de maneira não alinhada com as versões oficiais, o que contrariou alguns segmentos, levando-o novamente às barras da Inquisição, em outubro de 1555, poucos meses após o lançamento da obra. Foi mantido prisioneiro por cerca de dois anos. Por volta de 1565, o Rei D. Sebastião lhe concedeu uma pensão de 20:000 Réis, na qualidade de clérigo no convento de Palmeira.

Não há registro conhecido do falecimento de Fernando Oliveira. O comandante Quirino Fonseca, que apresentou a reedição de 1937 de *A arte da guerra do mar*, citando uma fonte, assinalou que, possivelmente, estaria vivo em 1581. Luís Nuno Sardinha Monteiro¹¹ aponta que o padre morreu por volta de 1585.



Fig. 1 – Frontispício da edição de 1555 de
A Arte da Guerra do Mar



O LIVRO A ARTE DA GUERRA DO MAR – 1ª PARTE

No *Prólogo*, Fernando Oliveira parece replicar o sentimento expresso na introdução deste artigo, justificando a sua obra não só como disseminadora de conhecimento, mas também pela necessidade de se divulgar nacionalmente a epopeia marítima portuguesa, desconhecida no interior do país; e pelo dever de enaltecer e reconhecer a grandeza dos feitos daqueles que, a ser-

viço de Deus e do rei, em seus trabalhos, obtinham frutos grandiosos para si e para os seus. Portugal havia alcançado muita riqueza e prosperidade, terras e reinos em decorrência desses feitos. Acrescentou que:

[...] não somente conquistaram terras que outros não puderam tocar, mas, além disso, não satisfeitos de tão pouco, buscaram e descobriram¹² outras de novo que nunca foram cuidadas. E sobretudo dão azo a multiplicar-se a fé de Deus e salvação dos homens, que o diabo tinha como escondidos dos pregadores e nuncios delas, os quais, como vemos com a graça divina fazem fruto mediante, todavia, a guerra do mar.

O livro seria proveitoso e necessário, segundo o autor, “em especial para os homens desta terra que agora mais tratam pelo mar que outros, de onde adquirem muito proveito e honra, e também correm ventura de perderem tudo isso [...]”.



Além disso, dá conta do pioneirismo de seu trabalho em relação à guerra naval, “a qual nenhum autor escreveu antes d’agora arte nem documentos” (ressalvando que desconhecia qualquer obra sobre o assunto, salvo o que produzira Vegecio¹³). Explica, ainda, a razão de ele, sendo um religioso, se dedicar a tal feito: “porque aos sacerdotes convém ir à guerra, quanto mais falar dela [...] não para pelejar com ferro, porque as suas armas são as lágrimas e orações [...]”.

No primeiro capítulo, discorre sobre a necessidade da guerra, “que parece ser natural aos homens porque nasce da perversa natureza”. Busca explicações no Evangelho, para concluir que haverá muitas guerras e que, portanto, “é necessário estar apercebidos para nos defendermos de quem quiser [nos] ofender, porque a presteza [...] aproveita às vezes mais que a força nas cousas da guerra”.

Com inegável sabedoria argumenta:

A boa guerra faz boa paz. E assim, a paz que agora logramos, guerra passada a ganhou. Mas a paz descuidada porventura deixará a guerra a seus sucessores. [...] Para isso favoreçam às armas, as quais não são contrárias à paz como parecem, antes elas defendem na paz como cães defendem as ovelhas, posto que pareçam contrários delas [...] Finalmente, para a paz ser segura, cumpre defendê-la com a guerra.

O segundo capítulo tem como título “De quem pode fazer guerra”. Para o autor, a guerra justa só se pode fazer a mando de rei ou príncipe ou de pessoa encarregada da governança, pois somente estes teriam autoridade para fazê-lo; e que esta é voltada contra aqueles que não se submetem ou resistem à jurisdição de seus superiores, como os rebeldes, corsários e bandoleiros. Contra eles, é necessário usar a força, mas esta deve ser justificada, porque de outro modo seria tirania. Seria também permitida a guerra aos príncipes e não aos súditos deste.



A 4ª edição é precedida de *Nota Explicativa*, a guisa de apresentação; inclui reproduções, redigidas em português, francês e inglês, do “*Comentário Preliminar*”, escrito pelo Comandante Quirino da Fonseca, e do “*Comentário à Arte da Guerra do Mar do Padre Fernando Oliveira*”, de autoria do Comandante Botelho de Sousa, ambas parte da 3ª edição. Na elaboração deste Sumário preservou-se a redação original, que é assimétrica.

Titulo	Página
<i>Prologo com exordio e escusa do autor.</i>	3
<i>Introdução da 1ª parte: Começa a primeira Parte do Tratado da guerra do mar, feyto per Fernandoliveyra na qual trata da intenção & apercebimento da dita guerra.</i>	11
<i>Cap. Primeyro. Que he necessario fazer guerra.</i>	11
<i>Cap. II. De quem pode fazer guerra.</i>	15
<i>Cap. II. Que he necessario fazer guerra no mar.</i>	19
<i>Cap. III. Qual he guerra justa.</i>	23
<i>Cap. V. Da tenção e modo da guerra.</i>	27
<i>Capitulo seysto. Do officio do Almirante.</i>	29
<i>Capit. septimo. Das taracenas e seu provimento.</i>	31
<i>Capitulo oyttau. Da Madeyra pera as naos.</i>	33
<i>Capitulo nono. De quando se cortaraa a madeyra.</i>	37
<i>Capitulo decimo. Dos armazens e seu provimento.</i>	41
<i>Capitulo onze. Das victualhas.</i>	43
<i>Capitulo doze. Dos homens do mar.</i>	47
<i>Cap. Xij. Dos capitães do mar e do seu poder.</i>	49
<i>Capitulo quatorze. De como deuem ser escolhidos e assentados os soldados.</i>	53
<i>Cap. Quinze. Do exercicio dos soldados.</i>	61
<i>Introdução da 2ª parte: Seguesse a parte segunda da Arte da guerra do mar, que trata das frotas armadas, & das batalhas maritimas, & seus ardis.</i>	
<i>cap. primeyro. Dos nauios pera as armadas.</i>	67
<i>Cap. segundo. Do numero da gente pera os nauios.</i>	71
<i>Cap. tres. Da esquipação dos mantimentos, munições e enxerceas.</i>	77
<i>Cap. quarto. Do tempo de nauegar as armadas, e mudança dos tempos.</i>	83
<i>Cap. cinco. Dos sinaes das tempestades, e variação dos temporaes.</i>	87
<i>Cap. seis. Dos ventos e suas regiões, e nomes.</i>	91
<i>Cap. sete. Dalguns auisos necessários pa nauegar.</i>	95
<i>Cap. oyto. Das marees, correntes e aguagens do mar.</i>	99
<i>Cap. noue. De como as armadas faram vela.</i>	105
<i>Cap. dez. Das batalhas do mar / e alguns ardis necesarios nelas.</i>	115
<i>Cap. onze. Do lugar pera pelear.</i>	121
<i>Capit. Doze. De como se perderão os nauios que foram com elrey de Belez.</i>	123
<i>Cap. treze. Das ordenanças da guerra do mar.</i>	128
<i>Cap quatorze. Dalgumas regras geraes da guerra</i>	133
<i>Cap. quinze. Da conclusão da obra</i>	135



O capítulo 3 (“Que he necessario fazer guerra no mar”) trás a guerra para o ambiente naval, visto que “o mar é muito devasso” e “os homens não podem escusar de negociar por eles suas fazendas, uns mercadeando, outros pescando”. Assim, as vias marítimas mostravam-se como imprescindíveis para as atividades humanas, como o comércio e a pesca, as quais tem que ser protegidas da ação de corsários, que eventualmente estendem os seus malfeitos às regiões costeiras. Por este motivo, fazia-se necessário dispor de armadas no mar:

Por terra não podem vir os inimigos tão de improviso, que não saibamos sua vinda a tempo para prover defesa qualquer que seja. Mas por mar, de muito longe donde não cuidamos, subitamente sem sabermos de donde desamarrou, nem que rota leva, aparece na costa sobre nossos portos terrifica frota [...] Portanto, que estejamos providos de navios armados porque quando [os inimigos] aventarem às nossas paragens serão

fustigados e não desejarão retornar a elas.

Exemplifica, tecendo considerações sobre as esquadras de galés que os romanos mantinham em prontidão preventivamente, após acabadas as guerras e pacificado o mar. Passando ao caso português, discorre sobre os meios maiores e mais complexos (galeões) utilizados nas campanhas como as da Índia, onde restauravam (*sic*) a cristandade; sobre as ações na costa do reino e das ilhas, onde os navios portugueses expulsavam os corsários; e na costa do Algarve e Gibraltar, contra os mouros e turcos, “que deixam mais que levam”, visto que as perdas portuguesas eram largamente compensadas pelos apresamentos.

No capítulo 4 aponta que “malfeito é fazer guerra sem justiça”, à luz dos ensinamentos de Santo Agostinho. No caso, guerra justa seria aquela que castiga as injustiças que alguém fez e não quer corrigi-las; a que defende o seu bando dos que injustamente



o querem ofender; e a que castiga as ofensas a Deus contra aqueles que blasfemam, abandonam a fé, impedem a pregação dela ou perseguem os que se convertem. Por outro lado, Oliveira alega que não se pode fazer guerra justa aos que nunca foram cristãos e não prejudicam a cristandade. Segue opondo-se à escravidão daqueles que não blasfemam contra Cristo, nem resistem à pregação:

Não se achará, nem razão humana consente, que houvesse no mundo trato [...] de comprar e vender homens livres e pacíficos, como quem compra e vende alimárias – bois, cavalos e semelhantes.

Segue argumentando sobre como se conduz a guerra [“Da tenção (finalidade) e modo da guerra”], pois o modo como se a conduz também deve ser justificado, bem como ter propósito dirigido a um “bom fim”. Critica enfaticamente o que seus contemporâneos denominam “escala franca” da guerra, a qual se jun-

tavam os ladrões, mas para roubar do que para lutar, o que não fariam se não lhes dessem rédeas soltas ao vício. Recomenda tratamento humano aos vencidos, inclusive no que se refere à integridade de bens, propriedades, etc.

Passa então a discorrer sobre assuntos mais pragmáticos, no capítulo 6 (“Do officio do Almirante”). Os Almirantes devem ser homens prudentes e diligentes, com o cuidado de aprestar as bases, depósitos e navios, de modo a que estes “não façam demora em acudir onde for necessário”. Pra que isto pudessem fazer sem contestação, receberiam poder para mandar e julgar nas coisas do mar, incluso os homens que nele atuassem. Segue discorrendo sobre o status desta autoridade em Portugal, tecendo críticas ao esvaziamento de seu poder, diluído entre outros agentes.

Em “Das taracenas¹⁴ e seu prouimento”, Oliveira pondera sobre a prontidão das bases navais. Estas deveriam possuir es-



toques de material necessário para o reparo dos navios, como madeiras, breu, estopa, pregos, cordoalha, betume e chumbo, bem como ser sistemática a reposição, à medida que houver consumo. Menciona a conveniência em se procurar substitutos para os materiais provenientes de terras distantes, esboçando os fundamentos de uma pioneira política de substituição de importações. Destaca que as bases deveriam ser providas dos equipamentos de porte necessários, como cabrestantes, cadernais, carretas, etc.

Complementa a argumentação nos capítulos seguintes. Em “Da madeyra pera as naos” e “De quando se cortaraa a madeyra” discorre sobre a qualidade, durabilidade e resistência das diversas madeiras para uso naval, que variam de uma região para outra; a época do ano em que deveriam ser cortadas; e o tempo de descanso adequado entre a derrubada e o corte para uso. Em particular, ressalta que tais cuidados são importantes para a

segurança dos navios e dos que neles navegam, por influir diretamente na qualidade da madeira.

Em “Dos armazens e seu provimento” (capítulo 10), aborda o estoque de gêneros alimentícios, de equipamentos de proteção (couraças, malhas, etc.), de armas e afins e de equipamentos diversos; e, quando aplicável, orientações quanto à conservação e às características do local de guarda. No que se relaciona ao armamento, recomenda priorizar os estoques “dos tiros de todo o gênero, assim de corda¹⁵ como de fogo”, e de lanças e piques¹⁶, “porque no mar se peleja de longe” e quando se aproximam, “não é tão perto que possam servir as espadas”. Recomenda o adestramento para a operação da artilharia.

Quanto à provisão de gêneros (“*victualhas*”), aponta que esta deveria ser do maior cuidado do Almirante e dos provedores dos armazéns. Instrui sobre a qualidade dos alimentos, pois, “assim como é necessário esco-



lher os homens para as armas, fortes e bem dispostos, assim também convém sustentá-los”. Aborda técnicas que contribuem para a melhor conservação de alimentos e indica substitutos à dieta portuguesa (o trigo seria substituído pelo arroz, na Índia; e pelo milho e pela mandioca, no Brasil).

No capítulo 12 (“Dos homens do mar”), Oliveira tece considerações quanto à seleção e preparo do pessoal, o que também é “do ofício do almirante do mar”. Recomenda que os marinheiros sejam preparados desde cedo, ainda meninos, em função das características da profissão. Para ele, os marinheiros deveriam “ser homens já sabidos neste ofício, os quais eu desejo que fossem velhos no saber dele e mancebos nas forças e moços na ligeireza”. Assim, deveriam conhecer em detalhe o seu navio, serem ligeiros em acudir o que lhes cumpre ou lhes mandam; e no trabalho, serem fortes e incansáveis. Segue comentando sobre a escolha de mestres e

pilotos, cujas qualidades e defeitos condicionam o resultado de suas atuações.

Em seguida discorre sobre os comandantes e sobre o comando no mar (“Dos capitães do mar e do seu poder”): aborda, entre outros aspectos, a organização de uma esquadra ou frota, onde haveria um competente capitão-mor, ao qual estariam subordinados todos os embarcados, que teria a faculdade de promover a disciplina e fazer justiça – em suma, a autoridade, competência e atribuições desta autoridade. Finaliza advertindo:

Seja o capitão muito amigo de sua gente, e sinta tanto o trabalho de qualquer soldado como o seu próprio, e estime muito a vida dos homens, e assim não usará mal o seu poder, nem os escrupulosos porão obstáculos a lhe ser cometido.

No capítulo seguinte (capítulo 14 – “De como deuem ser escolhidos e assentados os soldados”) - um dos mais extensos do livro - assinala que o soldado é defensor



da terra e conservador da paz. Aborda o processo de recrutamento de soldados, os quais devem ser bem avaliados, hígidos e sem vícios. Assinala os antecedentes (se filho de homem honrado, se do campo ou da cidade e profissão) e características físicas que recomendariam a seleção de determinados indivíduos em detrimento de outros. Aponta que, “de maneira sobredita não somente são inaptos¹⁷ os mimosos e afanchonados, mas também são os que por qualquer mau costume perderam a vergonha e desejos da honra virtuosa” [...]. Também destacou que os soldados necessitam de treinamento adequado, pois, caso contrário, não haveria diferença entre o soldado e o rústico aldeão; bem como receber pagamento justo.

Por fim, Oliveira chama a atenção para a manutenção do preparo, mesmo em tempo de paz prolongada, aspecto que é desdobrado no último capítulo desta primeira metade do livro – “Do exercicio dos soldados”. Neste capítulo, o autor recomen-

da que as oportunidades em terra sejam dedicadas ao treinamento, tanto no que se refere ao físico (onde enfatiza a necessidade de que saibam nadar) quanto ao manuseio de armamento. Adverte que se mantenham os homens ocupados, deplorando a ociosidade, que os faz preguiçosos. Estende a recomendação para os marinheiros e remadores, que também devem se exercitar e trabalhar na conservação do navio e empregado nas fainas diversas, para “que não percam o costume do trabalho, porque o não estranhem quando vier”.

O LIVRO A ARTE DA GUERRA DO MAR – 2ª PARTE

A segunda parte da obra trata “das frotas armadas, e das batalhas marítimas, e seus ardis”.

No primeiro capítulo (“Dos nauios pera as armadas”), o autor tece recomendações sobre a preparação para o mar; para a escolha, em número e qualidade, dos meios adequados para a na-



tureza da missão (frisa que as grandes navegações requerem navios grandes e fortes, com propulsão a vela; que pequenos navios não têm capacidade de armazenar o necessário; e que, em regiões suscetíveis à calmarias, seriam necessários os propulsados a remo); aponta que a capacidade de combate deve ser proporcional à missão; e que é necessário que as frotas armadas tenham navios de diversos tipos, para sustentar o peso da guerra e para servir e ajudar estes últimos (ou seja, os navios de combate e os de apoio logístico móvel). Aborda a necessidade de informações sobre os contrários, as quais possibilitariam o emprego judicioso da força (o que hoje se denomina Princípio de Guerra de Economia de Forças ou de Meios¹⁸).

Segue discriminando a composição da tripulação (“Do numero da gente pera os nauios”), cujo número condicionaria o estoque de mantimentos, tema que terá continuidade, juntamente com prescrições quanto a ou-

tros itens de estoque, no capítulo seguinte.

O capítulo 3 pode ser resumido no velho ditado naval: “Quem vai para o mar, avia-se em terra”. Dimensionada a tripulação e determinado o tempo esperado de travessia, é decidido o estoque de gêneros com largueza, pois “no mar não há vendas, nem boas pousadas nas terras dos inimigos” (o autor estende-se, estabelecendo a ração diária de cada tripulante, inclusive no que se refere a vinho); a quantidade de aguada; de lenha; e de todas as miudezas necessárias para comer e o serviço de casa, “como requer uma família bem provida”. Prossegue abordando a dotação de armamento e o posicionamento da artilharia a bordo, a conservação da pólvora, o estoque de material de marinharia (cabos, moitões, cadernais, material de reparo, etc.), a necessidade de âncoras e de velas sobresalentes, de madeira para reparos, de ferramentas, etc; e a arrumação deste material a bordo: “cada cousa em seu lugar [...], de



maneira que quando for necessário achem tudo prestes e desembaraçado”.

Nos cinco capítulos seguintes, faz recomendações sobre a navegação e a meteorologia, discutindo sobre as épocas oportunas para navegar, em função da derrota¹⁹ planejada, a luz de um complexo conjunto de variáveis – entre elas, a direção e intensidade dos ventos (vale lembrar que a mesma viagem envolvia navegação extensa por hemisférios diferentes e regiões com perfis climáticos diversos); indica os sinais que permitiam realizar previsões meteorológicas, como coloração do horizonte no nascer e ao por do sol, características das nuvens e da lua, comportamento dos animais marinhos, etc; faz ampla digressão sobre os ventos, marés e correntes; orienta como se planeja as derrotas em função do regime de ventos; faz recomendações quanto à estima ou à determinação de posição com o uso de navegação astronômica; destaca a influência das marés e correntes para a

entrada e saída segura nos portos e ancoradouros abrigados; associa as marés com as fases da lua, descrevendo as suas maiores e menores variações em vários locais; e instrui sobre a navegação das forças navais, ocasião em que os navios deveriam navegar próximos uns dos outros, o que era mandatário, entre outros aspectos, pelos limitados recursos de comunicações.

No capítulo 10, trata das batalhas no mar (“*Das batalhas do mar / e alguns ardis necessarios nelas*”), onde se “*oferece a morte sem nenhum refúgio, ante muitas confusões e angústias*”. Sua abordagem nos remeteria aos ensinamentos de Mestre Sun (Sun Tzu) em *A arte da guerra*. Apon-ta que “os bons capitães fazem a guerra por manha, mais que pela força”. Apresenta conceitos relacionados à comparação de poderes combatentes e ao aproveitamento das vantagens comparativas; à divisão e à concentração de forças (Princípio de Guerra da Economia de Forças); ao aproveitamento das oportunidades para



a ação (Princípio de Guerra da Exploração²⁰); à dissimulação; ao engodo; ao aproveitamento das características do ambiente; ao moral, fundamentado no vínculo com o passado; etc. Assinala que Portugal, onde faltam forças, necessita do saber (conhecimento); e que “por saber e astúcia assenhoraram-se os nossos poucos muitas terras e reinos de nações bárbaras na Índia, Guiné e Brasil”.

O Capítulo 11- *“Do lugar pera pelejar”* trás a lume um aspecto fundamental na elaboração de estratégias: Para um comandante, era (e é) de importância fundamental ter a habilidade de atrair o inimigo para a luta em lugar e ocasião que lhe ofereça condições mais favoráveis. Citando Vegetio, Oliveira assinala “que o lugar nos combates é senhor de grande parte da vitória, porque os que ficam em lugar inoportuno padecem dois trabalhos: um do lugar e outro dos contrários”. No mar, a costa, a profundidade, as marés, o vento e as correntes “tiram e dão a

oportunidade de combater”; assim como a posição relativa em relação ao sol.

Segue-se o que poderíamos denominar de um breve estudo de caso, referente à vitória dos turcos sobre os lusos, no porto de Velez (Marrocos), em 1552, a qual culminaria com o aprisionamento de inúmeros portugueses, ai incluído Fernando Oliveira (capítulo 12, “De como se perderão os nauios que foram com elrey de Belez”). Oliveira critica o desempenho dos marinheiros e soldados portugueses, o que descreve como a justificar as qualidades para a seleção que apontou como necessárias na primeira parte, das quais não eram dotados.

No capítulo treze (“Das ordenanças da guerra do mar”), aborda o valor da orientação provida pelas ordenanças, que proveem a ordem e aliviam o esforço do comando “na governança dos muitos desordenados”. Argumenta sobre dispositivos da força naval em movimento, manutenção de distância para viabi-



lizar comunicações e apoio mútuo, manobras de ataque, pontos mais vulneráveis para abalroamento (no caso, o través), alertando, mais adiante, que é perigoso abalroar, pois ambos podem se perder – “o vencido e o vencedor aferrados, ou alagando-se, ou quebrando-se, ou ardendo juntamente, sem se poder apartar”. Recomenda moderação, evitando deixar o inimigo encurralado, porque isto lhe aguça o atrevimento: “Não receia morrer, quem sabe que há de morrer. Pelejam sem medo, aqueles estão no derradeiro medo.”.

No capítulo seguinte (“Dalgumas regras geraes da guerra”), apresenta 39 recomendações, que caberiam nos escritos do Mestre Sun, tais como: os erros nos posicionamento antes da ação, pondo em risco o sucesso nas batalhas; o perigo de se guerrear com gente sem treino; sobre a motivação; sobre a vantagem de constranger o inimigo pela privação, vencendo sem pelejar; por outro lado, perdendo devido à logística inapropriada; as van-

tagens da ordem sobre a desordem; a vantagem da posição; da dissimulação e do conhecimento sobre o inimigo; do posicionamento em relação ao inimigo em função do vento; etc.

Por fim, conclui a obra, incitando outros a lhe darem continuidade e ampliá-la, “em especial nesta terra, onde as vivendas de muitos homens dependem desse mar”. Bem como alertando para a ameaça constituída pelos turcos – “os grandes corsários do mar”; e que:

[...] cumpre prover nossas taracenas e armazéns, e exercitar os homens nas armas que tais batalhas convêm, e conhecer os tempos da navegação, andar alerta, e pelejar animosa e legitimamente porque os defensores da terra que o assim fazem merecem muito ante Deus [...].

COMENTÁRIO FINAL

Passados 460 anos do lançamento de *A arte da guerra do mar*, é relevante observar como a



obra contém ensinamentos atuais; bem como o patriotismo, a ousadia, a erudição e a capacidade de observação e de concatenação do desassossegado padre Fernando Oliveira.

Destaca-se que Oliveira foi capaz de perceber aspectos da estratégia que somente seriam conhecidos séculos mais tarde, com a disseminação das obras de autores como Mestre Sun (Sun Tzu – *A arte da guerra*), no Ocidente; bem como dos fundamentos do poder naval e do poder marítimo²¹ por estrategistas notáveis, como o norte-americano Alfred Mahan (1840-1914) e o britânico Julian Corbett (1854-1922). Entretanto, *A arte da guerra do mar* teve repercussão escassa e limitada ao mundo lusófono, uma vez que não houve tradução para outros idiomas.

O livro foi inovador em seu tempo, visto que avançou além das perspectivas operacionais e táticas, adentrando no domínio da estratégia e antevendo aspectos que somente seriam considerados muito tempo depois, como

ênfatisa²². Abarca amplo espectro: desde a organização e a operação dos navios e das forças navais, ao conceito, então inovador, de emprego do poder naval como instrumento do poder nacional, passando pelo recrutamento de pessoal, treinamento, postura dos comandantes, preparação para o mar e logística. Destaca-se, ainda, a postura ética e humanista do autor, aí incluída a repulsa à escravidão e as recomendações quanto ao tratamento aos vencidos.

Fernando Oliveira foi clérigo, poliglota, marinheiro, piloto, diplomata, soldado, filólogo, historiador, teórico da construção naval, estrategista naval²³, professor e um homem a frente de sua época. Sua história de vida, com algumas prisões decorrentes de lhe ter sido atribuído crime de opinião, chama a atenção para as restrições ao progresso impostas onde há cerceamento da liberdade de expressão.

Fernando Oliveira, certamente, pode ser considerado um dos valorosos patriotas portu-



gueses que colaboraram na moldagem do pensamento de seus conterrâneos em seu tempo, contribuindo para que estes, quando preciso, soubessem se conduzir de acordo com os interesses de Portugal.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior de Defesa. *Glossário das Forças Armadas*. Brasília, Distrito Federal, 2015.

MAURÍCIO, Tiago. Expanding the Naval Canon: Fernando Oliveira and the 1st Treatise on Maritime Strategy. *International Relations and Security Network (ISN)*. Zurich, Switzerland, 17 nov. 2014. Disponível em <<http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Articles/Detail/?id=183549>>. Acesso em: 8 nov. 2015. (artigo originalmente publicado no “blog” do US Naval Institute)

MONTEIRO, L. Fernando Oliveira’s Art of War at Sea (1555): a pioneering treatise on Naval Strategy. *Naval War College Review*. Naval War College,

Newport, v. 68, n. 4, p. 94-107, outono de 2015. Disponível em <<https://www.usnwc.edu/getattachment/ccb3af19-418d-421b-977b-32705a0baa88/Fernando-Oliveira-s-Art-of-War-at-Sea--a-Pioneerin.aspx>>. Acesso em 14 nov. 2015.

OLIVEIRA, Fernando. *A arte da guerra do mar*. Lisboa: Marinha Portuguesa, 1983.

PEDROSA, Fernando. *As Terçenas Medievais e a Terçanabal do Infante D. Henrique*. Comunicação apresentada à Academia de Marinha (Portugal), datada de 5 de março de 2013. Lisboa. Disponível em: <repositorio.ul.pt/bitstream/10451/51039/1/As_Tercenas_Regias_de_Lisboa_D_Dinis_a_D.pdf>. Acesso em 25 out. 2023.

TZY, Sun. *A arte da guerra*. São Paulo: Jardim dos Livros, 2006.



NOTAS

¹ As citações foram retiradas do Prólogo do livro *A arte da guerra do mar*. Ao longo do artigo, procurou-se preservar a redação dos textos originais, apenas atualizando-se a grafia.

² Não há registro conhecido do falecimento de Fernando Oliveira, de acordo com o comandante Quirino Fonseca, no *Comentário Preliminar*, da edição de 1937 de *A arte da guerra do mar*. Monteiro (2015) aponta que o padre teria morrido por volta de 1585.

³ Obras conhecidas de Fernando Oliveira: *A arte da guerra do mar*, Coimbra, 1555; *Livro da fábrica das naus* (manuscrito existente na Biblioteca Nacional de Lisboa); *Arte de navegar* (em latim), da qual existe um manuscrito incompleto na Biblioteca da Universidade de Leiden, Holanda, que é também conhecido pela referência no prólogo da obra anterior; *Gramática da Linguagem Portuguesa*, Lisboa, 1536; além de manuscritos existentes na Biblioteca Nacional de Paris.

⁴ MONTEIRO, L. Fernando Oliveira's Art of War at Sea (1555): a pioneering treatise on Naval Strategy. *Naval War College Review*. Naval War College, Newport, v. 68, n. 4, p. 94-107, outono de 2015. Disponível em <[https://www.usnwc.edu/getattachment/ccb3af19-418d-421b-977b-32705a0baa88/Fernando-Oliveira-s-](https://www.usnwc.edu/getattachment/ccb3af19-418d-421b-977b-32705a0baa88/Fernando-Oliveira-s)

[Art-of-War-at-Sea--a-Pioneerin.aspx](#)>. Acesso em 14 nov. 2015.

⁵ Neste artigo, utilizou-se um exemplar da quarta edição, de 1983, disponível na biblioteca da Escola de Guerra Naval. Trata-se de um volume de origem nobre, visto ter pertencido à ilustre professora Therezinha de Castro (1930-2000), que o doou à biblioteca, em 1996. Na elaboração do artigo, privilegiou-se a leitura do livro e a redação de uma resenha preliminar, para somente depois conhecer os comentários inseridos nas reedições anteriores e argumentos de resenhas e artigos sobre a obra. Observou-se farta coincidência de percepções com as dos autores dessas resenhas e artigos.

⁶ Os livros autorizados pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição (por vezes referenciada como Santo Ofício ou Inquisição) eram impressos com um "imprimatur" ("que seja publicado") oficial. Desse modo buscava-se evitar a veiculação de conteúdo considerado herege pela Igreja.

⁷ Salvo quando especificado em contrário, este tópico baseia-se no *Comentário preliminar*, do comandante Quirino da Fonseca, da edição de 1937 de *A arte da guerra do mar*.

⁸ Maio de 1546, segundo MONTEIRO (2015).



⁹ MONTEIRO (2015) atribui este feito à sua erudição e cultura, o que o tornava valioso para os poderosos.

¹⁰ Fernando Oliveira denomina esses argelinos como turcos.

¹¹ MONTEIRO, op.cit.

¹² A palavra descobrir, usualmente, é interpretada como “encontrar o que era desconhecido”. Entretanto, também a ela se aplica o uso coloquial “tirar o que cobre ou o que protege”, ou seja, dar a conhecer, explorar. Exemplo: As terras do atual Acre apareciam nos antigos mapas bolivianos como “tierras no descubiertas”, ou seja, eram terras inexploradas, mas se sabia que existiam.

¹³ Vegécio (Publius Flavius Vegetius Renatus) foi um escritor romano (século IV), autor de *Epitoma Rei Militaris*, um tratado de arte militar bastante prestigiado da Idade Média até o século XIX. A guerra naval constitui a quarta e última parte da obra. É nos textos de Vegécio que se buscou a inspiração para a conhecida locução “Si vis pacem, para bellum” (se queres a paz, prepara-te para a guerra).

¹⁴ Taracena (ou tercenas) é um termo de origem árabe [outra corrente aponta ser de origem persa, composta de *ters* (navio) e *hane* (casa)]. Na Idade Média, eram os edifícios cobertos onde se guardavam as galés. Também lá, ou nas imediações, se constru-

íam e reparavam as galés e, eventualmente, outros navios. Como as galés eram os principais navios de guerra da época, as taracenas eram as bases navais de então. Quando as galés perderam a importância militar, o nome passou a designar, em Portugal, todo e qualquer armazém: de trigo, carvão, material de artilharia, etc. A palavra taracena (ou tercen) pode ser usada em sentido estrito ou amplo. No primeiro caso, correspondendo aos edifícios onde se guardavam as galés. Em sentido amplo, designando todo o recinto fortificado (a base naval). Cf. PEDROSA, 2013.

¹⁵ Tiros de corda - A expressão refere-se aos arcos e bestas. Mais adiante, Oliveira referenciar-se-á ao disparo de flechas como “tiros”.

¹⁶ Pique, também conhecido por chuzo ou lança longa, de comprimento variando de cerca de 3 a 5 metros. No combate terrestre, era a principal arma da infantaria contra as cargas de cavalaria inimiga.

¹⁷ Inaptos – a palavra utilizada foi *inhauos*, que o próprio autor definiu como “homem sem fogo nem fervor de virtude e honra, ao qual não diz a vontade que tome algum trabalho por fazer coisas boas e proveitosas para si nem para outrem” (página 57).

¹⁸ Princípio de Guerra da Economia de Forças ou de Meios – Caracteriza-se



“pelo uso econômico das forças e pela distribuição e emprego judicioso dos meios disponíveis para a obtenção do esforço máximo nos locais e ocasiões decisivos.” (BRASIL, 2015)

¹⁹ Derrota – caminho seguido por um navio no mar.

²⁰ Princípio de Guerra da Exploração – Caracteriza-se “pela intensificação das ações ofensivas para ampliar o êxito inicial, sempre que for obtido um sucesso estratégico ou tático, ou houver evolução favorável na situação. A aplicação desse princípio dependerá de julgamento com base em informações confiáveis, de consistente experiência e de apreciável grau de controle sobre a situação a fim de evitar o desvio do objetivo perseguido pelo escalão mais alto. A exploração permite tirar vantagem de oportunidades e, conseqüentemente, empregar as forças em toda extensão de sua capacidade, obtendo efeitos desejados que poderão facilitar a consecução do propósito final.” (BRASIL, 2015)

²¹ PODER MARÍTIMO – “Projeção do Poder Nacional, resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando a conquistar e manter os objetivos nacionais.” (BRASIL, 2015)

PODER NAVAL – Parte integrante do Poder Marítimo capacitada a atuar militarmente no mar, em águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente. Compreende as Forças Navais, incluídos os meios navais, aeronavais próprios e de fuzileiros navais, suas bases e posições de apoio e suas estruturas de comando e controle, logísticas e administrativas, bem como os meios adjudicados pelos poderes militares terrestre e aeroespacial, e outros meios, quando vinculados ao cumprimento da missão da Marinha e submetidos a algum tipo de orientação, comando ou controle de autoridade naval. (BRASIL, 2015)

²² MONTEIRO, op.cit.

²³ Ibid.

A Amazônia no pensamento da Marinha do Brasil: formulações estratégicas e atuação nos anos finais da Guerra Fria

Dilceu Roberto Pivatto Junior ^a

Resumo: O artigo consiste em compreender a Amazônia no pensamento da Marinha do Brasil, de modo que se identifiquem os debates internos da Força, as prioridades estabelecidas e as suas atribuições para a defesa da região nos anos finais da Guerra Fria. Neste sentido, entende-se que a Marinha do Brasil ampliou os debates sobre a defesa da Amazônia, na medida em que incrementou a sua presença na região entre aos anos de 1981 a 1991. Fontes utilizadas: documentos do Ministério da Marinha; monografias dos cursos da Escola de Guerra Naval; periódicos militares; literatura produzida pelos militares da Marinha; e entrevistas com ex-ministros da Marinha. A análise destas diferentes fontes permitiu a identificação das linhas de pensamento predominantes e que, conseqüentemente, influenciaram na formulação da estratégia da Marinha do Brasil para a defesa da Amazônia nos anos finais da Guerra Fria.

Palavras-chave: Amazônia; Marinha do Brasil; pensamento naval brasileiro; Guerra Fria.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nas últimas décadas, a defesa da Amazônia esteve com certa frequência entre as principais preocupações dos militares brasileiros, por se tratar de um território de grande biodiversidade e que concentra riquezas naturais,

e também por ser uma região que depende do controle e acesso de seus rios para a navegação. Estas preocupações, por parte dos militares brasileiros com a Amazônia, se intensificaram nos anos finais da Guerra Fria. Contexto em que a Marinha procurou acompanhar o movimento do

^a Doutor em Ciência Política.



Exército Brasileiro na defesa daquela região, com o propósito de contribuir com o Projeto Cilha Norte¹. Nesse sentido, o presente artigo consiste em compreender a Amazônia no pensamento estratégico da Marinha do Brasil de modo que se identifiquem os debates internos da força, as prioridades estabelecidas e as suas atribuições para a defesa da região amazônica. Para tal finalidade, dois eixos temáticos serviram de orientação neste estudo entre os anos de 1981 a 1991:

- A identificação das formas de atuação da Marinha brasileira na região amazônica por meio da intensificação das Operações Ribeirinhas;

- O correspondente aumento da presença da Marinha na Amazônia, com o propósito de controlar os rios interiores.

Desta forma, este artigo pretende responder a seguinte pergunta: em termos de pensamento estratégico, o que a Marinha do Brasil produziu sobre a Amazô-

nia entre os anos de 1981 e 1991?

No período mencionado, percebe-se que a Marinha ampliou o debate de medidas para a defesa da Amazônia, assegurando, deste modo, uma maior atenção para a região, e, por conta disso, incrementou a sua presença militar.

Entende-se que a Marinha, por conta da elevada autonomia dos militares brasileiros em formular seu pensamento estratégico, apresentou linhas próprias de pensamento para a defesa da Amazônia. Assim, o objeto central deste artigo consiste na análise dos discursos produzidos no interior das burocracias especializadas da Marinha brasileira. Por burocracias especializadas, compreendem-se as suas organizações militares e instituições de ensino que possuem capacidade própria de reprodução de determinadas linhas de pensamento. Neste sentido, estas linhas de pensamento tendem a ser publicadas de forma que consigam influenciar, direta ou indi-



retamente, na formulação das agendas ministeriais e nas políticas do Estado de maneira geral. Com isso, na medida em que a Marinha do Brasil formula determinada concepção estratégica, a análise das suas ideias produzidas torna-se necessária, uma vez que estas ideias tendem a exercer determinado grau de influência na agenda daquela instituição e, conseqüentemente, procuram influenciar diretamente nos processos decisórios envolvendo a configuração do poder naval brasileiro.

Em termos teórico-metodológicos, observa-se que a análise de ideias produzidas possibilita um melhor esclarecimento a respeito das prioridades e entendimentos adotados nas relações entre os indivíduos que compõem uma mesma instituição.² Trata-se de uma realidade que se aplica aos espaços militares de produção ideacional, tendo em vista que a formulação das políticas de defesa pode ser considerada um efeito causal das ideias debatidas nos ambientes

de construção do pensamento naval brasileiro. Neste sentido, Alexander Wendt³ enfatiza a importância de se analisar o comportamento coletivo dos indivíduos, comportamentos estes baseados em interesses e visões compartilhadas por um mesmo grupo. Desta forma, a teoria construtivista oferece os elementos para se compreender as formas com que as produções ideacionais influenciam nas tomadas de decisão, e isso inclui os militares e o estabelecimento daquelas que deveriam ser as prioridades da Marinha do Brasil na Amazônia.

Interesses são constituídos por ideias e a constituição do poder advém destes interesses compartilhados através de instituições capazes de difundi-los. Do contrário, sem a institucionalização das ideias é impossível a identificação dos objetivos a serem implementados. Com isso, compreende-se que o processo de institucionalização das ideias reflete em ações e delimitações associadas a uma cultura basea-



da em convicções construídas estruturalmente.⁴ Em outras palavras, a institucionalização das ideias em debate depende de mecanismos de propagação, que proporcionem o impacto das mesmas nos setores burocráticos e espaços decisórios – seja na criação de determinada agenda política, ou então, na formulação de um novo pensamento estratégico. No caso da Marinha nacional, a instituição proporcionou a existência de uma elite militar capaz de compartilhar uma identidade, com características e interesses próprios.

Identidade que, apesar de não representar um grupo com pensamento homogêneo, aproxima diferentes propostas estratégicas através da institucionalização das mesmas. Portanto, é comum que algumas das ideias identificadas nos debates sejam incorporadas gradativamente no processo de formulação da estratégia naval brasileira. Acontece que no decorrer dos anos as ideias produzidas e debatidas tendem a ser reavaliadas, e posteri-

ormente aplicadas, conforme o estabelecimento de novas concepções político-estratégicas. Neste caso, os conceitos militares em uso e doutrinas até então empregadas, quase que inevitavelmente, passam por processos de reorientações de cunho estratégico e operacional.

A partir desta perspectiva teórica, baseada nas produções ideacionais, a metodologia empregada neste artigo foi qualitativa e de análise documental, com a utilização: de documentos oficiais produzidos pelo Ministério da Marinha; das monografias dos alunos/militares da Escola de Guerra Naval (EGN); de periódicos profissionais de circulação nos meios militares; e de entrevistas com oficiais-generais da Marinha⁵, os quais participaram do processo de formulação da estratégia da Marinha para a região amazônica. Vale agregar, como fonte, as produções de um periódico da Marinha brasileira em especial e que publica o



“debate” existente no interior dessas organizações: a *Revista Marítima Brasileira*. Ademais, entre os principais documentos oficiais utilizados, destaque para: os relatórios anuais produzidos pelo Ministério da Marinha (de 1981 a 1991). Desta forma, a diversificação destas fontes empregadas possibilitou uma análise mais aprofundada a respeito das produções ideacionais presentes nos diferentes espaços da Marinha do Brasil.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa e de análise documental, optou-se pela utilização do modelo analítico de Benjamin M. Jensen⁶. Para o autor, as mudanças organizacionais militares e suas implicações nas políticas de defesa passam por complexos processos, que não poderiam ser compreendidos se analisados somente através das burocracias formais. A geração de novas ideias depende da criação de redes de conhecimento e mecanismos institucionais que não se

limitam aos espaços decisórios do Estado.

No caso dos militares brasileiros, esses espaços de produções ideacionais atuam de forma complementar nos processos de formulação da estratégica e das políticas de defesa. Com isso, entende-se por *incubadoras* os espaços informais – na qual se estabelecem além das dependências hierárquicas militares – e que funcionam enquanto mecanismos institucionais que possibilitam reimaginar as forças armadas e a forma de se fazer a guerra. Por sua vez, as *redes de advocacy* atuam, de forma paralela e combinada, com as incubadoras ao estabelecerem espaços para que as ideias formuladas circulem e assim possam ser pulverizadas nos diferentes ambientes da instituição militar. Destaca-se neste caso, a capacidade destas redes de influenciar na geração de novas percepções e na promoção de mudanças no interior das instituições militares – inicialmente, nas instituições militares de formação do oficiala-



to e, posteriormente, influenciando na criação de novas agências político-estratégicas⁷.

Neste sentido, a Escola de Guerra Naval atua enquanto *incubadora* de ideias, tendo em vista seu papel na formação dos novos oficiais superiores que pretendem se tornar almirantes (oficiais-generais). Ademais, as revistas militares especializadas servem de redes de *advocacy* na medida em que ampliam a circulação de ideias propositivas a respeito de determinado tema. E por fim, com a intenção de diversificar as fontes, as entrevistas com os ex-ministros e ex-comandantes da Marinha, evidentemente inseridos neste processo, potencializaram as informações levantadas, ao confirmar a continuidade e/ou as mudanças de pensamento na Marinha brasileira sobre a Amazônia no período analisado.

A MARINHA DO BRASIL NA AMAZÔNIA: MEDIDAS PARA O CONTROLE DAS PRINCIPAIS VIAS FLUVIAIS

As primeiras incursões no rio Amazonas remontam o período colonial brasileiro e a atuação da Marinha Portuguesa na região. Iniciativas estas que se intensificaram com o Brasil independente e com a criação de uma pequena força fluvial para atuar no cenário amazônico. De acordo com o ex-ministro da Marinha, almirante-de-esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira, sempre foi de conhecimento, por parte dos governos brasileiros, a intenção de manter abertas as vias fluviais tendo em vista as limitações de infraestrutura das estradas no Amazonas – enfatizando assim a importância da construção da estrada Transamazônica. E ainda, conforme o almirante Mauro Cesar, naquela região o que realmente funciona são os rios, afirmando que “[...] uma via fluvial bem construída poderia ser um meio de trans-



porte menos poluente que qualquer outro”⁸.

Contudo, e apesar dos interesses históricos mencionados, a Marinha realmente intensificou suas ações de presença na região amazônica a partir dos anos de 1980, por meio de medidas que se deram tendo em vista as transformações conjunturais delimitadas pelo final da Guerra Fria, e o surgimento de novas ameaças, que, de certa maneira, tinham relação com o aumento dos interesses de internacionalização da Amazônia por parte das potências militares Ocidentais.

Neste sentido, a preparação do poder naval brasileiro, entre os anos de 1980 e início da década de 1990, manteve uma finalidade defensiva. E que apontava, sobretudo, para a integridade terrestre e marítima do Brasil em um cenário de ameaças não delimitadas, pautadas apenas em hipóteses de conflito. Com isso, a Marinha pensou sua estratégia a partir de quatro cenários diferentes:

- de *contenciosos com grandes potências*, que poderiam agir unilateralmente tendo como justificativa as questões de proteção ambiental – e que seriam nada mais nada menos que uma forma de se ter acesso aos recursos naturais do país;

- de *conflitos regionais*, que exigiriam a capacidade de projeção do poder naval/aeronaval e anfíbio – com este segundo cenário fazendo com que a Marinha repensasse a sua capacidade de mobilidade das forças terrestres, bem como a capacidade de transporte e desembarque destas forças com rapidez, para assim prover apoio de fogo e logístico;

- de *conflitos fronteiriços irregulares*, na qual o Brasil seria ameaçado por ações irregulares originárias dos países vizinhos, por conta de conflitos internos ou atividades ilícitas – guerrilha, produção e tráfico de drogas, contrabando; e

- para as *questões de ordem interna* que, no caso da Amazônia, previa o combate de possíveis focos guerrilheiros e na ne-



cessidade de transporte hidrográfico nas regiões fluviais navegáveis, atuando de modo conjunto com o Exército brasileiro⁹.

Com isso, para além da sua presença no Atlântico Sul, a partir dos anos de 1980, os cenários fluviais e ribeirinhos tornaram-se mais relevantes estrategicamente no pensamento naval brasileiro. No 4º Distrito Naval, correspondente à região amazônica naquele período, enfatizou-se uma maior aproximação da Marinha com o Exército. Principalmente nas operações conjuntas e de transporte de tropas do Exército pela Marinha, com o objetivo de ocupar e controlar as áreas ribeirinhas – operações estas que nem sempre contavam com a atuação dos fuzileiros navais¹⁰.

Se por um lado o teatro amazônico proporcionava boas relações entre a Marinha e o Exército, por outro, existiam reclamações da Marinha sobre a indisponibilidade de aeronaves por parte da Força Aérea Brasileira (FAB). Por exemplo, em

1987 a FAB não disponibilizou aeronaves para o transporte dos fuzileiros navais da Esquadra, e do equipamento e material necessário, para as operações fluviais da Amazônia daquele ano, resultando assim em algumas limitações operacionais¹¹. Para a Marinha, este episódio, inserido em uma situação de real combate, poderia comprometer gravemente a atuação da Marinha e do Exército na área.

A região de fronteira brasileira, se referindo especialmente à Amazônia, é entendida pela Marinha como uma região de ameaças de baixa intensidade. Neste sentido, o almirante Mario Cesar Flores¹² destacou que os conflitos fronteiriços irregulares afetariam mais o Exército e a Força Aérea do que a Marinha. Realidade esta que implicaria, segundo o almirante Flores, na necessidade de a Marinha se preparar para operar isoladamente ou em cooperação com outras forças militares na região. Mais precisamente, esta cooperação poderia acontecer com o



Exército e a Força Aérea, ou então, com as forças policiais nas regiões fronteiriças cuja configuração fluvial permitisse o uso de navios/embarcações e o emprego de táticas envolvendo tripulações profissionais da Marinha. De modo geral, a Amazônia, com seus acessos fluviais, é uma região que gerou e continua gerando preocupações para a Marinha, com isso podendo ser percebido na orientação básica da força em referência ao controle das águas interiores do país. Tanto é que a segurança das instalações e meios relacionados com o transporte hidroviário foram inseridos nas questões de segurança interna, prevendo-se neste caso a capacitação da Marinha de realizar operações antiguerrilha em áreas fluviais¹³.

Considerando os elementos estratégicos mencionados, entende-se que as forças brasileiras de emprego fluvial naquele contexto eram insuficientes, e que enfrentavam limitações e deficiências por conta da obsolescência da maioria dos seus navios.

Realidade que conforme o Estado-Maior da Armada era uma consequência da demora no recebimento de peças sobressalentes para a manutenção destas embarcações fluviais¹⁴. As embarcações de apoio logístico apresentavam desgastes e fragilidade nos seus sistemas de propulsão, o que impossibilitava estes navios de alcançarem altas velocidades¹⁵.

Desta forma, naquele cenário fluvial de atuação da Marinha, identificou-se uma série de deficiências no preparo de suas forças envolvendo a capacidade de transportes táticos e logístico, meios de comunicação, e dos sistemas instalados nas embarcações empregadas no 4º Distrito Naval. Limitações estas que eram identificadas na medida em que aumentava a frequência das Operações Ribeirinhas realizadas na Amazônia¹⁶. Com isso, é importante destacar que estas operações, além de preparar os meios fluviais, pretendiam também levantar informações relevantes a respeito dos diversos rios da



região amazônica. Lembrando também que a crescente presença da Marinha brasileira na região amazônica serviu para sustentar, por parte da Marinha, uma série de insatisfações envolvendo a sua dependência logística com a FAB na realização de determinados exercícios fluviais, assim como acontecia em alguns exercícios marítimos no Atlântico Sul¹⁷.

Com efeito, afirmou-se que o dimensionamento destas forças da Marinha na Amazônia não precisaria ser de grande porte. Entendia-se que a mobilidade naval permitiria, caso fosse necessário, o reforço da região com as unidades de Fuzileiros Navais de outros Distritos Navais – distritos navais que também poderiam mobilizar embarcações e helicópteros para diferentes áreas. E, portanto, as lanchas de diversos portes serviam para os exercícios de policiamento e patrulhamento em águas próximas aos portos e interiores fluviais. Ademais, se tratavam de elementos estratégicos que justificavam

a disposição de uma Força Fluvial na Amazônia composta pelos navios-patrolha da Flotilha do Amazonas. Com isso, compreendia-se, com certa naturalidade, a importância do uso de embarcações civis nas regiões fluviais para o transporte de pessoal e material militar, assim como de combustível e insumos alimentícios em geral. Deste modo, as embarcações menores foram direcionadas para o patrulhamento e deslocamento tático de frações de tropas na região. Tanto é que a garantia de acesso dos rios, para a mobilização de tropas e transporte de suprimentos, tornou-se algo indispensável para a atuação da Marinha na Amazônia, considerando que eram – e continuam sendo – poucas e quase inexistentes as estradas na região amazônica¹⁸.

Nos anos finais de 1980, a Marinha procurou acompanhar o movimento do Exército Brasileiro em direção à Amazônia, de forma que conseguisse contribuir de maneira geral com a presença/atuação dos militares brasi-



leiros na região amazônica. Neste contexto, o Projeto Calha Norte era um dos principais referenciais no sentido de fornecer as linhas centrais de ação / orientação e propósitos a serem alcançados pelos militares na Amazônia. Entretanto, é importante lembrar que o Projeto Calha Norte surgiu de uma série de estudos do Conselho de Segurança Nacional realizados no ano de 1985¹⁹ e que, portanto, seus objetivos foram delimitados nos anos correspondentes ao final da Guerra Fria. Ademais, torna-se impossível compreender a atuação da Marinha brasileira na Amazônia sem destacar os objetivos do Projeto Calha Norte, que pretendiam promover uma maior integração da região amazônica ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas com o restante do país. De modo geral, o projeto previu inicialmente: um aumento da presença militar na região; a ampliação das infraestruturas viárias; e a interiorização dos polos de desenvolvimento econômico do país. E, no plano polí-

tico-estratégico o projeto estabeleceu – e manteve este propósito ao longo dos anos – a necessidade de se reforçar a presença militar brasileira, principalmente, nas regiões fronteiriças e que apresentavam algum tipo de vulnerabilidade²⁰ em termos de segurança e defesa do território brasileiro²¹.

Neste sentido, com relação ao controle dos principais rios da Amazônia, o ex-comandante da Marinha (2003-2006), almirante-de-esquadra Roberto de Guimarães Carvalho, em entrevista, declarou que há uma frase que a Marinha habitualmente gosta de citar: “Quem controla o rio, controla a margem”. Afirmando, desse modo, que, para qualquer atividade a ser desempenhada na Amazônia, o uso dos rios é indispensável, e a Marinha deveria cumprir este papel²². Esta realidade fez com que a Marinha inserisse a Amazônia em seu planejamento estratégico, dedicando assim uma maior atenção para que conseguisse assegurar a proteção e, conseqüentemente, o



controle das principais calhas fluviais de acesso para a região amazônica. Com isso, percebe-se que a Amazônia esteve no pensamento político-estratégico da Marinha, de forma mais recorrente, desde o início dos anos de 1980, em um momento que a força apresentava os primeiros indicativos para a diversificação das suas capacidades e ampliação dos cenários de atuação do poder naval brasileiro²³. A configuração de uma Marinha para atuar em águas marrons, tornava-se assim uma das capacidades a serem ampliadas na Marinha do Brasil e, por conta disso, previu-se um incremento de sua presença nos rios interiores do país, em especial, da região amazônica.

AS OPERAÇÕES RIBEIRINHAS E AS FORÇAS DE EMPREGO FLUVIAL NA REGIÃO AMAZÔNICA

Com relação ao preparo das forças para o emprego fluvial, antes de iniciar a análise desde

elemento do pensamento da Marinha do Brasil, é importante mencionar antecipadamente que em águas fluviais, na Amazônia e também no Pantanal, conforme a estrutura militar de guerra brasileira, as operações fluviais são consideradas um Teatro de Operações Terrestres (TOT). Desta forma, a força fluvial da Marinha, que atua nestes dois cenários, torna-se uma força componente do TOT comandado por um oficial-general do Exército. Assim, estabeleceu-se que em águas fluviais a Marinha do Brasil terá uma força componente subordinada a um comandante do Exército²⁴. Neste sentido, e de acordo com Alexandre Jauhar Cardoso, as operações ribeirinhas realizadas na Amazônia e também no Pantanal combinam as diferentes características de operações terrestres, navais e aéreas – algo que inevitavelmente demanda o emprego de táticas e técnicas específicas, bem como a organização de equipamentos adaptados para aquele ambiente²⁵.



Especificamente sobre as operações ribeirinhas, em 1989 foram realizados estudos por um Grupo de Trabalho formado pelo 4^a Distrito Naval e pela Flotilha do Amazonas, com o propósito de avaliar a condução dessas operações na região amazônica. Avaliou-se nestes estudos todos os aspectos situacionais da região, com o objetivo de aprimorar a doutrina e os procedimentos nesse tipo de operações. A partir dos resultados destes estudos, salientou-se a necessidade de obtenção e/ou construção de um número maior de meios fluviais de transporte de tropas para o 4^o Distrito Naval. Ademais, destacou-se também a capacidade de transporte dos helicópteros empregados pela Marinha, que poderiam transportar 13 homens armados e equipados nas regiões da Amazônia – região esta avaliada pela Força de Fuzileiros da Esquadra como uma área de características peculiares²⁶. Nesse sentido, em 1990, a Escola de Guerra Naval participou do I Ciclo de Estudos Militares da Esco-

la de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Durante este evento, foi debatida a realização de exercícios envolvendo o emprego de uma força-tarefa anfíbia composta pelos três ramos das forças armadas. Na simulação de cenários, previu-se entre as escolas de altos estudos militares – a ECEME, a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) e a EGN – a realização de exercícios conjuntos, estabelecendo-se assim o que deveriam ser os “Fundamentos do Planejamento de uma Operação Anfíbia” para uma atuação brasileira interforças²⁷.

Conforme assinalou o almirante Mário Cesar Flores, as preocupações com a Amazônia estiveram presentes no pensamento naval brasileiro durante os últimos cinquenta anos. Manifestando que a Marinha do Brasil esteve preocupada com a sua presença na Amazônia muito antes do período em que ele havia sido ministro da Marinha (1990-1992) durante o governo Collor. E, quando ocupava a pasta, Flo-



res prestou atenção para aquilo que ele chamou de “ação parapolicial para controlar as vias fluviais da região”. Sendo assim, e considerando o fato de que a Marinha não havia tido qualquer problema realmente militar na região, manteve-se a ideia de que o patrulhamento naval deveria ser constante para satisfazer as necessidades de segurança daquela região²⁸. Inclusive, nesse sentido, aumentaram, de maneira geral, as produções ideacionais a respeito de qual deveria ser o pensamento político-estratégico da Marinha para a Amazônia, bem como observou-se a forma de se operar naquela região envolvendo o emprego dos fuzileiros navais.

Nos anos de 1980, percebe-se na Marinha um maior direcionamento das atenções para o aprestamento das forças para emprego fluvial²⁹, com os debates produzidos abordando quais deveriam ser as características dos navios para o transporte de tropas na região amazônica. Isso porque os meios fluviais empre-

gados, naquele momento, não atendiam as necessidades de mobilização da Marinha do Brasil, o que limitava a sua atuação quando se tratava das águas interiores pertencentes ao 4º Distrito Naval.

Entendia-se, dessa forma, que o transporte de tropas nas corvetas e navios de patrulha fluvial tornavam a tropa exposta ao tempo e totalmente vulnerável a ataques vindos tanto das margens quanto de outras embarcações³⁰. Em entrevista, Mário Cesar Flores lembrou de um importante episódio de quando havia frequentado o curso de Comando e Estado-Maior da Marinha dos Estados Unidos, no *Naval War College*, em 1969. Nas palavras do almirante Flores:

[...] no período em que estive nos Estados Unidos, eu ouvi com certa frequência, nas conferências e por parte de alguns oficiais americanos que tinham experiência no [conflito do] Vietnã, um forte debate sobre os conflitos fluviais [daquela guerra].



[...] Os militares americanos mostravam que o conflito nos rios não era entre navios armados, até porque os vietnamitas naquele momento não tinham navios³¹.

Neste sentido, Mário Cesar Flores afirmou que nos cenários de conflito fluvial durante a Guerra do Vietnã, o emprego de navios concentrou-se no transporte de pequenas tropas terrestres que eram desembarcadas e, a partir de então, seguiam as operações em terra. Este pensamento estratégico-operacional modificou a forma de a Marinha brasileira pensar as operações fluviais. Com isso, quando se fala em treinamento da Flotilha do Amazonas, fala-se em operações fluviais, com estas operações podendo ser realizadas com os fuzileiros navais e/ou com as forças do Exército. E ainda, de acordo com Flores, estabeleceu-se que as operações de guerra em si aconteceriam em terra, ficando sob responsabilidade dos navios o transporte e a garantia de apoio logístico, desconside-

rando-se desta forma a hipótese de um conflito entre navios para o controle dos rios³².

Com efeito, apontou-se para o fato de existirem limitações financeiras na Marinha que refletiam diretamente na redução dos efetivos nas Operações Ribeirex realizadas na Amazônia. Limitações financeiras que devem ser inseridas no contexto de crise econômica do Brasil, entre os anos de 1980 e 1990, e que foram sentidas com maior intensidade nos anos iniciais da década de 1990. Entretanto, esta realidade não impediu necessariamente a participação da Força de Fuzileiros da Esquadra nos exercícios realizados na região amazônica, com os seus efetivos sendo dimensionados muito mais em função da disponibilidade do transporte aéreo prestado pela FAB. Neste contexto, o 4º Distrito Naval manteve a realização de duas Operações Ribeirinhas no Estado do Amazonas: a Operação Leão no Rio Solimões, nas proximidades de Manacapuru; e a Operação Ribeirex Amazonas,



nas proximidades de Itacoatiara³³. Estas operações, de certa maneira, serviram de resposta para os debates internos que se intensificavam a respeito das atividades a serem desenvolvidas pela Marinha na Amazônia, especialmente, em decorrência da presença de forças militares extrarregionais nos países amazônicos que fazem fronteira com o Brasil³⁴.

De toda forma, fato é que o final da Guerra Fria fez com que as Forças Armadas repensassem a estratégia de Defesa Nacional, e por conta disso o cenário amazônico recebeu maior atenção por parte dos militares brasileiros. Em particular, a Marinha enfatizou a importância do controle das águas interiores do país, com a utilização de navios pequenos e de embarcações de portes diversos, em número suficiente, para o patrulhamento dos rios e atuação em situações críticas de conflito.

Além da utilização destas embarcações, a atuação da Marinha não se restringiu ao patrulhamento fluvial, ao empregar

também helicópteros de apoio naval. Helicópteros estes que estendiam o raio operacional da Marinha nas áreas mais restritas e de difícil acesso da região. E, em relação à proteção das instalações e meios de transporte hidroviário, o emprego das forças navais inseriu o Corpo de Fuzileiros Navais nas operações em ambiente fluvial para a neutralização de eventuais ações de guerrilha.

Assim, os fuzileiros navais poderiam contribuir com as operações realizadas pelo Exército brasileiro naquele ambiente. Entendia-se que a capacidade anfíbia conseguiria atuar de forma combinada com a capacidade logística e de mobilidade da Marinha, e também de acordo com as características singulares de combate na Amazônia³⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, a imprensa especializada da Marinha e as monografias dos cursos de altos estudos militares da EGN



se tornam fontes reveladoras da formulação do pensamento da Marinha para a Amazônia. Tanto os artigos publicados nos periódicos consultados quanto às monografias publicadas na EGN foram o resultado de estudos produzidos por autores militares, inseridos no cotidiano da Marinha do Brasil. Assim, estas produções militares proporcionaram uma melhor compreensão das ideias e debates produzidos entre os militares brasileiros. Após o acesso e mapeamento destas produções ideacionais, os textos selecionados revelaram as principais linhas de pensamento a respeito do papel da Marinha brasileira na defesa da Amazônia. Desta forma, os documentos consultados neste artigo indicaram determinada sintonia de seus respectivos conteúdos oficiais com aquilo que se debatia na imprensa militar especializada e nos estudos realizados na Escola de Guerra Naval.

A partir dos textos selecionados, foi possível identificar que os debates produzidos serviram de subsídio e que seus conteúdos se tornaram complementares em relação às decisões internas da Marinha do Brasil que envolveriam a sua presença e atuação no cenário amazônico. Contudo, é importante salientar que o objeto analisado neste artigo merece ainda um estudo mais aprofundado, por meio da análise de uma maior variedade e quantidade de fontes.

Ademais, os elementos da teoria construtivista contribuíram para a análise das produções ideacionais utilizadas neste artigo, ao destacar a função dos espaços de gestação de ideias direcionadas para a formulação da estratégia da Marinha para a Amazônia. Com isso, entende-se que as instituições de ensino e de formação de oficiais-superiores atuaram enquanto espaços de interação, especialmente, entre os atores identificados com a elaboração daquelas que seriam as novas e predominantes linhas



de pensamento dentro da Marinha, e que serviriam de referência para a elaboração da estratégia naval brasileira. A confirmação desta interação é verificada na convergência dos debates nos diferentes ambientes da Marinha. É o caso dos artigos citados e que foram publicados nas revistas militares, bem como as monografias dos cursos de altos estudos militares da EGN com o conteúdo dos documentos oficiais produzidos no âmbito do Ministério da Marinha.

Fato é que as transformações conjunturais, delimitadas pelos anos finais da Guerra Fria e a configuração de um novo sistema internacional, fez com que a atuação da Marinha fosse repensada, na medida em que eram avaliadas aquelas que poderiam ser as novas ameaças resultantes destas mudanças de contexto.

Utilizando-se de uma perspectiva defensiva a respeito da Amazônia, percebe-se naquele contexto que a preocupação inicial da Marinha consistiu em sua capacitação para que conseguisse

manter abertas as vias fluviais da região amazônica.

Assim, os cenários terrestres/fluviais e ribeirinhos tornaram-se gradativamente mais relevantes no pensamento naval brasileiro. E isso fez com que a Marinha se aproximasse mais dos demais ramos das Forças Armadas brasileiras no cenário amazônico, principalmente, do Exército e sua presença naquela região. Neste sentido, e por influência da avaliação dos militares norte-americanos sobre os conflitos fluviais e suas lições decorrentes da Guerra do Vietnã, as operações ribeirinhas realizadas pela Marinha brasileira introduziram a ideia de que em ambiente de selva e rios, os conflitos não aconteceriam entre navios armados.

A partir desta concepção estratégica, salientou-se a necessidade de aquisição e/ou desenvolvimento de meios fluviais para o transporte e desembarque de tropas, bem como para o transporte de armamentos e equipamentos de modo que as



operações militares recebessem o apoio logístico necessário.

Para a Marinha, o Projeto Calha Norte, desde a sua criação, tornou-se referencial ao informar as linhas centrais de ação militar na Amazônia em meio a um processo de ampliação dos cenários de atuação do poder naval brasileiro. A gradual presença da Marinha do Brasil na Amazônia tornou evidente a sua crescente preocupação em capacitar-se para operar em águas marrons.

A partir deste processo, a Marinha brasileira, ao formular sua estratégia, passou a direcionar determinada atenção para as ameaças de baixa intensidade e os conflitos irregulares em ambiente de selva, sem necessariamente descartar a possibilidade de um conflito regular de maiores proporções, em meio a uma hipotética presença militar de outros países na região. Com isso, e gradativamente, procurou-se desempenhar a proteção da Amazônia de acordo com uma concepção defensiva não apenas

da Marinha brasileira, mas a partir de uma avaliação situacional compartilhada entre os três ramos das Forças Armadas, e que aproximaria definitivamente as suas correspondentes formulações estratégicas para a região.

A convergência das concepções estratégicas das três Armas contribuiu no sentido de reforçar a ideia de que era necessário estabelecer certa complementariedade das capacidades entre as forças armadas, de modo que se implementasse uma estratégia condizente com as demandas para a defesa daquela parte do território brasileiro. Desta forma, a proximidade das fronteiras, sobretudo, da tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia, sustentou a importância de uma maior presença da Marinha, especialmente em termos de instalações e edificações, para que a sua atuação se tornasse mais ágil e assim correspondesse aos critérios e demandas envolvendo um maior aprestamento das forças de emprego fluvial na Amazônia.



Em linhas gerais, a Marinha procurou concentrar suas atenções para a configuração de um poder naval balanceado com capacidades diversificadas com o propósito de atuar em águas azuis, verdes e marrons. Para tanto, pretendeu-se alcançar, ainda que sem muita previsibilidade, aquela que deveria ser uma Marinha de capacidades tanto oceânicas quanto fluviais, para operar no Atlântico Sul e também nos rios interiores do país, com certa prioridade sendo reservada para a Amazônia.

FONTES PRIMÁRIAS

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Entrevista realizada com o ex-chefe da Divisão de Política e Planejamento Estratégico do Estado-Maior da Armada (2000-2003)*, capitão-de-mar-e-guerra Francisco Eduardo Alves de Almeida. Rio de Janeiro, 13 de junho de 2019.

BRASIL. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. *Manual de Operações Ribeirinhas*. (MD33-M-

15). Brasília: Ministério da Defesa, 2020b.

CARVALHO, Roberto de Guimarães. *Entrevista realizada com o ex-comandante da Marinha do Brasil (2003-2006)*, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho. Rio de Janeiro, 18 de julho de 2019.

FLORES, Mário Cesar. *Entrevista realizada com o ex-ministro da Marinha do Brasil (1990-1992)*, almirante-de-esquadra Mário Cesar Flores. Rio de Janeiro, 15 de julho de 2019.

MARINHA DO BRASIL. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. CGCFN-2500. *Manual de Ações Navais nas Operações Ribeirinhas*. Rio de Janeiro, 2005.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1981*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1984*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1985*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1987*. Arquivo da Marinha.



MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1988*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1989*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1990*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1991*. Arquivo da Marinha.

MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1993*. Arquivo da Marinha.

PEREIRA, Mauro Cesar Rodrigues. *Entrevista realizada com o ex-ministro da Marinha do Brasil (1995-1998), almirante-de-esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira*. Rio de Janeiro, 20 de junho de 2019.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de; MOREIRA, William de Souza (Orgs.). *Estudos Marítimos: visões e abordagens*. São Paulo: Humanitas, 2019.

CARDOSO, Alexandre Jauhar. *As ações desencadeadas pela Marinha do Brasil nas operações combinadas na Amazônia Ocidental*. Escola de Guerra Naval. Monografia do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (CEMOS). Biblioteca da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2008.

FLORES, Mário Cesar. *Bases para uma política militar*. Campinas: Unicamp, 1992.

FLORES, Mário Cesar. O preparo da Marinha nos anos 90. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 110, n. 1/3, pp. 13-42, jan./mar. 1990.

GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert (Orgs.). *Ideas and foreign policy: beliefs, institutions, and political change*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1993.

JENSEN, Benjamin. *Forging the sword*. Doctrinal change in the U.S. Army. Stanford: Stanford University Press, 2016.

MARQUES, Adriana Aparecida. *Amazônia: pensamento e presença militar*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Políti-



ca. Universidade de São Paulo, 2007.

PIVATTO JÚNIOR, Dilceu Roberto. *A construção do pensamento naval brasileiro: formulações político-estratégicas e desenvolvimento tecnológico (1967-2008)*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, março de 2024.

SANTOS, Antônio Carlos Tourinho. *O Projeto Calha Norte*. Escola de Guerra Naval. Monografia do Curso de Política e Estratégia Marítimas (C-PEM). Rio de Janeiro/1989. Arquivo da Marinha, n. 70.775, caixa: 188.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A Evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. New York: Cambridge University Press, 2003.

WENDT, Alexander. *The agent-structure problem in International Relations theory*. International Organization, v. 41, n. 3, pp. 335-370, Summer, 1987.

NOTAS

¹ A atuação da Marinha do Brasil na Amazônia compõe parte do Projeto Calha Norte, o qual pretende promover uma maior integração da região amazônica ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas com o restante do país. Em síntese, o Projeto Calha Norte prevê: um aumento da presença militar na região; a ampliação das infraestruturas viárias; e a interiorização dos polos de desenvolvimento econômico do país. E, no plano estratégico o projeto estabeleceu – e manteve este propósito ao longo dos anos – a necessidade de se reforçar a presença militar brasileira, principalmente, nas regiões fronteiriças e que apresentam algum tipo de vulnerabilidade em termos de defesa do território brasileiro.

² GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert (Orgs.). *Ideas and foreign policy: beliefs, institutions, and political change*. Ithaca/London: Cornell University Press, 1993, p. 3-8.

³ WENDT, Alexander. *The agent-structure problem in International Relations theory*. International Organization, v. 41, n. 3, pp. 335-370, Summer, 1987.

⁴ WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. New York: Cambridge University Press, 2003, p. 104-122.



⁵ Por conta da pesquisa para a elaboração da tese de doutorado, em 2019, o autor deste artigo foi aluno/pesquisador na Escola de Guerra Naval (EGN). Este período de estudos/pesquisa proporcionou uma importante aproximação deste autor com as autoridades da Marinha do Brasil. Portanto, as entrevistas utilizadas neste artigo, com ex-ministros da Marinha, foram realizadas neste período de estudos na Escola de Guerra Naval.

⁶ De modo geral, observa-se que Benjamin M. Jensen utilizou a ideia de incubadoras e a constituição de grupos – as redes de *advocacy* – para a promoção de determinadas ideias com o objetivo de analisar alguns dos aspectos doutrinários do Exército dos Estados Unidos, e neste caso o autor não pretendia universalizar estes mecanismos institucionais como se estivesse apresentando uma teoria. Contudo, é possível perceber a influência destes espaços ideacionais separados das burocracias formais quando se tratando das mudanças de doutrina e de pensamento militar em outras Forças Armadas. E, portanto, compreende-se que o modelo de análise de Jensen pode ser utilizado para a análise do pensamento da Marinha brasileira, dada a existência destes mecanismos institucionais. Ver JENSEN, Benjamin. *Forging the sword*.

Doctrinal change in the U.S. Army. Stanford: Stanford University Press, 2016.

⁷ JENSEN, op.cit., p. 142.

⁸ PEREIRA, Mauro Cesar Rodrigues. *Entrevista realizada* com o ex-ministro da Marinha do Brasil (1995-1998), almirante-de-esquadra Mauro Cesar Rodrigues Pereira. Rio de Janeiro, 20 de junho de 2019.

⁹ FLORES, Mário Cesar. O preparo da Marinha nos anos 90. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 110, n. 1/3, pp. 13-42, jan./mar. 1990, p. 13-20.

¹⁰ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1987*. Arquivo da Marinha, p. II-29.

¹¹ *Ibidem*, p. II-37.

¹² FLORES, 1990, op.cit., p. 13-42.

¹³ *Ibid*, p. 19-22.

¹⁴ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1985*. Arquivo da Marinha, p. I-09.

¹⁵ *Ibid.*, p. I-09.

¹⁶ Em 1985, foram realizadas no 4º Distrito Naval três Operações Ribeirinhas, sendo duas de menor porte (Leão I e II) e outra de maior envergadura envolvendo a Força de Fuzileiros Navais da Esquadra (Ribeirex). Ver MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1985*. Arquivo da Marinha, p. II-27.



¹⁷ Ibid., p. II-27.

¹⁸ FLORES, 1990, op.cit., p. 33.

¹⁹ MARQUES, Adriana Aparecida. *Amazônia: pensamento e presença militar*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política. Universidade de São Paulo, 2007, p. 157.

²⁰ Algumas das vulnerabilidades identificadas nas fronteiras brasileiras: (i) a existência/presença de grupos guerrilheiros na Guiana, Colômbia, Suriname e Bolívia; (ii) disputas territoriais entre Peru e Equador; e (iii) a possibilidade de Venezuela e/ou Guiana reverem suas fronteiras com o Brasil. Ver: MARQUES, op.cit., 2007, p. 159.

²¹ MARQUES, op.cit., 2007, p. 157.

²² CARVALHO, Roberto de Guimarães. *Entrevista realizada com o ex-comandante da Marinha do Brasil (2003-2006)*, Almirante-de-Esquadra Roberto de Guimarães Carvalho. Rio de Janeiro, 18 de julho de 2019.

²³ PIVATTO JÚNIOR, Dilceu Roberto. *A construção do pensamento naval brasileiro: formulações político-estratégicas e desenvolvimento tecnológico (1967-2008)*. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, março de 2024, p. 253-267.

²⁴ ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. *Entrevista realizada com o ex-*

chefe da Divisão de Política e Planejamento Estratégico do Estado-Maior da Armada (2000-2003), capitão-de-mar-e-guerra Francisco Eduardo Alves de Almeida. Rio de Janeiro, 13 de junho de 2019.

²⁵ CARDOSO, Alexandre Jauhar. *As ações desencadeadas pela Marinha do Brasil nas operações combinadas na Amazônia Ocidental*. Escola de Guerra Naval. Monografia do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores (CEMOS). Biblioteca da Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 2008.

²⁶ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1989*. Arquivo da Marinha, p. II-35.

²⁷ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1990*. Arquivo da Marinha, p. I-07.

²⁸ FLORES, Mario Cesar. *Entrevista realizada com o ex-ministro da Marinha do Brasil (1990-1992)*, almirante-de-esquadra Mário Cesar Flores. Rio de Janeiro, 15 de julho de 2019.

²⁹ Em 1984 o Estado-Maior da Armada criou o Comando Combinado na Amazônia; e em 1985 foi criado o Grupamento de Fuzileiros Navais de Manaus. Ver MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1984*. Arquivo da Marinha, p. VII-36ss.

³⁰ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1987*. Arquivo da Marinha, p. I-09s.



³¹ FLORES, op.cit., 2019.

³² Ibid.

³³ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1988*. Arquivo da Marinha, p. II-47.

³⁴ MARINHA DO BRASIL. Ministério da Marinha – *Relatório do ano de 1993*. Arquivo da Marinha, p. I-37.

³⁵ FLORES, Mário Cesar. O preparo da Marinha nos anos 90. *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro, v. 110, n. 1/3, pp. 13-42, jan./mar. 1990, p. 22.

A ascensão dos Militares na Política: da República Velha ao Estado Novo e os reflexos deste movimento na formação política e social de Santa Catarina - a Guerra do Contestado

Rosa Beatriz Madruga Pinheiro ^a

Resumo: Durante a “República Velha” brasileira de 1889-1930, as regiões distantes do país eram geralmente desinteressadas e às vezes até inconscientes do governo nacional. Nos 30 anos seguintes, os militares desempenhariam um papel fundamental na consolidação da República nacional. No entanto, embora os pensadores militares professassem sua fé na política democrática, sua falta de confiança nos políticos da vida real e sua crença em sua própria retidão combinaram-se para fazê-los ver a intervenção militar como necessária e boa para a nação. Ao pesquisar e apresentar este tema que aborda o Contestado, procura-se mostrar como a historiografia militar trata esse período de complexa interação do oficialato do Exército com a sociedade civil e como essas relações de poder forjaram o destino político social de Santa Catarina e, por consequência, da nação brasileira, a fim de permitir esmiuçar os jogos políticos e de poder no período delimitado, além de possibilitar perceber até que ponto a sociedade civil foi agente do processo de construção dessa ordem social muitas vezes conduzida pelos militares é o tema deste artigo. Uma questão de ordem, para se obter melhor entendimento do tema pesquisado: quando se usar a palavra militar, entenda-se militar do Exército Brasileiro. A Armada (Marinha de Guerra) do Brasil não está dissociada desse processo político (objeto da pesquisa), porém o foco se prende tão somente ao contexto do Exército Brasileiro no período delimitado.

Palavras-Chave: República Velha; militarismo; Contestado.

^a Professora, mestre em Relações Internacionais para o Mercosul.



“[...] a região contestada esteve sempre [...] entregue ao despotismo dos chefetas locais, ao desvario de uma sorte inumerável de crimes mal apurados e ao desmando de caudilhos terríveis [...]: e tais têm sido os propulsores morais das causas que levaram à rebeldia, como recurso de defesa, os sertanejos ignorantes e espoliados pelos prepotentes”.

(Demerval Peixoto, militar que esteve presente no palco da guerra.)¹

INTRODUÇÃO

O Exército Brasileiro, desde sua gênese no século XVII, participou com destaque da evolução política do Brasil, até o fim dos governos militares, em meados da década de 1980. Porém, no período entre os eventos da Proclamação da República e da Revolução de 1930, a força terrestre e muitos militares, de forma isolada ou agindo em conjunto, foram protagonistas em várias

ocasiões e, em maior ou menor grau, de atos e ações que influenciaram os destinos políticos do Brasil.

A intenção desta pesquisa se prende ao fato de que a história do Exército não está deslocada da vida cotidiana brasileira nem da formação do Estado Novo no país. Afinal, a matéria-prima do EB – a pessoa a ser militarizada – é, antes de tudo, produto da sociedade civil.

Desencadeada em outubro de 1912, em terras do Estado de Santa Catarina, no sul do Brasil, por questões relacionadas, inicialmente, a desavenças entre chefes políticos locais, a Guerra do Contestado (1912-1916) tomou dimensões que exigiram a participação maciça das forças militares federal e estaduais para vencer uma das mais expressivas insurreições populares da República.

Também conhecida como “guerra dos fanáticos”² ou “guer-



ra de S. Sebastião”³, o Contestado foi um conflito cuja compreensão exige atenção às múltiplas questões envolvidas na sua gênese. Para os militares, a campanha converteu-se em verdadeira “guerra” interna, dada a mobilização superior a 1/3 do efetivo do Exército Brasileiro, além da participação das forças policiais estaduais e civis contratados e armados pelos coronéis-fazendeiros do Contestado.

Para os habitantes envolvidos no movimento, o ocorrido foi uma revolta popular com propósitos diversos e forte conteúdo idealista, destacando-se a luta contra o poder de determinados coronéis-fazendeiros e o atendimento às profecias que anunciavam um conflito cujo desfecho inauguraria tempos de paz e felicidade.

Percebida como um evento de impacto regional, somente alguns pesquisadores reconheceram no Contestado um acontecimento de repercussões mais amplas do que aquelas notadas nos estados do Paraná e Santa

Catarina. Mas esta percepção não está devidamente contextualizada, pois o Contestado repercutiu na política e nas finanças nacionais. Foi um episódio que exigiu a intervenção federal, no combate à rebelião e na mediação dos interesses interestaduais, inserindo-se no contexto do coronelismo e das políticas salvacionistas do governo do Marechal Hermes da Fonseca e a maciça e desproporcional ação militarizada no conflito, tema desse artigo.

Fica evidenciado que no Contestado, os rebeldes não dispunham de uma expressiva força militar. Lutavam com meios e organização precários e empregavam táticas não convencionais, sem estabelecer objetivos militares em cumprimento de estratégias de luta armada. O Contestado é aqui reconhecido como tema relevante à compreensão dos conflitos armados sob a perspectiva da atuação do Exército. Isso, entretanto, não implica considerar esse fenômeno como uma “guerra” em sentido estrito.



A CONCESSÃO DE TERRAS E O EXÉRCITO

Atuando como protetor explícito da ordem constitucional, o *establishment*⁴ militar colocou-se como moderador da sociedade cotidiana e, assim, legitimou sua intervenção na arena política.

Intervir na política seria uma tendência consistente nos militares brasileiros – desde a ajuda aos camponeses do interior, passando pela insurreição contra a própria estrutura hierárquica e o elitismo do governo nacional, até o estabelecimento de um novo regime com uma base de apoio mais ampla, para derrubar esse governo quando se tornou impopular.

Mesmo com a profusão de obras sobre o tema e um documentário, 110 anos após o início do embate, o Contestado continua despertando interesses e suscitando pesquisa, com diversas abordagens, porém a ação das forças militares para acabar com esse movimento torna-se necessária, para apresentar um

estudo focado neste assunto. Pesquisar, estudar e relatar este movimento evidencia que o Contestado sintetiza, com extremado vigor, a marca distintiva de nosso país, a produção da enorme e brutal desigualdade social da época, sob os auspícios dos governantes.

Diante do rápido avanço das forças capitalistas no planalto catarinense, representadas pela presença incisiva do grupo de Percival Farquhar, megaempresário estadunidense, os caboclos lá residentes foram expulsos de suas terras, viram-se na condição de “empecilho” para o avanço do processo de modernização econômica. Para o Ministério da Agricultura da República Velha, as vastas e ricas terras disponíveis na área contestada deveriam pertencer ao empresário e aos colonos imigrantes europeus que se instalavam na região.

Sem representação política no âmbito estatal, sem ter efetivamente a quem recorrer no campo institucional, a não ser no invariável poderio dos coronéis,



os caboclos do Contestado construíram sua rebeldia no âmbito da religiosidade popular, por eles redefinida, expandida e territorializada. Trataram de se defender, de erguer “cidades santas” e nestas fundaram a irmandade cabocla, seu modo concretamente possível de impedir, de negar o avanço da ordem capitalista que os expulsou e marginalizou.

Conforme Aquino,

em sua luta viria à frente do Exército Encantado de São Sebastião. Foi então que se organizaram as cidades-santas, que chegaram a reunir cerca de 20 mil sertanejos dispostos a lutar com os peludos. Eram redutos ou redutinhos formando uma resistência armada [...]⁵.

Embora se arrastasse desde os meados do século XIX, a contenda entre Santa Catarina e Paraná acerca da questão de seus limites territoriais, para os caboclos não importava se as terras pertencessem a um ou ao outro desses Estados. Diante das limitações de uma dura vida cotidia-

na, o Estado estava ausente como aparelho institucional, representação, entidade coletiva. Para os caboclos, o coronel era o Estado, sobretudo era um compadre. Em tais condições de existência, cresce para eles a importância da presença do monge João Maria que, em suas infinitas andanças interior a fora, com seu falar manso de sabedoria popular, preenche os espaços sociais vazios – da autoridade justa, do médico, do professor – e anuncia a vinda de novos tempos em que a felicidade, a fartura e justiça se farão presentes. Constitui-se como companheiro ímpar do povo da serra.

A guerra começou pequena, com um grupo reduzido de sertanejos (moradores desses campos do Sul, chamados de sertão na época) que em 1912 reuniu-se em torno de um curandeiro. José Maria seguia a tradição de outros dois curandeiros que haviam passado por lá anos antes e eram considerados “monges” pelos sertanejos. Ele também fazia profecias: anunciava uma mo-



narquia celestial em que todos viveriam em comunhão, dividindo bens.

Dos seguidores do novo monge, muitos eram posseiros, sitiantes e pequenos lavradores que haviam sido expulsos das terras em que viviam pelo grupo americano responsável pela construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, de Percival Farquhar, já citado anteriormente.

Além disso, a *Brazil Railway Company* recebeu, dentro de uma área de 30km (15km de cada lado dos trilhos), as terras consideradas devolutas, como se nada e nem ninguém as ocupasse. Também ganhou o direito de revender os terrenos desapropriados às margens do traçado da ferrovia. Dessa forma, o governo federal, ignorava a Lei das Terras de 1850, que estabelecia normas sobre a posse das terras brasileiras – somente por meio da compra alguém poderia tornar-se proprietário.

O motivo era direto e a conta era simples. A companhia recebia

subvenção do governo brasileiro por metro linear construído. Havia interesse financeiro em aumentar o trajeto. O resultado foi o surgimento de linhas longas, antieconômicas e de manutenção dispendiosa em excesso.

Após a construção da estrada de ferro, a região, coberta de matas de árvores nobres como a araucária, começou a ser desmatada. O empresário ergueu lá a maior madeireira da América do Sul na época e uma companhia colonizadora que, depois do desmate, venderia as terras a imigrantes europeus. Famílias que viviam no local foram expulsas por milícias armadas da empresa, com apoio das autoridades brasileiras.

Visando impedir uma intervenção federal, o Estado do Paraná enviou o Regimento de Segurança (atual Polícia Militar do Paraná) para resolver um problema causado por nativos da região do Contestado que, desalojados de suas terras, resistiam à ação de empresas internacionais naquela região. Uma ação



desastrosa e precipitada da tropa estadual, culminou com a intervenção federal, convertendo o então conflito passivo em conflito armado, que se estendeu de 1912 a 1916.

Hermes da Fonseca era o presidente do Brasil na época da Guerra do Contestado (1912-1916), e desempenhou um papel crucial na condução das ações governamentais durante esse conflito. Seu mandato presidencial, que se estendeu de 1910 a 1914, abrangeu o período inicial da guerra, e suas decisões e estratégias moldaram a abordagem do governo federal em relação ao conflito.

Fonseca foi responsável por autorizar a intervenção militar na região do Contestado em resposta às tensões e conflitos que surgiram de disputas territoriais, deslocamentos de populações locais e confrontos entre as comunidades sertanejas e as forças de segurança. Sua decisão refletiu uma postura de manutenção da ordem e controle por parte do governo federal diante dos desa-

fos apresentados pela resistência sertaneja.

O presidente Hermes da Fonseca nomeou o general Setembrino de Carvalho para liderar as operações militares na região. A intervenção militar foi marcada por uma série de repressões e confrontos violentos com os sertanejos, resultando em um cenário de guerra que perdurou por vários anos.

A política de Fonseca foi pautada por uma visão de preservação da integridade territorial e pela manutenção da autoridade do Estado diante dos conflitos regionais. No entanto, essa abordagem também foi criticada por sua resposta militarista e pela falta de consideração pelas causas subjacentes às tensões na região.

A GUERRA DO CONTESTADO E A DURA REALIDADE DA DESIGUALDADE REGIONAL

Conforme relato, a Guerra do Contestado foi um grande



conflito entre camponeses colonos do interior e latifundiários da região, que foram apoiados por dois terços do Exército Brasileiro, trazidos para reprimir a revolta. Para os militares que atuaram no Contestado, o Exército foi mobilizado para combater compatriotas que promoveram uma insurreição percebida, em geral, como fruto do banditismo e do fanatismo religioso. Dadas as suas dimensões, a campanha militar ficou conhecida pelo eufemismo de “pequena guerra”⁶. Coube à historiografia nacional consagrar a terminologia “Guerra do Contestado”

Para se compreender os eventos desencadeados no Contestado, bem como o cenário onde se inseriu a atuação do Exército Brasileiro, é necessário reconhecer que as condições socioeconômicas e políticas envolvidas na eclosão do conflito somaram-se à manifestação de forças profundas, de caráter religioso. Mobilizando energias e potencialidades dos integrantes do movimento e atraindo novos

adeptos, as crenças religiosas conferiram à parcela expressiva dos rebeldes a convicção de que agiam em nome de determinações de ordem superior.

Assim como a rebelião de Canudos em 1897 (que foi narrada por Euclides da Cunha em seu livro *Os Sertões*), o Contestado foi resultado de uma revolta de camponeses devotos religiosos liderados por um líder carismático que profetizou o fim dos tempos, e mostrou que 15 anos depois de Canudos havia um grande desnível entre o litoral urbano e o sertão rural que os militares não poderiam ter sondado antes de entrarem na região.

A região em que se deu a rebelião do Contestado ficava próxima à fronteira com a Argentina, tornando-a inacessível e essencialmente estrangeira aos soldados formados e treinados na costa leste, que mais se assemelhava às cidades da Europa do que seu próprio interior no início do século XX.



Essencial para entender a dura disputa e o conflito travado, é a obra da prof^a Dra. Marli Auras, sua pesquisa, estudos e publicações são fundamentais para entender esta guerra de classe, que o oficialismo quando não logrou esconder, tentou mostrar ser apenas uma disputa territorial entre dois Estados da União. Historiadores adeptos do “intimismo à sombra do poder” deixaram de registrar ou não contextualizaram a dura realidade regional, caracterizando uma luta de classes como se fosse um conflito religioso, ou um levante de fanáticos, ou um ataque de jagunços. “Optei”, diz Auras, “por trabalhar o Contestado reconstruindo a história dos vencidos”.⁷

Segundo Rampinelli, o solo do Meio-Oeste catarinense, ensopado pelo sangue caboclo, vivenciou verdadeiras cenas de horror, praticadas pelo Estado brasileiro na defesa dos interesses oligárquicos nacionais e imperialistas internacionais. Mais da metade do Exército republicano participou deste massacre,

utilizando-se de armamento pesado e de operações que envolveram o pioneirismo da aviação militar brasileira. Uma vez derrotados, muitos sertanejos foram fuzilados; outros aprisionados e retirados paulatinamente das cadeias para serem degolados ao longo dos caminhos, com seus corpos insepultos; outros ainda presos em campos de concentração; grande número levado para trabalho compulsório nas fazendas da região. A soma dos mortos aponta para 8.000, na sua grande maioria de camponeses. É um povo que ainda dorme o seu cansaço de raça vencida⁸.

Apesar da presença daqueles que genericamente eram chamados de caboclos (categoria em que poderiam ser incluídos, além dos remanescentes nativos, mamelucos, cafuzos, mulatos, negros e brancos) e que ocupavam as terras onde os fatos ocorreram (praticando uma economia de subsistência sem produção de excedentes), as áreas seriam consideradas “vazias” por parte dos governos federal e es-



tadual. Oficialmente, aqueles habitantes não eram entendidos como “agentes ocupacionais”. Desconsiderava-se a existência de populações que ocupavam a região entre o Paraná e Santa Catarina há muito tempo.

Nesse cenário se destaca a presença do monge “João Maria” – “Numa região e numa época em que os valores religiosos e mágicos perpassam toda a ideologia, onde a religião possuía sentido tão pragmático que as roças eram benzidas, e se acreditava curar as pessoas rezando sobre as feridas, onde servia inclusive para justificar as desigualdades e legitimar a estrutura social existente, não há que estranhar tenha sido impregnada de crenças religiosas e de misticismo a atmosfera explosiva e emocionalmente carregada que as tensões produziam”⁹.

Apesar da resistência e das muitas batalhas enfrentadas ao longo de quatro anos de luta, a população cabocla foi derrotada na Guerra do ponto de vista militar e, em parte, dizimada pelas

forças repressivas. Os números são contraditórios, mas estima-se que perto de 20 mil pessoas tenham sido mortas, um número bastante expressivo numa época em que os habitantes da região eram estimados em torno 50 mil. Com toda a catástrofe humana ocorrida, a Guerra do Contestado passa a ser um referencial de resistência do camponês contra o avanço das forças capitalistas que ampliam sua área de atuação no Brasil a partir do início do século XX.

OS PRIMÓDIOS DO CONFLITO ARMADO

O início das desavenças entre os Estados de Santa Catarina e Paraná iniciou em 1853, o Paraná é desmembrado do Estado de São Paulo, com a incerteza dos seus limites com o Estado catarinense. Santa Catarina reivindicava os campos de Palmas e outras áreas como suas.

Mocellin afirma que



A questão de limites iniciou-se antes da emancipação política do Paraná. Em 1820, a vila de Lages e todo o seu termo que fazia parte da Província de São Paulo foram desanexados e entregues à Província de Santa Catarina. As autoridades catarinenses entenderam que o termo de Lages abrangia todo o sertão, indo até “os espanhóis”. Essa visão era contestada pelos paulistas. Ao desmembrar-se da Província de São Paulo em 1853, a nascente Província

do Paraná herdou esse conflito fronteiriço com os vizinhos de Santa Catarina¹⁰.

O território em disputa ficou conhecido como Contestado e compreendia uma área de 48.000 km², tendo ao sul o rio Canoas, ao Norte o rio Uruguai, a leste os rios Negros Iguazu e a oeste a Serra Geral. Região rica no cultivo da erva-mate, pinheiros e centenas de imbuías.

Esse questionamento perdurou pelos anos seguintes, culminando, em 1833, com acusações infundadas do Estado de Santa Catarina contra a marcha do Corpo Policial do Paraná para conquista de território catarinense, alegando cobrança coercitiva de impostos indevi-

Fig. 1 - Região do conflito do Contestado



Fonte: Senado Federal. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/01/ha-100-anos-o-fim-da-sangrenta-guerra-do-contestado>>.



Fig. 2 – Principais localidades onde ocorreram confrontos



Fonte: <<http://tresbarras.xpg.uol.com.br/contestado.html>>.

dos na Estrada Dona Francisca. Diante desses fatos, o Estado do Paraná responde as falsas acusações em uma reportagem concedida ao *Jornal do Comercio* do Rio de Janeiro, apaziguando o conflito entre os Estados.

Santa Catarina tentando ocupar um território que reclamava como seu, envia uma coluna de seus militares estaduais armados em um barco a vapor com objetivo de ocupar a região banhada pelas águas do rio Iguaçu e rio Negro. O Estado do Paraná discordando, se nega a ceder

as terras que julgava suas ao Estado vizinho e, sabendo da movimentação de tropas catarienses, em 20 de janeiro de 1896, ordenou que uma fração de tropa militar paranaense se deslocasse da capital do Estado à região da cidade de Rio Negro evitando, assim, a ocupação por parte de Santa Catarina.

Vários projetos foram elaborados, tanto no âmbito provincial como parlamentar, para decidir a questão. O próprio governo central fora obrigado a efetuar marchas e contramarchas, a ponto de



sustar a execução de um decreto que definia os limites em litígio.

Ao aspecto político-administrativo veio somar-se o problema econômico. A erva-mate, que era produzida em grande quantidade pelos municípios situados na faixa da área litigiosa, passou a obter boa aceitação no mercado internacional. O beneficiamento era feito no Paraná, carreando bons rendimentos para o Estado. No início da primeira década do século XX, fundou-se uma usina de beneficiamento de erva-mate em Joinville, Santa Catarina. Imediatamente o Paraná criou barreiras que taxavam a erva exportada da região contestada para a cidade catarinense. Resultaram vários choques envolvendo as forças policiais dos dois Estados.

Em 1901, o governo de Santa Catarina impetrou uma ação judicial de reivindicação de limites territoriais. Três anos depois, em Acórdão de 6 de julho de 1904, o Supremo Tribunal Federal deu-lhe ganho de causa. Dois embargos oferecidos pelo Paraná

foram rejeitados pela Alta Corte, que em novo Acórdão de 25 de julho de 1910 confirmou pela terceira vez a sentença inicial.

Alvo entre disputa de direitos, Paraná e Santa Catarina não chegaram a se envolver em conflito armado entre as federações. Mas os catarinenses continuavam a recorrer à república para conseguir as terras requisitadas. Esse foi o início do impasse na região do Contestado. Em seguida Santa Catarina busca seus direitos ao Supremo Tribunal Federal, tendo ganho de causa ao território requerido por três vezes, nos anos de 1904, 1909 e 1910.

Em meio à disputa territorial entre os Estados, no início o ano de 1912 grande número de pessoas se agrupava em torno de um sujeito misterioso que se dizia chamar José Maria do Santo Agostinho e afirmava ser parente e sucessor de um monge eremita que viveu na região da Lapa, em meados do século XIX, o monge João Maria D'Agostini. Era na verdade Miguel Lucena de Boa-



ventura, que havia conquistado seus primeiros seguidores em Campos Novos, no Estado de Santa Catarina. O monge era protegido por várias seguranças que aumentaram rapidamente em quantidade. Este contingente paramilitar insurgia-se constantemente, o que culminou com o enfrentamento com as forças policiais e, por fim, com a entrada do Exército no conflito.

Os seguidores de José Maria, dispendo de maior número de combatentes e do conhecimento profundo da região, emboscavam com frequência as tropas, no que resultava em grande quantidade de perdas humanas, além do abandono de material bélico que trazia maiores recursos aos revoltosos.

Na região de Taquaruçu-SC acompanhado de quase 300 fiéis, montou seu quartel-general pregando a volta da monarquia e o messianismo devoto de São Sebastião. Ficou conhecido como monge José Maria, organizou uma comunidade autônoma, denominada de Cidade Santa ou

“Quadro Santo” nessa região de Curitiba.

Seus seguidores eram trabalhadores despedidos da empresa *Brazil Railway Company*, responsável pela construção da estrada de ferro que ligava Rio Grande do Sul à São Paulo, de moradores locais que viviam do cultivo da erva-mate e que foram expulsos de suas terras com a instalação da maior serraria da América do Sul, a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, que retirava madeiras nativas centenárias para exportar para a Europa. Além dessa gente simples e pacífica, também integraram o grupo de José Maria, bandoleiros que ali se exilaram após a Revolução Federalista.

Com o discurso pró-monarquia, José Maria irrita os políticos que haviam instalado a República como sistema de governo, sendo o marechal Hermes da Fonseca Presidente na época. O prefeito de Curitiba, coronel Francisco Albuquerque, expulsou o monge e seus seguidores da região sem confronto ar-



mado. José Maria já conhecedor da região de Palmas buscou refúgio nos Campos do Irani para a sua gente.

Mocellin relata que

A petulância do curandeiro enfureceu Albuquerque, que imediatamente telegrafou à Florianópolis, informando as autoridades estaduais que a monarquia havia sido proclamada nos sertões de Taquaruçu. Despeitado e alarmista, pediu ao governo estadual o envio de tropas para jugular o movimento sedicioso¹¹.

Sabendo da instalação de camponeses oriundos de Santa Catarina em suas terras, o Paraná entendeu tal fato como uma manobra para ocupação de território em disputa entre os Estados limítrofes com o objetivo da expansão catarinense. Buscando preservar seus territórios, o presidente do Estado do Paraná, Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, determinou a seu Regimento de Segurança (atual Polícia Militar) que deslocasse à região de

Porto União da Vitória para controlar a situação. Assim, em 22 de outubro de 1912, se deu início aos conflitos armados na região do Contestado, perdurando até 1915 com o aniquilamento do último acampamento dos sertanejos em Santa Maria.

Porém, a disputa da região do Contestado finaliza somente em 1916, quando a arbitragem presidida por Wenceslau Braz, presidente da República, mediou às negociações entre os governadores Afonso Camargo do Paraná e Felipe Schmidt de Santa Catarina, que firmaram as faixas territoriais pertencentes a cada Estado.

INTERVENÇÃO DO EXÉRCITO

As tropas federais sediadas no Paraná e em Santa Catarina eram subordinadas à 11ª Região Militar (RM), cujo comando ficava em Curitiba. As unidades estavam distribuídas, além da capital, pelas guarnições de Florianópolis



lis, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Paranaguá e Castro.

Ao receber a ordem do Ministro da Guerra para auxiliar a milícia estadual, o general Inspetor da 11ª Região Militar determinou, em 11 de outubro de 1912, o deslocamento de um contingente, comandado pelo tenente-coronel Álvaro Pedreira Franco, para Caçador, Santa Catarina, a fim de proteger esta região dos fanáticos que se retirariam de Palmas.

A força viajou por ferrovia e chegou a 28 do mesmo mês, acampando em Erval, sem ter contato com os crentes do Monge. Diante da gravidade dos acontecimentos em Palmas, a 11ª RM ordenou que um destacamento constituído por elementos do 5º Regimento de Infantaria, de Curitiba, com o reforço de algumas peças de artilharia e alguns elementos de cavalaria, marchasse para Palmas, a fim de cooperar com a polícia na redução e dispersão do foco de fanáticos na área do Contestado. Se necessário, o 54º Batalhão de Caçadores,

de Florianópolis, também auxiliaria.

Três dias após o recebimento da ordem, o coronel Antônio Sebastião Basílio Pyrrho organizou a coluna e embarcou por ferrovia para União da Vitória. Nesta localidade incorporou-se ao seu grupamento o tenente-coronel Álvaro Pedreira Franco, que estivera em Caçador e Erval.

Nos primeiros dias de novembro, a força, que já contava com mais de 1.000 homens, deslocou-se ao longo da rodovia União da Vitória – Palmas. Adotando os princípios táticos vigentes na época, efetuou reconhecimentos cuidadosos na região Palmas – Irani. Gastou dois meses nesta tarefa, sem encontrar os fanáticos. Recebendo informações de que haviam partido para o interior catarinense e se dispersado, a coluna recolheu-se aos quartéis. Um contingente policial permaneceu em Palmas e militares do 5º Regimento de Infantaria estacionaram em União da Vitória.



Vários militares se destacaram pela atuação neste conflito, afinal, os experientes soldados bem treinados lutavam contra caboclos, indígenas, negros fugidos e demais seguidores do monge, sem o devido treinamento militar.

Relacionar a construção do Estado na Primeira República e a Guerra do Contestado, não se trata, apenas, de afirmar que o Estado Republicano se fortaleceu com a repressão aos caboclos do Contestado, mas de compreender a intervenção armada no conflito, por meio da violência física estatuizada, enquanto instrumento garantidor de uma determinada dominação de classe. Inserir assim, o conflito do Contestado em seu contexto mais amplo, no intuito não só de melhor compreender as razões da guerra sertaneja, mas de desvendar os processos de luta pelo controle do Estado, enquanto disputa de valores e representações, ou seja, o processo de construção de uma determinada hegemonia.

Apresenta-se esse artigo no entendimento de que o contexto da emergência da República foi um período marcado por importantes transformações sociais e econômicas que, além de abrirem a possibilidade para os diversos projetos em disputa, colocavam, para as classes dominantes, novas tarefas no sentido da sua perpetuação e de sua intervenção sobre esta realidade em transformação.

ATUAÇÃO DO EXÉRCITO

Com o estudo das fontes, observou-se que a atuação do Exército Brasileiro nas questões territorial e limítrofes do período de pesquisa foi fundamental para a circunscrição física e política do território de Santa Catarina.

Verificou-se, igualmente, que as questões que tangenciam o papel das forças armadas no período da República Velha firmaram-se como elemento de unificação, pacificação e consolidação do novo regime com sua



presença ostensiva nos territórios mais distantes do poder central no Rio de Janeiro, conforme abaixo:

As condições concretas, grandemente precárias, vividas pelos caboclos catarinenses não lhes possibilitaram o conhecimento e a prática indispensáveis do ponto de vista político para o enfrentamento consequente das relações capitalistas. [...] A irmandade significou, para os sertanejos, o início de uma nova ordem, uma ordem de um reino escatológico onde "tudo é irmão, irmã" e onde "quem tem mói, quem não tem, mói também e no fim, todos ficarão iguais". Mas o ansiosamente aguardado Exército Encantado de São Sebastião (que viria dos céus para dar cabo dos "peludos" e instaurar a "monarquia") não veio, deixando a irmandade inteiramente à mercê do rolo compressor do Exército da República, uma força objetiva, real, a defender o avanço das relações capitalistas¹².

Coerentemente com esta postura, a discussão sobre hegemonia/ideologia/visão de mun-

do não contempla qualquer reflexão acerca do Estado Republicano que vá além da oposição, apontada acima entre força objetiva e real, em contraste com a organização sertaneja.

Após as primeiras escaramuças de Demétrio Ramos, em 1905, e as de Aleixo Gonçalves de Lima, em 1909, e, após o singular combate do Irani, em fins de 1912, no território contestado, sob a administração paranaense. Praticamente todas as demais ações aconteceram a Leste do Rio do Peixe e a Sul dos Rios Negro e Iguaçu, na área contestada sob a administração de Santa Catarina, tendo ao centro a região do atual município de Lebon Régis¹³.

Por conta desta rebelião, perdeu-se em combate uma figura ilustre e querida entre seus comandados: o coronel João Gualberto. Este havia sido escolhido prefeito de Curitiba, porém recusou-se a abandonar o posto e deixar a frente de batalha. Sua morte em combate acirrou os ânimos dos comandantes em



acabar definitivamente com os rebeldes.

Durante a Guerra do Contestado, Lebon Régis — na época, Distrito de São Sebastião da Boa Vista, do município de Curitiba — foi palco de diversas batalhas entre caboclos e soldados. Nesses conflitos, nas localidades de Caraguatá, Caçador Grande, Perdiz Grande, Perdizinhas, Santa Maria e outros locais no interior do município, houve o maior número de baixas em um combate durante toda a guerra.

Neste palco da guerra, destaca-se a utilização da aviação no Contestado.

O tenente Ricardo João Kirk tinha 39 anos e tornou-se a primeira vítima fatal de um acidente aéreo na América do Sul. Sua missão na Guerra do Contestado também marca a primeira vez que o aeroplano é usado como instrumento militar no Novo Mundo¹⁴.

“Ato inusitado ocorreu durante a Guerra do Contestado (1912 a 1916), o uso de avião no confronto, o que gerou grande

pânico nos camponeses (identificados por alguns historiadores como jagunços), antecedendo inclusive ao uso na Primeira Guerra Mundial”¹⁵.

Como é possível verificar, foi a primeira vez que o avião foi utilizado para fins militares, nas Américas, e esse episódio ocorreu no município de Lebon Régis, na Tapera dos Claudiano. O aeroporto principal foi construído ali, para combater os caboclos no reduto de Santa Maria. É certo que os aviões nem chegaram aqui, mas o propósito foi do seu uso para fins militares, mesmo que outros aeroportos tenham sido construídos em terras do Contestado, com a finalidade de treinamento.

O Aeroplano Morane-Saulnier tornou-se notável por ser a primeira aeronave a possuir uma metralhadora montada de tal forma que atirava por dentro do arco da hélice blindada. Esta mesma aeronave foi capturada pelos alemães que, aperfeiçoaram o modelo e criaram um dispositivo que sincronizava o tiro



das armas com o giro da hélice, eliminando a necessidade de blindagem. Foi oficializado como o primeiro avião da Guerra do Contestado¹⁶.

Sob forte apoio popular e da imprensa, cinco aviões foram

naves desmontadas. O fogo se alastrou rapidamente, destruindo várias partes dos aviões. Depois do acidente, poucos permaneceram em condições de voo. Outrora, confiantes, a viagem prosseguiu cheia de incertezas

Fig. 3 – Réplica contemporânea de aeroplano Morane-Saulnier



Fonte: <<http://www.historiamilitar.com.br/>>.

embarcados às pressas de trem rumo ao sul. Durante o caminho, fagulhas lançadas pela locomotiva, atingiram um galão de gasolina armazenado em um dos vagões que transportavam as aereo-

rumo ao Contestado, desembarcando apenas três aeronaves em condições operacionais, entre eles estava o Aeroplano Morane-Saulnier, que hoje é visto como um clássico da aviação.



A tática de utilizar a força da aviação sobrevém de maneira precipitada em setembro de 1914, dispensando maiores preparativos. A façanha, em um primeiro momento, não despertou dificuldades na mente dos arrojados estrategistas e aviadores brasileiros. A missão para o pioneiro da aviação Ricardo Kirk vinha ao encontro de suas antigas aspirações: provar ao governo a utilidade e as vantagens do emprego de aviões no campo militar, aliado ao fato de os seus superiores, militares envolvidos desde 1912 com a Campanha do Contestado, enxergaram o potencial da nova arma de guerra e já planejaram seu uso na contenda que se agravava. É de conhecimento que a utilidade do emprego de aviões para fins militares já era um fato consumado em todo o mundo, embora ainda com muitas limitações funcionais.

Assim que chega à zona de conflito, Kirk coordenou a construção das pistas e hangares a serem usados em União da Vitória, Canoinhas e Rio Negro. Em

seguida, volta para o Rio de Janeiro para trazer mais dois Morane-Saulnier e munição especial, além de um mecânico.

A primeira missão oficial ocorreu em 19 de janeiro e a despeito da falta de experiência em voos em altitudes maiores, o reconhecimento foi bem-sucedido.

Na semana seguinte, em 25 de fevereiro de 1915, justamente com o Morane-Saulnier “Parasol”, batizado de “General Setembrino”, o tenente Kirk sofreu seu primeiro acidente. Durante um voo de testes, o motor parou e foi obrigado a fazer uma aterrissagem forçada. Embora sem ferimentos graves no piloto, a aeronave ficou completamente destruída.

O dia 1º de março de 1915 foi agendado para um ataque pesado aos jagunços. A missão era sobrevoar o Vale de Santa Maria, lançar bombas sobre o reduto dos rebeldes, além de fazer observação e orientar os tiros da artilharia e o avanço da infantaria.



Foi realizado voo rasante a procura de um trecho de terra livre de obstáculos e satisfatoriamente plana para o pouso. Após tocar a ponta da asa esquerda na copa de uma árvore, o avião perdeu o controle e acidentou-se.

O tenente Ricardo João Kirk tinha 39 anos, e tornou-se a primeira vítima de um acidente aéreo na América do Sul. Sua missão na Guerra do Contestado também marca a primeira vez que o aeroplano é usado como instrumento militar no Novo Mundo.

Sua aeronave foi encontrada próximo à estrada União–Palmas, por um carroceiro que presenciou o acidente, mas não chegou a tempo de encontrar o tenente com vida.

O corpo do tenente Kirk foi enterrado em União da Vitória no dia 2 de março de 1915. Em 1943, seus restos mortais foram trasladados para o Rio de Janeiro e estão enterrados no cemitério de São João Batista, em frente ao túmulo de Alberto Santos Dumont.

Os três acidentes confirmaram o mau agouro de alguns militares contrários ao uso das máquinas voadoras. O incêndio das aeronaves no trem, o acidente durante o treinamento em União da Vitória e, por último, a morte de Kirk, confirmaram também a profecia dos jagunços que diziam: “o gavião do governo cairá quando pretender voar para nos jogar bombas”.

O campo de aviação na Estação de Rio Caçador e nas Perdizes (Tapera do Claudiano) eram as grandes esperanças do exército, pois o concurso que o 1º tenente Kirk devia prestar à Coluna Sul era o seguinte:

- a) Fazer um reconhecimento em Santa Maria, lançando bombas explosivas sobre o reducto;
- b) Auxiliar os obuses, fazendo observação e regularização do tiro de bateria;
- c) E, si possível, fazer um ‘raid’ de 50 quilômetros: Claudiano — Santa Maria — São Miguel — reducto do Caçador — Guarda do ‘Santo’ — Luiz de Souza — Claudiano¹⁷.



Observação: – reduto do Caçador – referência ao reduto de Caçador Grande, no município de Lebon Régis. Este abriga locais que remetem à Guerra do Contestado: um capitel que tem o nome de São João Maria, e o Cemitério do Contestado, situado em uma propriedade particular, na comunidade de Perdizinhas. Algumas taipas de pedra identificam o local, no qual foram queimados e enterrados sertanejos durante os conflitos.

Thomé (85/86) ressalta em sua obra *A Aviação Militar no Contestado: Réquiem para Kirk*, que o referido piloto Ricardo Kirk foi a primeira vítima da aviação militar brasileira, bem como o acidente aéreo no contestado foi o primeiro registrado na aviação militar brasileira em combate e foi nessa região que também se registra o ineditismo da utilização de aviões empregados em operações de guerra, não somente em terras brasileiras, como em todo o Continente americano, num tríplice marco histórico,

“indiscutível e merecedor de muito mais considerações pela História do Brasil, que se não o desconhece totalmente, menciona o fato superficialmente e em raras ocasiões”¹⁸.

Nesta Campanha, também foi pela primeira vez que o Exército utilizou telefones, substituindo telégrafos, usando linha de fios erguidas entre a estação de Rio Caçador e o povoado de Perdizes (São Sebastião do Sul).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das pesquisas, leitura das fontes e considerações sobre o conflito, percebe-se que no início da revolta os caboclos lutaram isoladamente, cada grupo com suas crenças e razões próprias. Paulatinamente foram se juntando de acordo com seus anseios comuns, até formarem um só bloco de resistência. Por envolver todo tipo de pessoas, é possível verificar que nem todos os caboclos eram rebeldes, nem todos os rebeldes eram fanáticos



e nem todos os fanáticos eram jagunços. O “Exército Encantado de São João Maria” uniu sob a cruz verde da bandeira branca da libertação aproximadamente dez mil pessoas armadas – homens de luta, velhos e até crianças e mulheres – entre as quais estavam criadores, peões e lavradores, apegados às terras em que viviam, centenas de extralanhadores da estrada de ferro, abandonados à própria sorte após a sua conclusão, comerciantes de vilas e bodegueiros de estradas: agregados e capatazes, na maioria pessoas carentes de alfabetização, assistência e promoção social; antigos combatentes farroupilhas e maragatos, integrantes dos esquadrões de Voluntários da Pátria e da Guarda Nacional; lenhadores, madeiros e ervateiros, apossados pelos pretensos proprietários das matas de produção; e, ainda, foragidos da justiça de outros estados, criminosos, ex-presidiários, antigos estivadores portuários, ao lado de pessoas, ditas, de bem, profissionais libe-

rais e autônomos, muitos crentes no retorno do “messias”. O fato de pessoas à margem da sociedade e da justiça fazerem parte dos revoltosos, também justificou a intervenção ostensiva e armada do poder público.

No auge da guerra, com o recrudescimento do combate, o efetivo revoltoso dos caboclos foi combatido por forças da República, integradas pelos Regimentos de Segurança de Santa Catarina e do Paraná; por esquadrões da antiga Guarda Nacional, formados por civis vaqueanos, e por parte do Exército Brasileiro, que empregou tropas de Infantaria, Cavalaria, Engenharia, Artilharia e até Aviação. A inferioridade numérica dos militares era largamente compensada pelo melhor aparelhamento bélico, que incluía modernos canhões, obuseiros metralhadoras, bombas e granadas, espadas de aço fino e fuzis, contra velhas espingardas de caça, alguns revólveres e Winchester, e até mesmo canivetes e facões de paus dos caboclos.



Também é possível verificar que as forças militares, muito bem aparelhadas e legitimadas, se defrontaram com um verdadeiro exército oponente, em parte bem disciplinado, formado por gente hábil no manejo de armas, destemida, idealista. Conhecedora do terreno e dos segredos da natureza local, que transformaram e pesadelo as investidas oficiais, ao aplicar táticas de guerrilha e perfeitas técnicas de campanha, envolvendo os soldados em mortíferas ciladas. Só depois de centenas de sepulturas cavadas é que as tropas legais se convenceram estar diante de um valente inimigo, não inferior, e que a vitória final só aconteceu porque a astúcia, a combatividade e a crença num mundo melhor e mais justo, não resistiram ao poderio bélico e às estratégias militares, aliados ao poder econômico à disposição das forças oficiais.

Aqueles que professavam o catolicismo rústico, acreditando mais nas profecias de “são” João Maria do que nas palavras de

evangelização de frei Rogério, lutaram dando vivas a São Sebastião, crentes no sucesso da luta pela promessa de libertação, ao passo que aquelas famílias de caboclos e nativos, expulsos pela empresa multinacional *Lumber* das terras que moravam e extraíam sua subsistência, empunharam armas para defender o direito de viver em paz, sem necessidade de ostentar títulos de posse expedidos por um governo que não lhes dava assistência.

Os ideais das famílias dos trabalhadores que implantaram a ferrovia, se fixando à margem dos trilhos, também eram diferentes do pensamento das dissidências políticas que se registravam nas vilas entre aqueles que ansiavam e buscavam o poder. Para o caboclo comum, simples, todos tinham direito à terra, podendo desfrutar delas assim como se regavam das bênçãos do céu e das águas dos rios, com o que não concordavam os fazendeiros, proprietários de grandes extensões, que só aceitavam as



escrituras como legítimos títulos agrários.

A repressão sem entraves à rebeldia sertaneja não se reduziu, entretanto, aos quatro anos de sua eclosão, com o extermínio de milhares de nativos, de famílias inteiras de catarinenses de poucas posses. A repressão foi além ao buscar silenciar e estrangular a enorme vitalidade política do Contestado, desacreditando-o como expressão de fanatismo, banditismo, de desordem social e política.

Após a leitura de variadas fontes e diversos autores, é possível dizer que na Guerra do Contestado e a consequente expulsão da população cabocla, contou com a participação da política coronelista que imperava na região por meio dos fazendeiros estabelecidos, que viam o caboclo como empecilho para a expansão de suas propriedades e o consideravam somente um servil de seus interesses nas tarefas rotineiras das fazendas. Os fazendeiros e seus jagunços aliados às tropas oficiais, cumpriram

papel central na repressão e dizimação da população revoltosa.

Então, a Guerra do Contestado ocorre nesse quadro conjuntural de dominação política exercida pelos coronéis. Quando necessário foi utilizado do aparato do Estado para legitimarem seu poder de mando e das novas forças econômicas advindas do empreendimento da empresa construtora da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande, que exclui e destrói as bases de subsistência da população local. A utilização de força militar, desproporcional frente ao “Exército Encantado” dos caboclos, marca indelevelmente a região onde o conflito ocorreu e, conseqüentemente, tinge com o sangue daqueles que tombaram nesse embate, a historiografia catarinense e brasileira.

BIBLIOGRAFIA

AQUINO, Rubim Santos Leão. *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais, da crise do escravismo ao*



apogeu do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2000.

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado - A organização da irmandade cabocla*, 4.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001

BACK, Sylvio. *Filme Contestado: restos mortais*. Rio de Janeiro, 2012.

CARVALHO, Fernando Setembrino. *Relatório apresentado ao general José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações na guerra do Contestado*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915.

CRESTANI, Letíssia. O Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado e as representações sobre a Guerra do Contestado. *Revista Confluências Culturais*, v. 5, n. 2, 2016.

DALFRE, Liz Andrea. A emergência dos sujeitos sociais na historiografia sobre a Guerra do Contestado. *História da Historiografia*. Abril, 2017 Issue 23, p10, 18 p. Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia, 2017.

FIGUEREDO, Vagner Melo. *Sertanejos do Contestado: a disputa*

pela memória do movimento e seus sujeitos. Mal. Cândido Rondon: Unioeste, 2014.

FILHO, João Alves da Rosa. *Episódios da História da PMPR*, v. I: Combate do Irani. Curitiba: Associação da Vila Militar, 1998.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Contestado*. Florianópolis/Rio de Janeiro: Fundação Catarinense de Cultura/Fundação Roberto Marinho. 2017.

LIMA, Soeli Regina; TONON, Eloy. Guerra do Contestado: o processo de rendição. *Revista Mosaico - Revista de História*; v. 10 (2017): Dossiê Sobre Coisas e Trajetórias; 132-147; 1983-7801; 10.18224/mos.v10.n0.2017 Editora da PUC Goiás.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado*. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

MOCELLIN, Renato. *Pelados x Peludos: massacre dos Xucros*. Curitiba: Edição do autor, 2015.

MOURA, Aureliano Pinto. *Contestado, a guerra cabocla*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003.



OLIVEIRA, Francisco de. Jeitinho e jeitão, uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro. *Revista Piauí*, São Paulo, n. 73, p. 32-34. out. 2012,

OLIVEIRA, Sueli Terezinha de. *Uma visão crítica discursiva da Guerra do Contestado (1912-1916)*. 2017. 156 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, Susan Aparecida de. *Guerra do Contestado*. 2006. Tese (Doutorado em Literatura) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Literatura., 2006.

PELLIZZARO, Reinaldo Assis. *Guerra do Contestado: Linguagem dos Caboclos*. São Paulo: Edipel, 2014.

QUEIROZ, Maurício Vinhas. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916*. São Paulo: Ática, 1981

RAMPINELLI, Waldir. *Contestado – uma guerra de classes*. Resenha

do livro *Guerra do Contestado - A organização da irmandade cabocla*, 4.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

RIBEIRO, Thiago; LINO, Jaisson Teixeira. A Resistência Sertaneja na Guerra do Contestado: reflexões sobre o ataque à estação ferroviária São João dos Pobres (1914). *Revista Grifos*; Chapecó, v. 30, n. 52, pp. 1-13, mai./ago. 2021.

RODRIGUES, Rogerio Rosa. Animatógrafo da guerra: Canudos e Contestado e a fotografia militar no Brasil. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém. v. 9, n.2, p. 308-401, mai./ago. 2014.

RODRIGUES, Rogério Rosa. É doce e honroso morrer pela pátria? Rituais cívicos e disciplina militar na Guerra do Contestado. *Esboços*, Florianópolis, v. 19, n. 28, pp 31-48, 2012.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Estilhaços da violência: A guerra do Contestado e a memória Oficial. *Revista Contemporânea – Dossiê Guerras e Revoluções no Século XX*, a.5, n.8, v.2, 2015.

RODRIGUES, Rogério Rosa. Um espectro ronda os sertões: Contestado e Canudos e o trem da



história. *História e Cultura*, Fortaleza, v.1, n.2, pp.32-50, jul./dez. 2013.

SACHET, Celestino. Santa Catarina: do povoamento à Guerra do Contestado. Florianópolis: Editora Século Catarinense. 1997.

SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. *A Guerra de S. Sebastião (1912-1916): um estudo sobre a ressignificação do mito do rei encoberto no movimento sociorreligioso do contestado*. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. *Exército encantado de São Sebastião: um estudo sobre a reelaboração do mito sebastianista na Guerra do Contestado (1912-1916)*. 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SALOMÃO. Eduardo Rizzatti. O Impacto da Guerra do Contestado no Ideal Reformador do Exército e na Política de Defesa Brasileira. *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 33, n. 67, p. 175-197, jan./abr. 2018.

SERPA, Elio Cantalício. *A Guerra do Contestado (1912-1916)*. Florianópolis: Editora da UFSC. 1999.

STULZER, Aurélio. *A guerra dos fanáticos (1912-1916): a contribuição dos franciscanos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

THOMÉ, Nilson. *A Aviação Militar no Contestado: réquiem para Kirk*. Caçador: Fundação Educacional do Vale do Rio do Peixe e Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, 1985/86.

THOMÉ, Nilson. *Trem de Ferro: a ferrovia no Contestado*. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1983.

VALENTINI, Delmir José. *Atividades da Brazil Railway Company do Sul do Brasil: a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado (1906 - 1916)*. 2009. Tese (Doutorado em História) PUC-RS, Porto Alegre, 2009.

VALENTINI, Delmir José. *Da Cidade Santa à Corte Celeste: Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado*. Caçador: UnC, 2003.

VIEIRA DA ROSA, General. *Memórias*. Participação na Guerra



do Contestado, Coedição Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e Ministério Público de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

WITTE, Gerson. *Os caboclos dos Campos de Palmas e sua representação na Guerra do Contestado*. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017.

NOTAS

¹ AURAS, Marli. *Guerra do Contestado - A organização da irmandade cabocla*, 4.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

² STULZER, Aurélio. *A guerra dos fanáticos (1912-1916): a contribuição dos franciscanos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

³ SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. *A Guerra de S. Sebastião (1912-1916): um estudo sobre a ressignificação do mito do rei encoberto no movimento sociorreligioso do contestado*. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

⁴ Palavra incorporada definitivamente à linguagem culta brasileira, sem pos-

sibilidade de aportuguesamento, porque expressa conceito diverso de “estabelecimento”. Além destas duas definições – que correspondem ao conceito que se pretendeu transplantar – “a elite social, econômica e política de um país” e “grupo de indivíduos com poder e influência em determinada organização ou campo de atividade” (Dicionário Houaiss da língua portuguesa: 2001; coincidem com a definição exemplificada em Dicionário de usos do Português do Brasil: 2002), esta outra, menos comum, apresentada somente no primeiro dicionário, é criação brasileira: “a ordem ideológica, econômica, política e legal que constitui uma sociedade ou um Estado”. O Dicionário Aurélio Século XXI (1999) e o Míni Caldas Aulete – Dicionário contemporâneo da língua portuguesa (2004) > 6.1 e 8.1.

⁵ AQUINO, Rubim Santos Leão. *Sociedade brasileira: uma história através dos movimentos sociais, da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 155-157.

⁶ CARVALHO, Fernando Setembrino. *Relatório apresentado ao general José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações na guerra do Contestado*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915.

⁷ AURAS, op.cit., p. 171.



⁸ RAMPINELLI, Waldir. *Contestado* – uma guerra de classes. Resenha do livro Guerra do Contestado - A organização da irmandade cabocla, 4.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

⁹ QUEIROZ, Maurício Vinhas. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916*. São Paulo: Ática, 1981, p. 250.

¹⁰ MOCELLIN, Renato. *Pelados x Peludos: massacre dos Xucros*. Curitiba: Edição do autor, 2015, p. 65.

¹¹ *Ibid.*, p. 16.

¹² AURAS, *op.cit.*, p. 171.

¹³ THOMÉ, Nilson. *Trem de Ferro: a ferrovia no Contestado*. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1983, p. 154.

¹⁴ Reportado por Alexandre Sales do *Conto da Aviação no Contestado*, do Prof. Franco Roveda.

¹⁵ Comentário de Dirlei Fatima Klein em 18 de abril de 2010. Disponível em <https://lebonregis.sc.gov.br/pagina-24990/>. Acesso: 14 mai. 2024.

¹⁶ GUERRA DO CONTESTADO: O BAPTISMO DO AVIÃO EM OPERAÇÕES MILITARES NO BRASIL (18 mai. 2015). Disponível em <http://www.historiamilitar.com.br/> Acesso em 14 mai. 2024.

¹⁷ Cf. Herculano Teixeira d'Assumpção – A Campanha do Contestado, de 1917, pp. 253-254.

¹⁸ THOMÉ, Nilson. *A Aviação Militar no Contestado: réquiem para Kirk*. Caçador: Fundação Educacional do Vale do Rio do Peixe e Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, 1985/86.

Guerra da Informação

Sebastião Amoêdo de Barros ^a

Resumo: O avanço tecnológico verificado desde o final do século passado agregou equipamentos móveis de comunicação tornando quase impossível serem coibidos na tropa. Quaisquer confrontos bélicos hodiernos são documentados e difundidos em tempo real por uma nova geração acultura na diminuta tela de um telefone que lhe dispõe o acesso a qualquer recinto da humanidade. Com isso aflora uma nova arma de guerra, capaz de mobilizar multidões ou incapacitar batalhões. A Guerra da Informação, presente ao longo da história, toma volume a partir da Guerra do Vietnã e hoje já se apresenta nas mensagens do aplicativo Tik-Tok a vulgarizar o combate e banalizar a dor. Nas cidades, onde a urbanização cresce indiscriminadamente, agentes da lei sempre estarão sob o foco das lentes, naquilo que denominamos de “balas perdidas e imagens achadas”. Que soldado está preparado para enfrentar tais desafios? Que habilidades lhes serão exigidas?

Palavras chave: Guerra da Informação. Guerra Eletrônica. Guerra de Narrativas. Cabo Estratégico.

A sociedade contemporânea, fartamente provida pela tecnologia da informação, eleva o *homo sapiens* da ambiência da Galáxia de Guttemberg para o Universo de Marconi, instaurando a era do *homo digitalis*.

De 1439, quando Gutenberg desenvolve um sistema mecânico de tipos móveis, dando início à Revolução da Imprensa, ocorre o desenvolvimento da Renascença,

Reforma e a Revolução Científica, com o lançamento das bases materiais para a moderna economia alicerçada no conhecimento e na disseminação em massa da aprendizagem. Do século XV ao XIX aguardou-se 457 anos para ocorrerem os experimentos de Nikola Tesla, que em 1896 desenvolve o projeto do moderno sistema de fornecimento de eletricidade em corrente alternada.

^a Professor, doutor em Comunicação. Associado Titular do IGHMB.



Sua idealização da comunicação sem fio embasou Guglielmo Marconi no seu telégrafo sem fio. A partir daí a comunicação eletrônica passa a se desenvolver em potencia geométrica, chegando nesse primeiro quartil do século XXI a uma velocidade dita “dos cães” ou uma evolução de 10 anos em 365 dias. Basta observar a progressividade dos meios eletrônicos de comunicação, surgidos nos idos de 1990 e que hoje apresentam somas assustadoras de receptores de comunicação individual, já superando quase em dobro a população mundial.

Com tamanha abrangência a potencialidade da persuasão atinge níveis alarmantes, com grupos de interesse propagando suas ideologias para milhões de receptores, nem sempre devidamente críticos ante posicionamentos controversos.

Mas essa é a história da própria humanidade. Nos comunicamos porque somos diferentes e nem sempre atingimos o nível de alteridade necessário para reconhecer e aceitar o outro como é,

razão para estarmos sempre tentando mudar uns aos outros, na busca e imposição de um conceito que privilegia maiorias, nem sempre aquinhoadas com a razão. E tudo isso, imagina-se, começou com o maior intérprete da miserabilidade humana, o desejo de poder, relatado no livro do Gênesis.

Disse a serpente: “Porque Deus sabe que no dia em que dele comerdes se abrirão os vossos olhos, e sereis como Deus, conhecendo o bem e o mal”¹.

O resto da história todos conhecemos. A humanidade tem sua gênese com a incitação ao conhecimento através de uma informação, se não totalmente falsa, ao menos indutora de uma transgressão.

Ao longo de seu processo evolutivo a história apresenta sempre a presença da informação, através dos meios disponíveis a cada época. Na época denominada pré-história os homínídeos já expressavam experiências e visões do seu mundo através da arte rupestre.



Civilizações antigas deixaram legados informacionais, como as pirâmides do Egito e as de Teotihuacan no México; as grutas Ajanta, Ellora e os templos de Kailasa e Kajuraho na Índia; as muralhas e os guerreiros de Xian do imperador Qin na China; o templo de Borobudur na Indonésia; o Palácio Bugshan, em Hadramaut no Iêmen; e até as controvertidas inscrições pressupostamente fenícias na Pedra da Gávea ou a Phoenix esculpida naturalmente, ou não, no Pão de Açúcar, ambas no Rio de Janeiro.

A onipresença da informação na história é a amálgama oportunizadora da evolução das sociedades, pautada sempre pela ocorrência de conflitos de interesses. O primeiro deles que se pode comprovar é expresso também na Bíblia.

Siquém, filho de Hemor, príncipe heveu, raptou e dormiu com Dina, filha de Jacó com Lia. Hemor vê o filho apaixonado e pede a Jacó que conceda que Siquém se case com Dina. O acerto é feito, mas os heveus são obri-

gados a aceitar a crença de Jacó, comprovada pela circuncisão. No terceiro dia da “cirurgia” realizada em homens adultos, os filhos de Jacó atacam e matam todos os varões e pilham suas posses. A despeito dos protestos de Jacó os filhos permanecem irredutíveis. Nesse episódio a persuasão se deu por uma negociação com informações infundadas, se não da parte de Jacó, mas certamente pervertida por seus filhos Simeão e Levi².

Da batalha dos heveus, calculada em torno de 1800 a.C., temos um segundo episódio entre 1372 a 1336 a.C. quando o Faraó Amenhotep IV resolve mudar toda a cultura vigente, aceitando apenas um Deus, passando a se chamar Akenaton. Forte resistência da classe sacerdotal, cujas armas sempre foram aquelas da informação, levaram seu filho e sucessor também mudar seu nome de Tutancáton – imagem viva de Áton, para Tutancâmon – imagem viva de Âmon. De Áton para Âmon ocorreram muitas intrigas, protestos



e traições, numa manifestação, se não primeira, ao menos severa, do poder clerical.

Logo a seguir, entre 1300 a 1200 a.C. transcorre a Guerra de Troia motivada pela disputa dos deuses e a incapacidade humana de rejeitar a alteridade, ou a opinião do outro, no caso quanto aos fundamentos da beleza materializada em Helena. A introdução do Cavalo de Troia entra para a história como o maior de todos os engodos já vistos numa guerra e permanece até hoje a representar perigo por ataques aos modernos sistemas computacionais.

Na longínqua China ainda dividida entre Reinos Combatentes destaca-se o tratado ainda hoje considerado obra indispensável na biblioteca militar e leitura de instrução. Seu XIII Capítulo enfoca a importância de desenvolver boas fontes de informação e especifica os cinco tipos de fontes de inteligência e como melhor gerenciar cada uma delas. O Mestre Sun, Tzu ou Wu, de acordo com os historiadores, lega com o *Tratado da Arte da Guerra*

fonte contínua de estratégia, mais tarde influente na guerra do Leste Asiático e no pensamento militar do Extremo Oriente e do Ocidente. Ainda hoje é utilizado em táticas de negócios, estratégia legal, política, desportiva, estilos de vida e muito além³.

Entre 356 e 323 a.C. vemos o primeiro grande general da história a também fazer valer sua capacidade persuasória, enviando preceptores às cidades por conquistar e explicar suas intenções. Quando em 334 a.C. ele cruza o Helesponto, enseja episódio de guerra de informação. O rei persa Dario ordena a Besso, sátrapa da Bactria, enviar emissários aos povos do seu império afirmando que destruiria Alexandre e a quem houvesse de segui-lo. Como mostra a história, Alexandre saiu vitorioso e Dario foi morto por Besso.

No século que precede a era cristã, é impossível imaginar o império romano sem a persona de Júlio César. Ele que em 69 a.C. lançou a *Acta Diurna*, que seria o primeiro Diário Oficial regular



que se tem notícia. Seu senso de marketing político era de tal conta que por volta de 50 a.C. ele escreve um dos mais importantes documentos da história militar o *De Bello Gallico*⁴, no qual apresenta suas memórias, com aparente cuidado de objetividade, mas deixando revelar sua intenção de apologia pessoal. Shakespeare, em 1599, reverbera sua existência em monumental tragédia.

Intrigas, traições, assassinatos parecem estar presentes ao longo de toda essa trajetória. Mas é Otávio, descendente de Júlio César, com suas notícias falsas, *Fake News* contemporâneas, que vai promover o descrédito de Cleópatra em campanha de desmoralização. Aquela que teve Júlio César e Marco Antônio em seu leito é alcunhada de bruxa e feiticeira negra e acaba optando pelo suicídio, para não desfilar subjugada em Roma⁵. Em 30 a.C. a Guerra de Informação abatia a última Faraó do Egito.

– Se você tem medo não o faça, se você o está fazendo não tenha medo!

De menino abandonado a senhor do maior império territorial de todos os tempos, que se estendia da China ao Golfo Pérsico, dos desertos gelados da Sibéria às florestas indianas, Gêngis Khan (1162-1227) possuía um amplo serviço de espionagem e propunha a delação a guerreiros do exército adversário para que dessem informações que auxiliassem a visão estratégica mongol. Grande Matador, Guerreiro Perfeito (*Genghis*), Chefe Supremo (*Khan*), Senhor de Tronos e Coroas, Imperador de Todos os Homens, aquele que comandou a maior cavalaria já vista na terra reconhecia como arma o poder da informação.

Todo ibero-americano miminamente culto há de reconhecer o nome de Isabel de Castela. O idioma de um povo, a descoberta da América, a reconquista de territórios secularmente ocupados.



A história moderna da Espanha ainda se vincula a essa grande Rainha que soube usar a própria imagem para provocar a adesão e a conversão de judeus e islamitas. Uma vez rainha, Isabel adota o lenço do tipo Shayla, grande e retangular, podendo ser enrolado no pescoço e cruzado na altura dos ombros. A imagem que também remete a Maria de Nazareth, a mãe de Jesus, simbolicamente induzia à sua liderança de três culturas. Pode-se com isso identificar o pioneirismo de Isabel na guerra de significantes, moderno estudo da semiótica, fartamente utilizada mais tarde por outras personagens não menos icônicas como Lady Di.

Não há, na história da humanidade, momento persuasivo mais destacado do que o Concílio de Trento, de 1545 a 1563. A percepção e a contraofensiva da Igreja Católica Apostólica Romana a mais um e mais poderoso movimento de reforma, se transformou não apenas em episódio eclesiástico, mas um verdadeiro divisor político social, onde a

informação teve papel estratégico na milenar instituição pautada por forças invisíveis, por si só detentora de maior força de subjetividade. Seu ápice se dá em 6 de janeiro de 1622 quando o Papa Gregório XV funda a Sagrada Congregação “de Propaganda Fide” como o órgão supremo para a propagação da fé, atribuindo-lhe um duplo propósito: promover a reunificação dos cristãos e difundir a fé entre os pagãos⁶. Notável adoção do gerundivo do verbo *propagare* em tradução livre “enxertar” inaugurava o aspecto proativo da guerra de informações então entabulada com os “protestantes”.

O século XVIII conheceu aquele que é considerado, para muitos, o maior de todos os generais. Napoleão Bonaparte reconhecia o poder da comunicação. A propaganda napoleônica alegava que seria mais difícil para os Bourbon retomarem o poder na França com ele na mão dos Bonaparte. Além disso, explorou a série de tentativas de assassinato contra ele para evi-



denciar a necessidade de ampliar seus poderes por meio de um império.

Na mesma linha de atuação o Partido Comunista, desde 1917, e ainda hoje com alguns sectários retardatários, aplica fartas operações de sedução para cativar adeptos, não raro através da infiltração de seus agentes nas mais diversas representações civis e até militares.

O ideário internacional quanto à eficácia persuasiva da propaganda atribui a Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda do III Reich, 1933-1945, a prodigalidade de seu uso. Sem dúvida sua atuação foi exponencial, com elaborada aplicação de métodos nem sempre honestos, para alcançar seus objetivos. A famosa frase “uma mentira repetidas diversas vezes torna-se uma verdade” pode não ser exatamente de sua autoria, mas sem dúvida expressa sua conduta em prol de seu líder máximo. É lamentável observar que esse homem dedicou sua cultura ao exercício exacerbado do radica-

lismo e nele depositou tamanha credulidade a ponto de idealizar e concretizar o martírio de seus filhos, esposa e de si mesmo, tirando a vida de todos.

Mas foi na Itália, ao visitar Roma que o Ministro da Instrução e Propaganda nazista conheceu o Instituto LUCE - *L'Unione Cinematografica Educativa*, criado em 1924. Com sede em Roma e dirigida por Benito Mussolini. O Luce era responsável pela produção e distribuição de filmes e documentários destinados ao cinema. Famoso por ter sido uma ferramenta poderosa de propaganda do regime fascista, é considerado, ainda hoje, a mais antiga instituição pública dedicada à produção e distribuição de materiais cinematográficos para fins didáticos e informativos, a nível nacional e internacional.

Muitos exemplos de persuasão utilizados pelos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial já foram fartamente analisados por inúmeros autores. Destacamos aquele, talvez menos conhecido: o emprego de viaturas ci-



nematográficas, durante as operações na África do Norte. Tais viaturas foram utilizadas na Itália, França, Holanda, Bélgica e outras regiões. Nesse tipo de viatura, eram exibidos jornais e documentários cinematográficos para a população local, mostrando a realidade que não lhes era facilmente oportunizada.

A dita Revolução dos Aiato-lás, ocorrida no Irã em 1978, é um dos mais expressivos exemplos da comunicação como arma de combate ao poder vigente, sua deposição e imposição de uma nova ordem. Com o envio de fitas de videocassete através de religiosos, o Aiatolá Khomeini impôs sua visão de mundo a clérigos, seguidores, forças armadas e povo, instituindo um governo teocrático enunciado como República Islâmica.

Para o general Benoît Royal a guerra do Vietnã é considerada um marco inicial da moderna Guerra da Informação⁷. Mesmo com 80 mil soldados vietcongs mortos ou feridos, quando o combate encontrou as lentes das

câmeras americanas, o horror caiu como uma bomba no seio dos lares americanos. A despeito das vitórias as imagens produziam efeitos contrários, representando uma vitória que se perdeu, porque a guerra tinha se tornado um cenário de crime, na grande sociedade do espetáculo.

Benoît Royal apresenta o depoimento de Richard Pryme, chefe da *Associated Press* em Saigon de 1968 a 1973: "Tínhamos total liberdade de acesso. O Vietnã foi a primeira e única guerra americana sem censura", para então esclarecer:

Após o Vietnã o acesso da imprensa ficou controlado. Os generais americanos conscientizaram-se de que os conflitos não se desenrolam apenas no campo militar, mas também nos campos econômico, político e sobretudo midiático. Assimilaram o fato de a sorte da batalha ser decidida pelas imagens, pela percepção dos acontecimentos e por sua influência na opinião pública⁸.



Um segundo marco significativo nessa trajetória ocorre a 18 de março de 2014, por ocasião da anexação da Crimeia pelas tropas russas. Durante o período que antecedeu o plebiscito decisivo do feito, o governo de Moscou alimentou uma revolta popular, majoritariamente composta por cidadãos de origem e idioma russo. Em tal procedimento a manipulação das informações migrou da televisão para as mídias sociais, representando o momento inicial dessa, ainda hoje, importante plataforma de disseminação.

Não haverá mais, a não regressar a humanidade em seus aparatos tecnológicos, um combate sem testemunhas. Vivemos a era das balas perdidas e das imagens achadas, quando qualquer soldado está na mira de armas e câmeras ocultas, prontas a expor aqueles momentos cruciais da vida de qualquer soldado. Um desliz, por mínimo que seja, alcançará multidões em cliques sequenciais disseminados em todos os quadrantes do mundo.

Um pequeno fato, uma imagem furtiva, tão efêmera como o bater das asas de uma borboleta, pode se transformar num furacão a varrer o mundo.

DIMENSÕES

Segundo José Dinis, o Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional Francesa, identifica que Guerra da Informação pode apresentar diversos modos de ação, onde se realçam as seguintes:

A manipulação da informação: com a finalidade de obrigar o adversário a tomar medidas da nossa vontade sem que se aperceba desse fato. A destruição da informação: que consiste em destruir a informação de que o adversário depende, por exemplo, através de vírus informáticos, bombas lógicas ou radiações eletromagnéticas da Guerra Eletrônica.

A desorganização da informação: com ataques concebidos para atingir um dado objetivo tático, por exemplo o ataque a



um sistema bancário de um país inimigo.

O ataque semântico: em que o sistema integrado de Comando do inimigo parece funcionar normalmente, mas que está a ser controlado por um operador da Guerra de Informação do lado do adversário⁹.

Agreguem-se a estas os ataques semiológicos, na contemporânea Guerra das Narrativas.

A Guerra de Narrativas é um conceito que descreve a batalha entre diferentes grupos ou atores para moldar a percepção pública sobre um determinado evento, questão ou ideologia. Nesse contexto, a palavra "guerra" não se refere necessariamente a conflitos armados físicos, mas sim a uma competição intensa pela dominação da narrativa.

Essa competição pode ocorrer em vários níveis e em diversos meios, como mídia tradicional, redes sociais, propaganda, entre outros. Os participantes muitas vezes buscam influenciar como as pessoas interpretam os eventos, destacando certos aspectos, omitindo informações

desfavoráveis e até mesmo fabricando narrativas completamente falsas.

Os objetivos por trás da Guerra de Narrativas podem variar. Alguns buscam legitimar suas ações, desacreditar seus oponentes, mobilizar apoio popular, desviar a atenção de questões controversas ou promover uma agenda específica.

Esta guerra não é apenas sobre os fatos em si, mas sobre como os fatos são apresentados e interpretados. Às vezes, a verdade pode ser distorcida ou manipulada para se adequar a uma determinada narrativa, e isso pode ter impactos significativos na opinião pública e até mesmo nas políticas governamentais.

Em resumo, a Guerra de Narrativas é uma batalha pelo controle das histórias que moldam nossa compreensão do mundo ao nosso redor. É uma demonstração do poder da comunicação e da capacidade de influenciar as percepções e opiniões das pessoas.



Tanto a anexação da Crimeia em 2014, quanto a invasão do Iraque em 2003, se serviram fartamente da Guerra de Narrativas. Os Ucrânicos Russos apoiando pelas redes e referendando o plebiscito; e a mídia internacional adotando a versão dos estoques de armas de destruição em massa hipoteticamente armazenados no Iraque.

Nessa Guerra de Informação distingue-se a Guerra Eletrônica da Guerra de Narrativas, como faces de uma mesma moeda, respaldando com sua inseparabilidade o valor da persuasão, ainda que coercitiva.

“Dominar o inimigo sem o combater é o cúmulo da habilidade” ensinou Sun Tzu no Século V a.C. Dois mil e quinhentos anos depois poderíamos reinterpretar: “dominar o inimigo sem o tocar é o cúmulo da habilidade”¹⁰.

A compreensão sobre o que é a Guerra da Informação engloba mais de um conceito, dependendo da ambiência do combate. Quando está direcionada aos

equipamentos - *hardware*, ou aos sistemas - *software*, a guerra é eminentemente de natureza Eletrônica.

Os ataques eletrônicos objetivam destruir, danificar ou corromper equipamentos e sistemas - subtraindo dados ou inserindo versões errôneas - através de vários tipos de “vírus” *malware* em variações que se multiplicam a cada oportunidade. No Brasil quase 50 mil ataques foram relatados em 2023 pelo Cert, organismo do domínio.br.

A Guerra Eletrônica, *Electronic Warfare*, é uma forma de operação que visa explorar, enganar ou neutralizar as capacidades eletrônicas do concorrente ou inimigo, bem como proteger as próprias capacidades eletrônicas. Ela engloba uma variedade de atividades voltadas para o controle do espectro eletromagnético, onde as comunicações, sistemas de radar e outros dispositivos eletrônicos desempenham um papel crucial. No âmbito militar existem três principais componentes:



Guerra Eletrônica Ofensiva - *EW Offensive*: envolve a utilização de sinais eletromagnéticos para atacar as capacidades do inimigo. Isso pode incluir a interferência em sistemas de comunicação inimigos, o desvio de mísseis guiados por radar ou o ataque a sistemas de defesa aérea, entre outras táticas.

Guerra Eletrônica Defensiva - *EW Defensive*: consiste em proteger as próprias forças e instalações contra ataques eletrônicos inimigos. Isso pode ser alcançado através do uso de sistemas de contramedidas eletrônicas (ECM), como a detecção e bloqueio de sinais de radar hostis, ou através de técnicas de criptografia para proteger as comunicações.

Guerra Eletrônica de Apoio - *EW Support*: envolve o fornecimento de suporte eletrônico para operações militares, como reconhecimento eletrônico (coleta de informações sobre as capacidades eletrônicas inimigas), aquisição de alvos eletrônicos (identificação de alvos baseados em si-

nais eletrônicos) e guerra eletrônica de defesa aérea (proteção de aeronaves contra ameaças eletrônicas). Essas operações podem ser conduzidas por uma variedade de meios, incluindo aeronaves especializadas, navios, veículos terrestres e sistemas baseados em solo. A guerra eletrônica desempenha um papel cada vez mais importante nos conflitos modernos, à medida que as forças militares buscam ganhar vantagem através do controle do espectro eletromagnético.

Somente portentosos sistemas de contra ataque conseguem deter tais intenções. Grandes empresas do setor aeroespacial e de defesa competem com equipamentos e tecnologias. Lideram o segmento as americanas, chinesas, alemãs, suecas e de várias outras nações.

No mundo civil dos 11 mais importantes sistemas antivírus comerciais no mundo três são norte americanos: Norton, McAfee e Microsoft; dois da tchecos: AVG e Avast; um russo: Kaspersky; um indiano: CA Internet;



um romeno: Bit Defender; um finlandês: F-Secure; um alemão: Avira; e um eslovaco: Eset. Pode-se inferir que a segurança computacional é predominantemente eurocêntrica, ainda que os Estados Unidos da América detenham três dos principais sistemas.

A Guerra Eletrônica também se dá quando o estado impõe regimes de exceção para o acesso à *internet*. Na Rússia alguns aplicativos sofrem interrupções temporárias e outros são bloqueados, tudo sem explicação do seu órgão controlador: *Roskomnadzor*. Cerca de 73% da população da China está conectada à *internet*. Ou seja, 1,3 bilhão de pessoas navegam na rede, segundo dados de 2021 do Banco Mundial. Porém, o que se vê no ambiente digital por lá é diferente do que está disponível no resto do mundo, adentrando na Guerra de Narrativas, que veremos mais adiante. Todas as plataformas populares de rede social e ferramentas de troca de mensagem são proibidas no Irã. Para driblar

essas restrições, as pessoas usam redes privadas virtuais e servidores *proxy*, que também estão na mira do Estado. Já Coreia do Norte e o Turcomenistão bloqueiam tudo. Myanmar - que em 2017 passou pelo episódio de genocídio da minoria Rohingya, acusou o Facebook de ter tido papel significativo na disseminação de ódio e desinformação, e passou a fazer bloqueio.

Há ainda um grande complicador a alarmar todo o planeta, que é a concentração de equipamentos de comunicação espacial - satélites, em mãos exclusivas. A Space X do magnata Elon Musk detém hoje tal primazia, com tamanha capacidade tecnológica, que é capaz de interferir no enfrentamento bélico com um simples gesto de desligar as comunicações, relegando milhões investidos em sofisticados armamentos e sistemas operacionais, em modestos tacapes.

Três novas instâncias delimitam hoje o espaço da inovação militar: a cibernética, a nuclear e a espacial. A guerra se sofisticava



uma velocidade da luz superando gerações de equipamentos e seres humanos que a cada ano se tornam mais e mais obsoletos e desatualizados.

Uma segunda instância da Guerra de Informação é aquilo que denominamos *Mindware* ou Guerra das Narrativas, um fenômeno cada vez mais relevante em um mundo digitalmente conectado, onde a informação pode se espalhar rapidamente e ser amplificada por algoritmos de mídia social, manipulando emoções e abatendo a realidade. Um estudo do MIT de 2018 mostrou que as mentiras se espalham seis vezes mais rápido do que os fatos¹¹.

A Guerra de Narrativas é um conceito que descreve o conflito entre diferentes versões e interpretações da realidade, cada uma buscando promover uma agenda particular ou influenciar a opinião pública. Em vez de serem travadas no campo de batalha físico, essas batalhas acontecem nos campos da mídia, das redes sociais, da política e da cultura.

Essa guerra envolve a criação e disseminação de narrativas, que são histórias ou argumentos que moldam a percepção das pessoas sobre eventos, questões e indivíduos. As partes envolvidas na guerra de narrativas muitas vezes tentam retratar sua própria versão dos eventos como a verdadeira e desacreditar ou deslegitimar as narrativas adversárias. As estratégias usadas na guerra de narrativas incluem:

- Controle da Narrativa: partes envolvidas tentam controlar a forma como um evento é percebido, muitas vezes destacando certos aspectos e minimizando outros.

- Propaganda: uso de informações e meios de comunicação para promover uma agenda específica ou influenciar a opinião pública.

- Desinformação e manipulação: Disseminação de informações falsas ou enganosas - *Fake News* - para confundir ou influenciar as pessoas.

- Construção de falso consenso: Tentativas de criar uma



percepção de que uma determinada narrativa é amplamente aceita, mesmo que não seja verdadeira.

- Exploração de emoções: Muitas vezes, as narrativas são projetadas para provocar emoções específicas nas pessoas, como medo, raiva ou pena e solidariedade.

O grande afloramento das *Fake News* para confundir e influenciar pessoas, notoriamente nos aspectos ideológico partidário é de tamanha monta que a "indústria" de boatos passa a contar com a inteligência artificial que a cada dia ganha maior capacidade operacional.

Com isso surge a *deepfake* que é uma técnica de inteligência artificial - IA que envolve a manipulação de vídeos ou imagens para criar conteúdo falso, geralmente retratando pessoas em situações que nunca ocorreram na realidade. O termo *deepfake* deriva da combinação das palavras *deep learning* - aprendizado profundo e *fake* - falso.

Essa tecnologia utiliza algoritmos de aprendizado profundo, especialmente redes neurais artificiais, para analisar e sintetizar dados, como vídeos e imagens. Ela pode ser usada para substituir o rosto de uma pessoa em um vídeo por outro rosto, alterar expressões faciais, sincronizar os movimentos labiais de uma pessoa com a fala de outra e até mesmo criar vídeos de pessoas que nunca existiram.

Embora a tecnologia de *deepfake* tenha aplicações potencialmente benéficas, como na indústria do entretenimento para dublagens ou efeitos especiais, ela também apresenta sérias preocupações éticas e de segurança. Por exemplo, os *deepfakes* podem ser usados para criar vídeos pornográficos falsos com pessoas reais, difamar indivíduos, disseminar desinformação política, criar falsas evidências de crimes e até mesmo apresentar autoridades civis e militares em pronunciamentos ou determinações que nunca existiram.



Contam as *deepfakes* com o suporte dos algoritmos de aprendizado profundo, especialmente GANs - redes generativas adversariais e CNNs - redes neurais convolucionais, que são a espinha dorsal dessas técnicas, permitindo a geração de conteúdo visual e auditivo falso, muitas vezes indistinguível do real.

As Redes Generativas Adversariais - GANs, consistem em duas redes neurais competindo entre si: o gerador cria imagens falsas - no contexto de *deepfakes*, rostos ou vídeos alterados - e o discriminador tenta distinguir entre as imagens falsas e reais. Com o tempo, o gerador melhora suas habilidades para enganar o discriminador, resultando em *deepfakes* mais realistas.

As Redes Neurais Convolucionais - CNNs, são frequentemente usadas para o processamento de imagens, como identificação facial e reconhecimento de expressões faciais. Elas são usadas em *deepfakes* para mapear e manipular características faciais

entre as imagens de origem e de destino.

Há ainda os Algoritmos de Processamento de Vídeo e Imagem, que são algoritmos de visão computacional e são empregados para alinhar corretamente o rosto da pessoa de origem com a pessoa de destino, ajustar expressões faciais, sincronizar os movimentos labiais e os gestos corporais.

Integra tudo isso o Aprendizado Profundo para Voz, tais *deep learning* além de manipular vídeos também são usados para a síntese de voz. Isso permite que os *deepfakes* não apenas alterem o rosto de uma pessoa em um vídeo, mas também imitem sua voz.

Se a tecnologia, nos traz um ente querido em imagem e voz, permitindo um diálogo perfeito, haja vista que tal ente está dotado de todo o conhecimento humano através da Inteligência Artificial, podemos confirmar a possibilidade, ainda que artificial, da ressurreição e a vida na eternidade.



Retomemos Benoît Royal e o desafio da Guerra da Informação para os novos combatentes, à mercê do controle do grande Olho de Hórus Cibernético, onipresente, tudo vendo, tudo gravando, tudo divulgando. Sob o assédio de todo tipo de organização humanitária e sob o massacre da Opinião Pública. Propõe ele que esse jovem seja um “Cabo Estratégico”: soldado capaz de, simultaneamente, aplicar com eficácia e precisão o poder de combate, conquistar o apoio da população e legitimar o poder central, atuando não apenas como plataformas de combate semiautônomas, mas também como sensores de inteligência e vetores de operações psicológicas¹².

Tal Cabo Estratégico deve deter capacidade técnica-operacional para o combate, provendo o ambiente físico militar; o conhecimento, a compreensão e a habilidade para atuar na área informacional - e aqui questionamos qual soldado não porta hoje um celular? Seu uso é tão

intenso que o jornal The Guardian intitulou a atual Guerra da Ucrânia de “A Primeira Guerra do *Tik-Tok*”.

Mas além de tudo o Cabo Estratégico deve possuir vívido humanismo. Ter o braço forte, mas não perder a mão amiga.

Nenhuma nação, que deseje a liberdade, idealiza forças armadas não operacionais. Todas as nações verdadeiramente livres não concebem forças armadas desumanas. A paz todos querem com fervor, porque a guerra só causa dor. E a compaixão, rara, mas presente em muitas guerras, urge ser universalizada, resgatando a humanidade perdida na miserabilidade do fanatismo e do ódio.

Sim a compaixão na guerra é um conceito profundamente desafiador e, muitas vezes, contraditório. Em um cenário de conflito, onde há violência, hostilidade e sofrimento, a compaixão pode parecer fora de lugar ou até mesmo impraticável. No entanto, é precisamente nessas circunstâncias extremas que a compai-



xão pode desempenhar um papel crucial, por sua capacidade de fazer sentir empatia pelo sofrimento do outro e de mover a ação para aliviar esse sofrimento. Na guerra, isso pode se manifestar de várias maneiras:

- Tratamento humanitário: Mesmo em meio ao conflito, a compaixão pode levar os indivíduos e organizações a fornecerem assistência humanitária aos afetados pela guerra, como distribuição de alimentos, água, abrigo e cuidados médicos.

- Proteção de civis: A compaixão pode motivar soldados e líderes militares a tomarem medidas para minimizar o sofrimento dos civis, como evitar ataques a áreas residenciais, permitir a passagem segura de refugiados e proteger grupos vulneráveis, como mulheres, crianças e idosos.

- Reconciliação e perdão: Após o conflito, a compaixão pode desempenhar um papel importante na promoção da reconciliação e do perdão entre os lados em guerra. Isso envolve

reconhecer e responder ao sofrimento dos outros, buscando compreensão mútua e trabalhando juntos para construir uma paz duradoura.

No entanto, a compaixão na guerra também enfrenta desafios significativos. O contexto de violência extrema e ódio pode tornar difícil para as pessoas manterem sua compaixão e empatia pelos outros. Além disso, a ideia de mostrar compaixão pelos "inimigos" pode ser vista como uma traição pelos próprios camaradas ou comunidade.

Apesar desses desafios, a compaixão na guerra é essencial não apenas para aliviar o sofrimento humano imediato, mas também para promover uma cultura de paz e respeito mútuo. É um lembrete poderoso de nossa humanidade compartilhada, mesmo nas circunstâncias mais difíceis e adversas.

Há vários exemplos de compaixão que emergem ao longo da história em meio ao caos das guerras, tais como:



O Corredor Humanitário de Aleppo na Síria, em 2016, quando um corredor humanitário foi estabelecido para permitir que civis e combatentes rendidos deixassem a cidade sitiada em segurança. Essa iniciativa, embora tenha enfrentado desafios logísticos e políticos, demonstrou um esforço para proteger civis e permitir a passagem segura daqueles que desejavam sair da zona de conflito.

Organizações como Médicos Sem Fronteiras - MSF - têm operado em áreas de guerra há décadas, fornecendo cuidados médicos vitais para os civis afetados pelos conflitos. Os médicos e profissionais de saúde que trabalham nessas zonas muitas vezes arriscam suas próprias vidas para salvar os outros, demonstrando uma compaixão profunda pelo sofrimento humano.

Em muitos conflitos, há histórias de soldados que arriscam suas próprias vidas para proteger civis inocentes. Durante a Segunda Guerra Mundial houve casos de soldados que esconde-

ram e protegeram civis, especialmente judeus, do Holocausto, colocando suas próprias vidas em risco para salvar os outros.

Campanhas de reconciliação pós-conflito. Após o fim de conflitos prolongados, muitas sociedades buscam a reconciliação e a cura através de iniciativas que promovem o perdão e a compreensão mútua. Na África do Sul, a Comissão de Verdade e Reconciliação foi estabelecida após o *apartheid* para permitir que as vítimas e perpetradores compartilhassem suas histórias, buscando cura e perdão.

O Papa João XXIII dizia que "é preciso deixar de lado o que divide e buscar o que une". O Arcebispo Matteo Zuppi, Presidente da Conferência Episcopal Italiana ao falar ao jornal O Globo sobre a "Paz deve ser feita com quem faz a guerra na Ucrânia" acrescenta ser necessário "buscar o que une para solucionar o que divide"¹³.

Os desgastes por que pode passar uma nação com a guerra não são apenas aqueles militares,



porque a maior toxidade deles se concentra nos aspectos econômicos e psicológicos. As perdas econômicas e militares podem ser superadas com o tempo, já a condenação moral pode vir a ser irreversível.

BIBLIOGRAFIA

BÍBLIA SAGRADA. Bíblia Católica: *Antigo e Novo Testamentos*. Tradução: José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

DINIS, José António Henriques. *Guerra da Informação: perspectivas de segurança e competitividade*. Lisboa, Edições Silabo, 2005.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Estado-Maior do Exército. Manual de Campanha C 45-4 Operações Psicológicas. 3ª Edição, 1999.

JULIUS CAESAR. *De Bello Gallico*. Éditions Ebooksfrance. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ph000136.pdf>. Acesso em 17 jun. 2024.

MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY. Media Lab. Cover stories: Visualizing the spread of true and false news on social media. *Science Magazine*. Massachusetts, v. 359, pp. 1094-1146. 9 mar. 2018.

OS 400 anos da Congregação de Propaganda Fide. *Vatican News*, Vaticano, 3 jan. 2022. Disponível em <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2022-01/congregacao-propaganda-fide-400-anos.html>. Acesso em 15 abr. 2024.

ROYAL, Benoît. *A guerra pela opinião pública*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019.

TZU, Sun. *A arte da guerra*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2000.

VISACRO, Alessandro. *A guerra na Era da Informação*. São Paulo: Contexto, 2022.

ZUPPI, Matteo. Entrevista. *O Globo*, Rio de Janeiro, Ano XCIX, n. 33187, p.18, 17 jun. 2024..



NOTAS

¹ BÍBLIA SAGRADA. Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos. Tradução: José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

² Ibid.

³ Ver TZU, Sun. *A arte da guerra*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2000.

⁴ JULIUS CAESAR. *De Bello Gallico*. Éditions Ebooksfrance. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ph000136.pdf>>. Acesso em 17 jun. 2024.

⁵ Ibid.

⁶ OS 400 anos da Congregação de Propaganda Fide. *Vatican News*, Vaticano, 3 jan. 2022. Disponível em <<https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2022-01/congregacao-propaganda-fide-400-anos.html>>. Acesso em 15 abr. 2024.

⁷ ROYAL, Benoît. *A guerra pela opinião pública*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019.

⁸ Ibid.

⁹ DINIS, José António Henriques. *Guer-ra da Informação: perspectivas de segurança e competitividade*. Lisboa, Edições Silabo, 2005.

¹⁰ TZU, op.cit.

¹¹ MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY. Media Lab. Cover stories: Visualizing the spread of true and false news on social media. *Science*

Magazine. Massachusetts, v. 359, pp. 1094-1146. 9 mar. 2018.

¹² ROYAL, op.cit.

¹³ ZUPPI, Matteo. Entrevista. *O Globo*, Rio de Janeiro, Ano XCIX, n. 33187, p.18, 17 jun. 2024.

Guerra: a desumanização do homem¹

Henrique Corrêa Lopes ^a

Resumo: A guerra para Aristóteles estava ligada à política e a organização da sociedade, estando associada às metas políticas, como a educação e a preparação militar dos cidadãos de uma cidade-estado, desta forma, em uma síntese aristotélica, a guerra estava ligada a preservação da *polis* e de seus habitantes, um sistema político e ético, uma forma de equilíbrio entre a paz e a defesa. Esse trabalho tem como base a pesquisa bibliográfica, com a análise dos conceitos de guerra e as consequências políticas, econômicas e sociais. A guerra como descontinuidade da política, o fracasso do ser humano e de ser humano. Desta forma, diversos fatores podem influenciar o surgimento de uma guerra, incluindo causas políticas, disputas territoriais, rivalidades étnicas, interesses econômicos e desigualdades sociais, como consequência, impactam significativamente a vida da população civil, levando à perda de vidas, crises humanitárias entre outras.

Palavras-chave: Humanização, Liberdade, Política.

INTRODUÇÃO

A guerra, ao longo da história da humanidade, emerge como uma manifestação extrema das dinâmicas sociais e políticas. Este fenômeno multifacetado transcende fronteiras geográficas e temporais, apresentando-se como um campo de estudo vasto e complexo. Para compreender a

guerra, é imperativo explorar seus conceitos fundamentais, mergulhando nas camadas que delineiam esse fenômeno singular.

Em sua essência, a guerra é um conflito armado entre entidades, sejam elas nações, grupos étnicos ou coalizões, onde as diferenças irreconciliáveis convergem para a utilização da força

^a Historiador e professor, mestre em Humanidades e Linguagens. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



como meio de resolução.

Os motivos subjacentes à eclosão de uma guerra são tão variados quanto à própria natureza humana, abrangendo desde disputas territoriais e rivalidades étnicas até questões ideológicas e econômicas.

A estratégia é um dos pilares essenciais da guerra, representando a habilidade de planejar e conduzir operações militares. A maestria nesse campo envolve a compreensão da geografia, do terreno e das capacidades inimigas.

Estrategistas buscam ganhar vantagem tática, minimizando perdas e maximizando impacto, muitas vezes adotando abordagens inovadoras e imprevisíveis.

Além disso, a guerra não é apenas uma expressão de conflito físico, mas também psicológico e moral. A propaganda, por exemplo, torna-se uma ferramenta crucial, moldando percepções e influenciando a opinião pública. A guerra moderna transcende os campos de batalha tradicionais, estendendo-se aos domínios ci-

bernético e informativo, onde a desinformação pode ser tão eficaz quanto uma ofensiva militar.

No entanto, a guerra não é isenta de dilemas éticos. Questões relacionadas à justiça, proporção e discriminação tornam-se proeminentes, levantando a necessidade de normas e convenções internacionais para mitigar o sofrimento humano durante os conflitos.

O Direito Internacional Humanitário busca estabelecer limites éticos na conduta das partes envolvidas, delineando princípios que visam proteger não combatentes e minimizar o impacto sobre populações civis.

Em última análise, a guerra é um fenômeno intrincado, onde convergem fatores históricos, políticos, sociais e culturais. Seu estudo demanda uma abordagem holística, considerando não apenas os aspectos militares, mas também as ramificações humanas e éticas.

Ao compreender os conceitos que permeiam a guerra, a sociedade pode aspirar a cons-



truir um futuro onde o diálogo e a diplomacia prevaleçam sobre o conflito armado, almejando a paz como objetivo supremo.

A guerra pode ter diversas motivações, como disputas territoriais, interesses econômicos, rivalidades étnicas ou ideológicas. A guerra é um fenômeno complexo com características que podem ser definidas como um conflito armado entre entidades, que pode variar desde confrontos locais até guerras em larga escala envolvendo nações ou coalizões.

Diversos fatores podem influenciar o surgimento de uma guerra, incluindo causas políticas, disputas territoriais, rivalidades étnicas, interesses econômicos e desigualdades sociais. As consequências de uma guerra são vastas e impactam significativamente a população civil, levando à perda de vidas, deslocamento em massa, destruição de infraestrutura, traumas psicológicos e crises humanitárias.

Conceitos que serão descritos a seguir, não para demons-

trar o lado sombrio e triste da guerra e dos conflitos emergentes nos últimos anos, mas um paralelo entre causa e consequência, onde a perda maior é da população.

DISTINÇÕES: GUERRA, CONFLITO ARMADO E REVOLTA

A guerra, a revolta e o conflito armado são resultantes das questões de política, de poder e conquista, evidenciando posteriormente as consequências voltadas para o local do conflito, como por exemplo às perdas humanas, os deslocamentos populacionais, a fome, as doenças entre outras.

Toda a vida se divide entre o trabalho e o repouso, a guerra e a paz, e todas as nossas ações se dividem em ações necessárias, ações úteis ou ações honestas. Devemos estabelecer entre elas a mesma ordem que entre as partes de nossa alma e seus atos, subordinar a guerra à paz, o



trabalho ao repouso e o necessário ou útil ao honesto².

Embora frequentemente utilizados como sinônimos, os termos guerra, conflito armado e revolta carregam significados distintos, refletindo diferentes manifestações de desacordo, violência e instabilidade.

A guerra é um conceito amplo e abrange conflitos prolongados e sustentados entre entidades, frequentemente nações ou grupos de nações e geralmente, as guerras envolvem a mobilização de recursos militares significativos, estratégias elaboradas e uma série de operações em larga escala.

Segundo Clausewitz³ são quatro os elementos que compõem o clima da guerra: perigo, esforço, incerteza e acaso, destacando-os como elementos perturbadores e das forças psicológicas que atuam em um conflito.

Em alguns casos, ocorre uma guerra irregular, quando se referem a grupos armados que não fazem parte das forças armadas

regulares de um estado ou nação. Esses grupos geralmente operam de forma independente e muitas vezes fora das estruturas e normas tradicionais do sistema militar convencional.

Em termos práticos, guerra irregular é todo conflito conduzido por uma força que não dispõe de organização militar formal e, sobretudo, de legitimidade jurídica institucional. Ou seja, é a guerra travada por uma força não regular⁴.

Um exemplo de guerra irregular são as revoltas, que são uma forma de resistência organizada contra uma autoridade estabelecida, muitas vezes com o objetivo de provocar mudanças políticas, sociais ou econômicas. Ao contrário da guerra, que pode envolver múltiplos atores e ser mais abrangente, uma revolta geralmente é liderada por um grupo interno insatisfeito.

Esse grupo muitas vezes conta com o apoio da população local que pode proporcionar uma



contribuição de nível tático muito grande.

Moradores locais são capazes de dar suporte às forças irregulares no nível tático, viabilizando, direta e indiretamente, o funcionamento dos diferentes sistemas operacionais. Em termos estratégicos, podem, com o seu apoio, prorrogar por tempo indeterminado o término do conflito⁵.

Ainda segundo Visacro⁶ o apoio da população local pode acarretar alguns desafios que colocam em risco a sua integridade física e material, como por exemplo, de reduzir ao máximo os danos colaterais, isto é, a ocorrência de baixas entre civis inocentes e a destruição de seu patrimônio.

Embora possa haver o uso de meios armados em uma revolta, não é necessariamente uma condição prévia. As revoltas podem incluir formas não violentas de resistência, como protestos e desobediência civil.

Outro exemplo seria a guerra civil que é um tipo específico

de conflito armado que ocorre dentro de um país, envolvendo grupos ou facções rivais que são compostos, em sua maioria, por cidadãos do próprio país.

Nesse tipo de conflito, diferentes partes dentro do mesmo Estado estão em oposição, muitas vezes lutando por controle político, territorial, étnico ou ideológico.

As facções envolvidas na guerra civil geralmente têm alguma relação com a população do país em questão. Isso pode incluir grupos étnicos, religiosos, políticos ou outras divisões internas. A luta ocorre principalmente dentro das fronteiras do próprio país, embora as repercussões possam afetar áreas vizinhas.

As causas da guerra civil são frequentemente relacionadas a disputas pelo controle político, diferenças ideológicas ou questões de poder interno. As guerras civis geralmente são prolongadas e complexas, com mudanças frequentes no controle territorial e a participação de múltiplos gru-



pos, e, muitas vezes, resultam em um impacto significativo sobre a população civil, incluindo deslocamento em massa, violações dos direitos humanos e crises humanitárias.

Exemplos notáveis de guerras civis incluem a Guerra Civil Americana (1861-1865) e a Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

A natureza complexa e devastadora desses conflitos torna a resolução das guerras civis um desafio considerável, muitas vezes exigindo esforços diplomáticos, acordos de paz e, em alguns casos, intervenção internacional para buscar soluções duradouras.

A história do mundo poderia ser escrita como uma sequência de guerras entre clãs, tribos, nações e impérios. Inúmeras guerras, registradas ou não, aconteceram nos últimos dez mil anos. Certamente, a paz é uma condição mais normal que a guerra, mas a guerra e a paz estão unidas em sua causa. Assim, um período memorável de paz de-

pende do resultado da guerra anterior e da imposição desse resultado. A paz entre as nações de uma determinada região é geralmente resultado de um acordo baseado na classificação de importância de cada uma delas, o qual é fruto de uma guerra ou de uma ameaça de guerra⁷.

Como exemplo, a Guerra Civil Americana, que ocorreu entre 1861 e 1865, foi um dos eventos mais impactantes na história dos Estados Unidos. Este conflito entre os estados do norte, conhecidos como a União, e os estados do sul, que formaram os Estados Confederados da América, foi motivado por uma série de questões complexas, sendo a principal delas a disputa sobre a escravidão.

Disputa caracterizada pelas diferenças econômicas e sociais entre o norte industrializado, que dependia em grande parte do trabalho assalariado, e o sul agrário e que utilizava o trabalho escravo.



Inicialmente, registrou-se uma tendência de alinhamento entre o Oeste e o Sul, fácil de ser explicada uma vez que a via de desenvolvimento do capitalismo no Sul se apoiava numa oferta elástica de terras, e numa oferta inelástica de trabalho escravo⁸.

A questão da escravidão tornou-se o catalisador que aprofundou as divisões, pois os estados do sul resistiam a qualquer tentativa de abolição ou restrição aos seus direitos de possuir escravos, além da questão da escravidão, divergências políticas e a disputa pelo equilíbrio de poder entre os estados também contribuíram para o desencadeamento do conflito.

A questão da soberania estadual versus poder federal foi um tema central. Os estados do Sul acreditavam na supremacia dos estados individuais sobre o governo federal e temiam que o governo central interferisse em seus direitos.

A eleição de Abraham Lincoln em 1860, um presidente antiescravagista, foi o gatilho

final que levou à secessão dos estados do Sul. Em 1861, o conflito eclodiu com o ataque a Fort Sumter. A Guerra Civil Americana foi marcada por batalhas sangrentas e estratégias militares inovadoras. A introdução de tecnologias como ferrovias, telefones e a utilização de novas táticas de guerra mostrou uma mudança significativa na natureza do conflito.

A Guerra Civil Americana terminou em 1865, com a rendição do general confederado Robert E. Lee. A vitória da União consolidou a preservação da nação, mas as cicatrizes do conflito perduraram por muito tempo. O período de reconstrução que se seguiu trouxe desafios significativos na tentativa de reconciliar os estados do sul com o restante do país e garantir a igualdade para os afro-americanos libertados.

A Guerra Civil Americana foi um ponto crucial na história dos Estados Unidos, moldando profundamente a nação. Além de resolver a questão da escravidão,



ela redefiniu a União, reafirmando a importância da preservação da nação e dos ideais de liberdade e igualdade para todos os americanos.

Os Estados Unidos foram preservados e ao mesmo tempo profundamente transformados pela Guerra Civil. Do ponto de vista político, a Federação fortaleceu-se, o que significou maior peso do governo central nos processos de tomada de decisão, em detrimento do poder dos estados. Em termos jurídicos. Foram aprovadas três novas emendas à Constituição que representam o sepultamento definitivo da herança colonial: pela 13ª Emenda, os negros tornaram-se homens livres. Pela 14ª Emenda, todos os cidadãos do país foram equiparados em direitos e deveres, mesmo que isso pudesse eventualmente contrariar as constituições estaduais. Pela 15ª, foi garantido o direito de voto a todos os cidadãos, sem distinção de raça, cor ou condição social⁹.

O legado desse conflito ressoa até os dias de hoje, lembrando-nos da importância de superar divisões internas em busca de um futuro mais unificado e justo.

do-nos da importância de superar divisões internas em busca de um futuro mais unificado e justo.

Com efeito, até hoje a Guerra de Secessão representa o maior evento da história americana, uma vez que ali foram fincadas as bases daquilo que se tornaria, mais tarde, o Estado mais poderoso da face da Terra¹⁰.

Sobre o conflito armado, o termo refere-se a qualquer situação em que há o uso da força armada entre partes opostas. Pode abranger desde conflitos locais e regionais até conflitos de maior escala que não atingem necessariamente o status de guerra.

Sobre a Guerra Civil Espanhola foi um conflito armado que ocorreu na Espanha entre 1936 e 1939. Foi desencadeada por uma série de eventos políticos, sociais e econômicos que polarizaram a sociedade espanhola da época. Alguns dos principais fatores incluíram a polarização política entre forças de esquerda e de



direita, as tensões sociais resultantes da desigualdade econômica e a instabilidade política que se seguiu à Segunda República Espanhola.

Economicamente a guerra deixou o país em uma situação de extrema indigência. A indústria demoraria muitos anos para recuperar a produtividade da época anterior ao conflito e o campo não produziria alimentos suficientes para atender às necessidades das famélicas cidades. Estradas e caminhos de ferro ficaram impraticáveis em muitos pontos, em razão dos efeitos dos combates, e a gasolina era um bem raro¹¹.

Com o aumento dos gastos públicos durante a guerra, muitas vezes financiado pela emissão de moeda, pode levar à inflação. A degradação do valor da moeda pode impactar negativamente o poder de compra e a estabilidade econômica, ocasionado ainda pela interrupção da produção e do comércio, levando a uma diminuição na atividade econômica.

Comunicam de Barcelona que nos últimos dias tem escasseado vários alimentos, principalmente pão, o que tem causado grande inquietação no seio da população. As autoridades atribuem escassez à influência de fugitivos que aumentam consideravelmente. Como milhares de mulheres estiveram no Palácio da Generalidade pedindo pão para seus filhos, o governo decidiu comprar cereais do estrangeiro para assegurar nas próximas semanas o abastecimento de pão na capital e em toda Catalunha¹².

Os conflitos armados podem ser internacionais, ocorrendo entre diferentes estados, ou internos, envolvendo grupos dentro de um mesmo estado.

Em resumo, enquanto a guerra é um termo abrangente que descreve conflitos em larga escala entre entidades, o conflito armado refere-se ao uso da força armada, podendo ser mais amplo em sua aplicação. A revolta, por sua vez, é uma forma específica de descontentamento social que pode ou não incluir elementos



armados, mas que visa principalmente a contestação do status quo em uma sociedade. Cada termo carrega nuances distintas e é crucial compreender suas diferenças para uma análise precisa de situações de conflito.

A (IN)COMPREENSÃO DA GUERRA

Para Clausewitz¹³, estrategista militar prussiano e teórico da guerra do século XIX, articula seu conceito fundamental de guerra como “a guerra é a continuação da política por outros meios”, essa afirmação é central para a compreensão de seu pensamento, onde ele argumenta que a guerra não é um fenômeno isolado ou desconectado, mas está intrinsecamente ligada à política.

Acreditando que a guerra não é uma atividade autônoma, mas sim um instrumento utilizado pelos Estados para alcançar objetivos políticos específicos e

ênfatizando a natureza dinâmica e imprevisível da guerra.

A guerra pode ser de dois tipos, no sentido de que o seu propósito pode ser derrotar o inimigo - torná-lo politicamente incapaz ou militarmente impotente, forçando-o assim a assinar qualquer tratado de paz que nos agrade, ou meramente ocupar algumas das suas regiões fronteiriças, de modo que possamos anexá-las ou utilizá-las como moeda de troca nas negociações de paz¹⁴.

Desta forma, a guerra é descrita como uma atividade complexa, influenciada por fatores emocionais, intelectuais e sociais. Sua obra influenciou significativamente o pensamento militar e estratégico, e seu conceito de guerra como uma extensão da política continua a ser uma ideia central nos estudos militares e nas relações internacionais.

Uma guerra é um fenômeno complexo que pode ser influenciado por uma variedade de fatores. Entre os elementos princi-



pais que podem desempenhar um papel significativo na eclosão e condução de uma guerra estão as disputas políticas e ideológicas entre nações, grupos étnicos ou facções podem levar a conflitos armados.

Diferenças fundamentais nas crenças, valores e objetivos políticos muitas vezes desempenham um papel crucial, bem como, quando relacionados à posse de territórios podem ser uma causa importante de guerra.

A finalidade da guerra é alcançar um objetivo político, pelo que os objetivos militares decorrem dessa dependência. Além do mais, como a atividade política não termina com o início da guerra, durante a sua conduta as considerações políticas continuam a exercer a sua influência nas operações militares¹⁵.

Fronteiras mal definidas, reivindicações territoriais sobrepostas e disputas por recursos estratégicos são exemplos.

Outro elemento importante são os recursos econômicos, co-

mo petróleo, gás natural, minerais e terras agrícolas, pode desencadear hostilidades. A busca por vantagens econômicas pode contribuir para tensões entre as nações.

Tensões que são ampliadas ao extremo quando estão envolvidas as diferenças étnicas e religiosas muitas vezes desempenham um papel nas guerras, especialmente em regiões onde diferentes grupos coexistem. Conflitos podem surgir de tensões históricas ou de tentativas de dominação de um grupo sobre outro, como o corrido nas duas grandes guerras mundiais.

Dominação relacionada às questões de poder, em busca por influência global e regional, juntamente com a busca por hegemonia, pode levar os estados a se envolverem em confrontos armados para afirmar sua posição no cenário internacional.

Esse mesmo cenário internacional que condena os atos ou ações de um conflito, que monitora as causas humanitárias envolvidas no contexto do conflito,



como a violência étnica, genocídios, violações dos direitos humanos e crises humanitárias podem levar a intervenções militares em nome da proteção de civis ou para conter atrocidades.

Atrocidades que podem ser ainda maiores em um conflito ocasionados pela incapacidade de resolver disputas por meio de meios diplomáticos pode levar a uma escalada do conflito. A falta de diálogo efetivo entre as partes envolvidas pode contribuir para a deterioração das relações e o aumento das hostilidades.

A causa profunda da guerra é a intenção hostil, não o sentimento de hostilidade. A maior parte das vezes, quando há intenção hostil dos dois lados, as paixões e o ódio não tardam a animar os combatentes; contudo, em teoria pode-se conceber uma grande guerra sem ódio¹⁶.

Hostilidades que são ampliadas pelas desigualdades econômicas e sociais podem criar tensões dentro de um país e levar a movimentos de revolta ou

rebelião, resultando em conflitos armados internos e que podem também influenciar nas mudanças e na distribuição de poder entre nações ou grupos podem desencadear a busca por reequilíbrio ou o estabelecimento de uma nova ordem mundial, levando a conflitos armados.

A guerra somente é ganha quando o adversário submete-se à nossa vontade. Para isto, avaliam-se os meios de que ele dispõe, proporcionando-se em consequência o esforço a ser feito. Contudo, a vontade de resistência não pode ser medida. O adversário age do mesmo modo; e, como cada um aumenta a sua pressão para fazer face à vontade hostil do adversário, a competição leva a extremos¹⁷.

É importante notar que esses fatores frequentemente interagem de maneiras complexas, e as guerras geralmente resultam de uma combinação de vários elementos. O entendimento desses fatores é crucial para a análise e a prevenção de conflitos armados.



A guerra é essencialmente uma luta, porque a luta é o único elemento eficaz nas inúmeras atividades geralmente denominadas guerra. A luta, por sua vez, é um teste de forças morais e físicas, por intermédio das últimas¹⁸.

As conseqüências de uma guerra para a população civil são profundas e frequentemente devastadoras. Os impactos abrangem diversos aspectos da vida cotidiana e podem persistir por gerações.

A perda de vidas é a consequência mais direta e trágica da guerra. Civis muitas vezes se tornam vítimas de combates, bombardeios, ataques indiscriminados e outras formas de violência. Pessoas são forçadas a abandonar suas casas e comunidades em busca de segurança, resultando em crises de refugiados e deslocamento interno, bem como, o deslocamento em massa da população.

A atividade militar nunca é dirigida apenas contra uma

força material. Ela visa sempre, simultaneamente, as forças morais que lhe dão vida, e as duas não podem ser separadas. Mas os valores morais só podem ser percebidos pelo olho interior, que é diferente em cada pessoa e, muitas vezes, é diferente na mesma pessoa em momentos diferentes¹⁹.

A infraestrutura civil, incluindo casas, escolas, hospitais, estradas e instalações públicas, pode ser gravemente danificada ou destruída durante os conflitos armados. Isso compromete o funcionamento normal da sociedade. A guerra muitas vezes interrompe o acesso a recursos básicos, como alimentos, água potável e serviços de saúde. A escassez resultante pode levar a crises humanitárias e à propagação de doenças.

Contudo, o conflito pode desestabilizar as estruturas sociais e comunitárias, levando ao colapso da coesão social. Isso pode resultar em divisões étnicas, religiosas ou sociais que persistem por longos períodos, como por



exemplo, pode interromper o sistema educacional, levando à falta de acesso à educação para muitas crianças e jovens. As escolas são frequentemente fechadas, e o ambiente inseguro prejudica o aprendizado.

No âmbito econômico, a economia de uma região afetada pela guerra sofre danos significativos, com a destruição de empresas, perda de empregos e uma diminuição geral da produção econômica.

Mesmo após o fim dos combates, as comunidades continuam a enfrentar desafios significativos na reconstrução e na superação das consequências a longo prazo, incluindo a gestão de munições não detonadas, a reconciliação e a reconstrução social.

Essas consequências ilustram a extensão do sofrimento humano e dos desafios enfrentados pela população civil em áreas afetadas por conflitos armados. Além disso, os impactos da guerra podem criar ciclos intergeracionais de pobreza e trauma, perpetuando os desafios muito

além do período de combate ativo.

A proteção e assistência aos civis em tempos de guerra são preocupações humanitárias fundamentais. Uma guerra pode ter efeitos devastadores sobre a economia de um país, afetando diversos setores e causando impactos em longo prazo, Magnoli²⁰ destaca que as causas estruturais de um conflito bélico ligam-se aos interesses econômicos e políticos subjacentes às relações entre os contendores.

Algumas das consequências econômicas mais comuns incluem a destruição de Infraestrutura, resultando na destruição de infraestruturas cruciais, como estradas, pontes, portos, fábricas e instalações energéticas. A reconstrução dessas estruturas demanda recursos significativos e pode levar anos ou décadas para serem finalizadas.

A perda de capital humano, levando à perda de vidas e à migração de habilidades e talentos, prejudicando a força de trabalho e a produtividade em longo pra-



zo, ocasionando ainda o deslocamento da população, com pessoas fugindo de áreas de conflito, podendo criar uma pressão adicional sobre os recursos e serviços nas regiões para as quais as pessoas se deslocam, segundo Tolstói²¹ para a liberdade humana, a guerra é o mais penoso ato de submissão às leis divinas.

Estes fatores podem ampliar a dívida pública, pois muitos países financiam guerras por meio de empréstimos, aumentando o endividamento, resultando em elevadas dívidas públicas, comprometendo a capacidade do país de investir em desenvolvimento econômico e social, outro fator determinante é a inflação.

Outro fator agravante são os custos com a saúde e a assistência social, uma guerra gera demandas adicionais nos sistemas de saúde e assistência social, os custos associados ao tratamento de feridos, reabilitação e apoio a populações deslocadas podem sobrecarregar os recursos do governo.

A instabilidade decorrente da guerra pode desencorajar investidores estrangeiros, prejudicando o crescimento econômico em longo prazo. A percepção de risco associada ao país pode persistir mesmo após o fim do conflito, principalmente pela desvalorização da moeda, a incerteza econômica e a degradação das condições de mercado podem levar à desvalorização da moeda, afetando negativamente o comércio internacional e as transações financeiras.

Mesmo após o fim dos combates, os custos da reconstrução e reabilitação podem ser substanciais. A recuperação econômica pode ser um processo lento e desafiador.

Essas consequências combinadas podem criar um ciclo de pobreza, dificultando a recuperação econômica e social do país afetado. A reconstrução pós-guerra requer esforços coordenados, assistência internacional e estratégias econômicas cuidadosas para superar os desafios sig-



nificativos que surgem de um conflito armado.

CONCLUSÃO

A guerra tem implicações econômicas profundas, resultando na destruição de recursos, interrupção da produção e comércio, aumento da dívida pública e desvalorização da moeda. Além disso, os custos humanos e econômicos pós-guerra podem persistir por longos períodos, criando desafios importantes para a residência e o desenvolvimento sustentável.

Em uma perspectiva ética, pensadores como Aristóteles ponderavam sobre a natureza da guerra, defendendo sua justiça quando empregados em defesa da comunidade e da preservação da paz. No entanto, a preferência pela paz e a busca por soluções diplomáticas são aspectos destacados em muitas abordagens filosóficas.

A compreensão da guerra requer uma análise holística que

considere não apenas os aspectos militares, mas também os contextos políticos, sociais, econômicos e éticos. Diante dos desafios globais, a busca por meios não violentos de resolução de conflitos, o fortalecimento das instituições internacionais e o compromisso com a justiça e a equidade emergem como elementos fundamentais na promoção da paz e na prevenção de conflitos armados.

BIBLIOGRAFIA

A FOME começa assolar Barcelona. *A Federação*, Porto Alegre, ano LIII, n. 294, 28 dez. 1936. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pas-ta=ano%20193&pesq=&pagfis=80998>. Acesso em: 15 jan. 2024.

ARISTÓTELES. *A política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2024.



ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BARROSO, Luis Fernando Machado. *As relações civis-militares e o controlo do uso da força*. Uma perspectiva Clausewitziana. In: GARCIA, Francisco Proença; LOUSADA, Abílio Pires. *Da história militar e da estratégia: estudos de homenagem ao General Loureiro dos Santos*. Lisboa: Exército Português, 2013. p. 167-180.

BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história do mundo*. 2.ed. São Paulo: Editora Fundamento, 2008.

BUADES, Josep Maria. *A guerra civil espanhola*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. Trad. VALLE, Luiz Carlos Nascimento e Silva do. [s.l.: s.n.], 1984.

MAGNOLI, Demétrio. *História das guerras*. 4.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

MARTIN, André. *Guerra de secessão*. In: MAGNOLI, Demétrio. Org. *História das guerras*. 4.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017. p. 219-251.

TOLSTÓI, León. *Guerra e paz*. Tradução de Gustavo Nonnenberg. 6.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

VISACRO, Alessandro. *Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimento de resistência ao longo da história*. São Paulo: Contexto, 2009.



NOTAS

¹ Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – pós-graduação História da Guerra – Faculdade Fleming.

² ARISTÓTELES. *A política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2024.

³ CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra*. Trad. VALLE, Luiz Carlos Nascimento e Silva do. [s.l.: s.n.], 1984, p. 110.

⁴ VISACRO, Alessandro. *Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimento de resistência ao longo da história*. São Paulo: Contexto, 2009, p.14.

⁵ *Ibid.*, p.238.

⁶ *Ibid.*, p.241.

⁷ BLAINEY, Geoffrey. *Uma breve história do mundo*. 2.ed. São Paulo: Editora Fundamento, 2008, p. 298.

⁸ MARTIN, André. *Guerra de secessão*. In. MAGNOLI, Demétrio. Org. História das guerras. 4.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017, p. 227.

⁹ *Ibid.*, p. 248.

¹⁰ *Ibid.*, p. 220.

¹¹ BUADES, Josep Maria. *A guerra civil espanhola*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2013. *E-book*. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2024, p. 296.

¹² A FOME começa assolar Barcelona. *A Federação*, Porto Alegre, ano LIII, n. 294, 28 dez. 1936. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=80998>. Acesso em: 15 jan. 2024.

¹³ CLAUSEWITZ, op.cit., p. 70.

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ BARROSO, Luis Fernando Machado. *As relações civis-militares e o controlo do uso da força*. Uma perspectiva Clausewitziana. In. GARCIA, Francisco Proença; LOUSADA, Abílio Pires. Da história militar e da estratégia: estudos de homenagem ao General Loureiro dos Santos. Lisboa: Exército Português, 2013, p.180.

¹⁶ ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Trad. Sérgio Bath. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002, p.69.

¹⁷ *Ibid.*, p.70.

¹⁸ CLAUSEWITZ, op.cit., p. 137.

¹⁹ *Ibid.*, p. 150.

²⁰ MAGNOLI, Demétrio. *História das guerras*. 4.ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017, p.26.

²¹ TOLSTÓI, León. *Guerra e paz*. Tradução de Gustavo Nonnenberg. 6.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019, cap. 1.

A hora do rancho: higienismo e alimentação no Exército Brasileiro (1908-1930)

Luciano Bastos Meron Neves ^a

Resumo: Analisando Boletins do Exército, revistas de medicina militar e outros documentos produzidos pela força terrestre, é possível identificar o processo de construção de um padrão alimentar no Exército nas primeiras décadas do século XX. Isso é feito em paralelo com a profissionalização dos quadros militares, em especial com a estruturação dos seus Serviços. Neste mesmo período, a medicina no país tinha como norte as práticas higienistas trazidas da Europa, que buscavam identificar, prevenir e tratar patologias por meio de ações coletivas em conjunto com autoridades civis, normatizando comportamentos e espaços públicos e privados. Assim, este trabalho visa analisar hábitos alimentares dentro do Exército, sob a visão do higienismo, no fornecimento de rações para praças e oficiais.

Palavras-chave: Primeira República; Hábitos Alimentares; Higienismo; Rações.

INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XIX, as teorias higienistas passaram a ter grande influência nas instituições de ensino e pesquisa no Brasil. Museus, Institutos Geográficos e Históricos e, especialmente, faculdades de medicina e de direito se tornaram centros

não só de difusão, mas também de produção de teorias que preconizavam o saneamento das cidades, do comportamento individual e coletivo, além de defender o aperfeiçoamento das “raças”. Era preciso normatizar a vida privada e pública para garantir o progresso da nação.

Essas ideias continuariam a

^a Professor, mestre em História e bacharel em gastronomia.



influenciar a “sociedade pensante” e os homens públicos no início do século XX. Reformas urbanas de grande impacto e órgãos públicos de grande influência implementariam as ideias da higiene. Sendo assim, as instituições militares não ficariam de fora e atuariam dentro desse contexto, contribuindo para o esforço no combate aos fatores de “degradação da raça”. Em casos extremos, seriam usadas para conter o clamor e a revolta popular contra as medidas sanitizadoras, como no caso da Revolta da Vacina, de 1904.

Nossa atenção se volta, então, para o discurso higienista dentro das forças armadas, em especial para a força terrestre. No início do século XX, o Exército Brasileiro tentava implementar uma série de ações para aumentar sua profissionalização e modernização. Uma nova lei de recrutamento, o envio de oficiais para intercâmbio na Europa e a vinda de uma missão militar instrutora foram algumas das principais ações nesse sentido, nas

primeiras décadas desse século. Neste contexto de modernizações, nosso objetivo é estudar como as teorias higienistas abordaram uma questão cotidiana dentro da caserna: a alimentação.

DA HIGIENE PÚBLICA À HIGIENE MILITAR

O higienismo adquire força no Brasil a partir de 1870. Nas últimas décadas do século XIX, o cientificismo se tornou uma moda, um elemento de distinção intelectual nas altas rodas, sendo importado da Europa. Em pouco tempo, essas ideias chegaram aos gabinetes e repartições, se materializando em políticas públicas. Os debates abordavam questões sobre doenças infectocontagiosas, seus tratamentos e prevenções, por exemplo, mas também tomavam um caráter político maior quando tratavam do “problema” da miscigenação. Por muitos anos o higienismo vinculou doenças e comportamentos patológicos às “raças”, o que le-



vou ao estabelecimento de uma hierarquia entre elas e a defesa de ações eugênicas, como a instrução para casamentos “corretos”, quais imigrantes ideias para “limpar as barrigas” e até mesmo a sugestão para a esterilização dos indivíduos considerados nocivos para a saúde coletiva.

Nas grandes cidades a entrada desse ideário cientificista difuso se faz sentir diretamente a partir da adoção de grandes programas de higienização e saneamento. Tratava-se de trazer uma nova racionalidade científica para os abarrotados centros urbanos, implementar projetos de cunho eugênico que pretendiam eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza¹.

Assim se deu, especialmente na capital federal, grandes campanhas de combate a epidemias, como a febre amarela e a varíola. No caso desta última, a implementação de uma campanha de vacinação obrigatória foi o estopim de uma grande revolta popular que provocou mortos, feridos

e centenas de presos, levando o governo a convocar o Exército, a Marinha, a Força Pública e até mesmo o Corpo de Bombeiros para conter a multidão enfurecida. O descaso das autoridades com a questão da moradia popular e as ações de demolições indiscriminadas de cortiços dentro desse discurso higienista – em benefício da especulação imobiliária e do empresariado do setor de transporte público – são apontados como algumas das verdadeiras questões da revolta que se direcionou ao programa de vacinação compulsória do médico Oswaldo Cruz².

Esse saber higienista e suas campanhas sanitárias chegariam às forças armadas por meio dos médicos militares. Os quadros de Saúde eram compostos por médicos, farmacêuticos e veterinários oriundos das mesmas faculdades que formavam os profissionais que produziam e colocavam em prática os saberes higiênicos. Além disso, havia uma literatura especializada, produzida por professores das faculda-



des de medicina. Era o caso da *Gazeta Médica da Bahia*, editada em Salvador, e de *O Brasil Médico*, esta produzida no Rio de Janeiro. Dentre os principais temas abordados nesses periódicos científicos se destacavam a medicina interna, a cirurgia, bibliografias e, especialmente, a higiene pública³. No caso da publicação baiana, este tema ocupava o foco de 36% dos artigos entre os anos de 1870 e 1930. Já na revista do Distrito Federal, no mesmo período, a medicina pública era tema de 39% dos artigos⁴.

Este tipo de publicação, voltada para um crescente público de profissionais da área médica, parece ter sido modelo para revistas similares, mas direcionadas aos corpos de saúde das forças armadas. Os periódicos *Medicina Militar*, *Revista de Medicina e Higiene Militar* e o *Boletim da Sociedade Médico-Cirúrgica Militar*⁵, todos publicados na cidade do Rio de Janeiro, visavam difundir o saber científico da área de saúde, mas voltado para

as especificidades do serviço militar.

Num contexto de reformas e reestruturações, com a república ainda recente, essas revistas buscavam contribuir para o desenvolvimento dos oficiais de Saúde, já que o cenário internacional mostrava uma grande efervescência de descobertas e informações, como atesta Rachel Cardoso:

[...] O avanço no conhecimento médico e características técnicas de sociedades industriais resultaram em uma rápida aplicação destas descobertas na medicina militar. As guerras que se deram nos últimos anos do XIX e primeiros do XX (Guerra dos Boeres, Russo-Japonesa e, principalmente, a 1ª Guerra Mundial), contribuíram para o desenvolvimento da medicina militar e de suas técnicas⁶.

É justamente nessas publicações que encontramos algumas das principais fontes para o estudo ao qual nos propomos. Para tanto, acessamos o acervo do Arquivo Histórico do Exército



(AHEx), no Rio de Janeiro. Contudo o mesmo não dispõe de todos os números dessas revistas, o que nos fez focar mais numa análise qualitativa dos artigos naqueles disponíveis. Além disso, buscando uma maior fundamentação das hipóteses, buscamos também a utilização de outras fontes militares do período em questão. Assim, nos debruçamos sobre alguns relatórios do Ministério da Guerra, Boletins do Exército e Ordens do Dia (todos disponíveis no AHEx) e a revista *A Defesa Nacional*, pertencente ao acervo da Biblioteca Nacional (também localizada no Rio de Janeiro).

ENTRE EPIDEMIAS, O PROBLEMA DA ALIMENTAÇÃO

A revista *Medicina Militar* (RMM) foi editada de 1910 a 1923, quando passou a compor, juntamente com o *Boletim Médico-Cirúrgico Militar* e a *Revista de Química e Farmácia Militar*, a *Revista de Medicina e Higiene*

Militar (RMHM), a qual foi editada entre 1921 e 1931. No período estudado, ou seja, entre as décadas de 1910 e 1920, aproximadamente, o Rio de Janeiro já havia passado por grandes campanhas de vacinação e combate à epidemias, em especial a febre amarela e a varíola, contudo, isso não significava que a cidade gozasse de um bom estado sanitário.

Regularmente, a RMM divulgava boletins com as estatísticas de doenças e outros problemas de saúde que acometiam a população carioca, apresentando os números de óbitos segundo as causas. Além disso, descrevia todas as principais ações promovidas pelos órgãos oficiais no combate aos fatores de riscos, com o intuito de diminuir a morbidade. Os índices epidêmicos do período chamam a atenção: em junho de 1913, dos 1737 falecimentos, 289 foram por tuberculose, afecções do sistema circulatório mataram 243 e os problemas respiratórios 192⁷.



A bibliografia que aborda o higienismo neste período evoca com frequência os alarmantes números sobre a tuberculose, afirmando ser a maior moléstia do final do século XIX e início do XX⁸. Doenças como febre amarela e varíola ainda matavam, mas a incidência havia caído significativamente após as grandes campanhas promovidas por Oswaldo Cruz. Mesmo assim, muitas outras doenças ainda acometiam a população com muitas mortes.

Contudo, nestes mesmos boletins podemos observar que existia outra grande causa de óbitos. Essa documentação faz referência às “afecções do aparelho digestivo”, porém, sem especificar quais seriam. Um grande número de patologias se enquadrariam nessa categoria, como úlceras estomacais e duodenais, hepatite, apendicite, etc. Em junho de 1913, foram 375 óbitos; em julho, 364; agosto, 375; setembro, 315; enquanto com a tuberculose nos mesmos meses foram, respectivamente, 289, 343, 346 e 363 (RMM, 1913)⁹.

Esses dados por si só acabam sendo vagos, porém, se analisarmos a incidência de outras doenças é possível chegar a algumas conclusões. Disenteria e beribéri aparecem, entre os anos de 1868 e 1914, constantemente como causas de óbitos, superando o sarampo, a difteria e a coqueluche somadas¹⁰. A primeira é provocada por infecções do intestino devido a alimentos e água contaminados, e a segunda, por carência de vitamina B1 (tiamina). A partir daí, deduzimos que a população, de maneira geral, se alimentava mal, tanto na variedade quanto na qualidade dos alimentos.

As doenças infectocontagiosas chamavam grande atenção no período e criaram muita comoção, como já foi dito, porém uma parte significativa do alcance dessas patologias parece estar associada alimentação deficitária. Sidney Chalhoub levanta essa questão no caso da tuberculose¹¹.

Quanto aos militares, a tropa era afetada duplamente pelas carências alimentares. Em pri-



meiro lugar, este problema atingia os recrutas, depois, aqueles já engajados. Para compreender melhor isso é necessário observar o recrutamento neste período e as rações fornecidas aos soldados.

SACO VAZIO...

O recrutamento militar era um dos pontos de tensão para o exército nas primeiras décadas do século XX. Num relatório ao presidente Venceslau Brás, em 1917, o Ministro da Guerra, marechal José Caetano de Faria, faz um breve histórico da lei de sorteio militar e de todas as dificuldades para garantir a composição dos quadros das unidades – sendo que a esta foi instituída, pela primeira vez, em 26 de setembro de 1874, mas só começaria a ser executada no ano de 1908, e, com muitas dificuldades, durante o ministério do marechal Hermes da Fonseca¹². Havia, no início do século XX, uma imagem muito negativa do serviço militar

devido às condições do mesmo, como afirma McCann:

A burguesia branca via com horror a vida na caserna e os poderosos proprietários agrícolas não queriam perder seus peões. O recrutamento forçado no século XIX deixara péssimas recordações. Relatórios ministeriais constantemente lamentavam a aversão das pessoas a servir nas fileiras subalternas.

[...] Chamados de “voluntários”, a maioria das praças provinha das fileiras de desempregados. Alguns se alistavam espontaneamente, interessados em comida e teto, mas muitos outros, talvez até a maioria, eram pegos pela polícia em batidas [...] e despachados para os quartéis sob escolta. [...] O analfabetismo era comum e muitos sofriam de malária, parasitas e subnutrição; a disciplina era severíssima, até mesmo brutal¹³.

Hermes da Fonseca se esforçaria para mudar essa visão, mas o quadro geral só se alteraria gradativamente ao longo das três primeiras décadas com uma série de ações reestruturantes no



Exército e com a instituição de medidas punitivas para os que não se apresentassem. Contudo, por mais que o Exército reavaliasse o serviço militar, isso não mudava as condições gerais de vida da população. O analfabetismo, a grande incidência de doenças e a subnutrição fugiam a sua alçada, mas se faziam presentes já no recrutamento.

E a subnutrição afetava diretamente o recrutamento, o que demonstra a revista *A Defesa Nacional* (ADN) logo no seu segundo número. Este periódico era produzido no Rio de Janeiro por um grupo de militares conhecidos como os “jovens turcos”, pois haviam sido enviados a Alemanha para um estágio, assim como oficiais turcos que modernizariam a força do seu país¹⁴. A modernização do Exército e a defesa do sorteio militar constituíam-se em um dos temas recorrentes da revista. Em artigo intitulado “O voluntariado do Exército”, o então 1º tenente Estêvão Leitão de Carvalho apresentava uma análise da impor-

tância do aumento dos efetivos e do processo de seleção dos recrutas, ambos atrelados a implementação de fato do sorteio militar¹⁵.

Carvalho teceria considerações sobre o perfil antropométrico dos recrutas de um batalhão de caçadores da cidade do Rio de Janeiro, que se apresentaram no período de janeiro a outubro do ano de 1913. Fundamentando-se na obra do biólogo e antropólogo francês Jean Louis de Quatrefages, o tenente atenta que, para a média das “raças” quanto à altura, peso e diâmetro torácico considerados superiores, os recrutas brasileiros estão quase no limite do aceitável: “Esse contingente compõem-se, em sua quase totalidade, de homens analfabetos e sem profissão, alguns dentre eles eram vadios criados sem pais, outros apresentam nos organismos raquíticos e depauperados todos os estigmas de uma infância sem pão, passadas à ganidaia”¹⁶. Eram recrutas de procedências variadas, mas predominantemente de estados nordesti-



nos (SE, AL, BA, RN, PE), que entravam para o serviço militar, fugindo especialmente da seca, em busca de alimento e teto. Do total, 20,8% apresentavam quadro de raquitismo agudo, segundo o autor, estando estes com os dados antropométricos completamente comprometidos e inviabilizando o serviço militar. E lamenta que “[...] o tipo do homem robusto e de saúde é hoje excepcional entre os recrutas do Exército”¹⁷.

Contudo, embora chamasse a atenção para os reflexos da subnutrição e vinculasse a qualidade do desempenho da tropa a soldados em pleno gozo de capacidades físicas, o oficial reformista propunha uma solução pragmática para o Exército. Na sua visão, a baixa qualidade dos recrutas seria resolvida com a implementação do sorteio militar, que afastaria das fileiras da força terrestre os indivíduos decrepitos fisicamente. Mesmo assim, no decorrer de outros números se definiria uma postura mais ampla de defesa da melhoria das

condições de vida gerais da população, já que isso tinha reflexos diretos na condição de saúde da tropa.

Outro problema de saúde diretamente ligado à subnutrição que batia nos portões dos quartéis e adentrava já com os recrutados era a tuberculose. Os altos índices apresentados pela sociedade brasileira, de maneira geral no início do século XX, não deixaria de fora os militares. Em 1914, a tuberculose figura como uma das três enfermidades “[...] que mais atacam os nossos soldados [...]”, segundo o relatório do Ministro da Guerra, Gen. de Divisão Vespasiano G. de Albuquerque e Silva¹⁸. Para a historiadora Ana Taisa Falcão, a tuberculose constituiu-se numa das grandes preocupações do Serviço de Saúde do exército neste período, aparecendo com frequência em artigos na Medicina Militar¹⁹.

As péssimas condições de moradia, trabalho e alimentação combinavam-se na população mais carente e aumentavam os índices de morbidade. E isso,



segundo a pesquisadora, se refletia no exército com soldados contaminados com a tísica, provocando os articulistas da *Medicina Militar* a criticarem o quadro geral de saúde da população:

A pobreza excessiva de uma parte considerável da população era apresentada como um dos agravantes para o desenvolvimento e perpetuação da tuberculose na sociedade brasileira. [...] A tuberculose era tratada como “moléstia da miséria”, pois era o fator de morte com maior incidência entre a população pobre e, como isso afetava diretamente os interesses do exército em fortalecer os homens que entrariam na instituição através do recrutamento militar, essa doença apresentava-se como um “mal social”²⁰.

Neste esforço de combate à tuberculose, destaca-se um dos fundadores do periódico, o general médico Ismael da Rocha, que foi um dos criadores da *Liga Brasileira de Combate à Tuberculose*, da qual viria a se tornar seu presidente em 1913²¹. A ação das

campanhas e programas higienistas promoveria a profilaxia da doença e, na sua visão, afastariam “o enfraquecimento nacional”. Entre os principais pontos de ação da Liga no combate à doença — que incluía medidas como identificação do enfermo, o saneamento das moradias e o combate ao alcoolismo — havia a preocupação com a alimentação, pois: “Nutrir-se e ensinar a nutrir, porque não é só a miséria que tuberculisa (sic): o luxo, com a preocupação das linhas da elegância e do gozo, numa vida exaustiva, atrai o gérmen da tísica para o solar do rico”²².

Assim, a tuberculose era um problema reconhecido pelos médicos militares e alvo de campanhas higienistas tanto no tratamento dos soldados enfermos como na conscientização da questão entre suas fileiras. Na profilaxia e mesmo no tratamento da doença, uma das preocupações centrais era garantir uma alimentação adequada.

Ainda no que tange as enfermidades que alcançavam a



caserna, chama-nos a atenção também os casos de beribéri. Esta era uma avitaminose comum entre a população no período, como já foi citado, e que tinha a fama de provocar grande número de mortes na região Norte. Consiste na carência de vitamina B1, levando a fraqueza muscular, dificuldades respiratórias e problemas gastrointestinais, paralisia de membros, podendo evoluir para o óbito. O alcoolismo e a disenteria – dois problemas de saúde frequentes – poderiam afetar o metabolismo da vitamina e desencadear o beribéri também, contudo ambos se relacionam aos hábitos alimentares.

Tanto nos boletins sanitários da *Medicina Militar* quanto nos relatórios do Ministério da Guerra, o beribéri se faz presente. Embora a enfermidade já não atingisse grandes cifras, como as relatadas nos séculos XVIII e XIX, no início do XX ela ainda matava com regularidade²³. Em abril de 1914, o boletim sanitário da *Medicina Militar* registra no Rio de

Janeiro uma morte pela avitaminose; já o Relatório do Ministério da Guerra não especifica o número de óbitos, porém o coloca como uma das doenças com maior incidência entre os soldados, junto com a tuberculose e a sífilis²⁴.

O Exército chegou a dedicar uma instalação, o Sanatório Militar de Lavrinhas, em Piquete, São Paulo, para cuidar de soldados acometidos de tísica e beribéri²⁵. O fato é que ainda existia, naquele momento, uma grande controvérsia sobre as causas da doença e seu diagnóstico, tendo médicos como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas que, colocando em dúvida as epidemias e casos agudos de beribéri, sugeriam que seria uma consequência de outras enfermidades, em especial o paludismo (malária) e a ancilostomíase. Assim, o número de mortes poderia ser subnotificado devido à incerteza de diagnóstico – o que poderia também, no caso inverso, demonstrar os altos índices nos séculos anteriores.



Contudo, os médicos do Exército tinham acesso à literatura e a pesquisadores que apresentavam outra explicação para o beribéri. Em palestra à Sociedade de Patologias Exóticas, do Instituto Pasteur de Paris, em 1910, o pesquisador Émile Marchoux falou sobre suas impressões ao visitar o Hospital Militar do Rio de Janeiro, dirigido então pelo Dr. Ismael Rocha, e examinar beribéricos oriundos de guarnições no vale amazônico. Ele sugere que haveria relação com o consumo de arroz, presente nas rações, podendo estar contaminado. Uma comissão de médicos franceses produziria um relatório sobre o tema, publicado na *Revista de Medicina Militar*, dois anos depois, onde afirmava:

Qualquer que seja a causa, ainda ignorada, do beribéri, parece que a alimentação insuficiente é favorável à eclosão do mal.

Em compensação o regime alimentar mais substancial pode fazer parar o progresso de uma epidemia de beribéri. Desde que se manifeste a epi-

demia de beribéri numa aglomeração, o primeiro cuidado da administração e dos serviços interessados deve ser modificar a nutrição, tornando-a mais substancial e mais variada²⁶.

Assim, o quadro geral que temos tanto na população civil quanto militar era de uma grande vulnerabilidade e incidência de doenças provocadas ou facilitadas pela nutrição insuficiente ou de qualidade sanitária comprometida. Contudo, no caso da população militar nos chama a atenção disso ocorrer, já que o Exército tinha como um dos seus pressupostos básicos o fornecimento de refeições regulares às suas fileiras, tanto de recrutas como de engajados. Além disso, contava com um Serviço de Saúde, instalações e regulamentos que, em teoria, deveriam suprir a nutrição adequada dos seus homens. Contudo, a realidade se dava de outra forma.



A HORA DO RANCHO!

Se podemos associar a grande incidência de doenças a uma má alimentação, é factível pensar que o soldado não era atendido nesse quesito dentro da própria caserna. Isso nos faz investigar o que, quanto e em que condições o militar se alimentava, elementos que serão objeto de investigação. Contudo, não temos no nosso escopo de análise questionar necessariamente a competência nutricional dessas refeições, mas sim como elas se inserem dentro do discurso higienista e como se deu a própria história da alimentação militar nestas décadas. Nossas interpretações se baseiam nos dados produzidos pelas próprias autoridades competentes do período, que circulavam nos periódicos e livros de especialistas, além dos documentos produzidos pelas Organizações Militares (OM).

O Exército nas primeiras décadas do século XX dividia as suas rações em dois grupos: as refeições oferecidas para tropas

em serviço em uma *guarnição* e aquelas para que estavam em atividades de *campanha*. Esta segunda ainda tinha uma subdivisão, chamada *rações de reserva*. O critério de diferenciação se baseia no local de atividades do soldado em serviço e se reflete na composição, quantidade e preparo das mesmas.

Segundo o relatório apresentado pelo capitão médico João M. B. de Aragão ao inspetor da 9ª Região Militar (RM) e baseado nas tabelas de gêneros das unidades dessa RM, a ração diária das praças era composta pelos seguintes alimentos, em 1913, em uma guarnição: arroz (110gr), açúcar (130gr), batata (100gr), Café (100gr), carne seca (350gr), carne fresca (750gr), farinha de mandioca (0,55L), feijão (200gr), pão (320gr), manteiga (20gr), sal (1dl), temperos e verduras (100gr), sobremesa (1 fruta), toucinho (55gr), vinagre (2ct), bacalhau (400gr), azeite (2ct), massa (15gr), carne de porco (225gr), goiabada (100gr), queijo (60gr), vinho virgem (16cl). Al-



gumas unidades tinham ainda em suas tabelas camarão ou ervilha quebrada para sopa (20gr), peixe (350gr) e mate (10gr). Era ainda contabilizado o combustível diário por praça para a produção de suas refeições, sendo 1,5kg de lenha, embora algumas unidades utilizassem a mesma quantidade de carvão – vale aqui registrar que as refeições diárias eram preparadas em fogões a lenha nas cozinhas regimentais, implicando em uma logística própria dos combustíveis, de equipamentos e de preparo diferente das cozinhas a gás que passariam a crescer nas Organizações Militares nos anos 1930-1940. Esses ingredientes eram utilizados para a produção diária de quatro refeições, sendo café da manhã, almoço, jantar e ceia²⁷.

A ideia era que a ração satisfizesse as necessidades do organismo para seu funcionamento adequado e garantisse energia para as atividades militares, adaptando-se as funções do soldado na paz e na guerra, em atividades de maior ou menor in-

tensidade. Aragão, nesse sentido, afirmava que a alimentação deveria “substituir no organismo as perdas experimentadas pela sua manutenção, fornecer-lhe energia necessária quando em trabalho e, também, fazer-lhe uma reserva de forças”²⁸. Catorze anos depois, o oficial médico Murillo de Souza Campos, em uma obra sobre higiene militar, faria coro a esse conceito ao dizer que “[...] a ração diária [deveria ser] bastante para contrabalançar as perdas orgânicas, sem falta, nem excesso [...]”²⁹.

No entanto, havia aqueles que defendiam que a alimentação correta proporcionaria benefícios maiores. Seria um ato que necessitaria de uma grande atenção das pessoas dada a importância para o bom funcionamento dos órgãos e da manutenção do bem-estar geral. E mais, a boa alimentação garantiria “[...] a prosperidade da família e o aperfeiçoamento das constituições e das raças [...]”, diria o dr. Bonifácio da Cunha Figueiredo, então médico do Corpo de Saúde da



Marinha de Guerra³⁰. Assim, alimentar-se promoveria não só a sobrevivência e a saúde, mas o aperfeiçoamento das populações adquirindo uma virtude eugênica para a espécie humana.

Já a ração de campanha era aquela distribuída em manobras, exercícios e missões. Não apresentava a variedade de itens das rações servidas em guarnições, sendo composta de: carne fresca (700gr), bolacha (200gr), farinha de mandioca (250gr), feijão (150gr), arroz (100gr), toucinho ou banha (35gr), açúcar (130gr), café moído (60gr), sal (30gr) e fumo (20 cigarros). O Boletim do Exército nº 61, que a regulamentava, permitia a substituição de alguns dos itens por charque ou conserva (350gr), pão (500gr), legumes ou cereais frescos (250gr) e mate (60gr). Este boletim ainda indicava que o uso de determinados ingredientes, como frutas, alho e cebola, dependeria do que a região ocupada fornecesse. Esta prática de completar a alimentação do soldado com gêneros adquiridos das

áreas dominadas ou pelas quais transitava era uma antiga prática da logística militar.³¹ A ração de reserva era formada por carne conservada (350gr), bolacha (300gr), chocolate ou café (50gr) e açúcar em tabletes (130gr), sendo que cada militar deveria levar duas rações dessas³².

O total diário de alimento não era pequeno para as rações das guarnições, chegando a pouco mais de 2kg, embora que na tabela por OMs apresentada pelo capitão Aragão ocorra variações na quantidade dos itens. Porém, os médicos militares levavam principalmente em consideração a capacidade nutricional das rações. “Albuminoides, gorduras e hidratos de carbono” eram avaliados na composição dessas refeições, além do seu valor calórico associadas ao clima. Nesse sentido, preocupavam-se com o excesso de proteína animal e a pouca quantidade de alimentos energéticos.³³ “ Deste estado [...] podemos concluir que: as tabelas, estudadas sob ponto de vista da higiene alimentar do soldado,



satisfaz plenamente a todas as exigências requeridas por uma boa alimentação”, nos diz Aragão³⁴. O que ele chama de alimentação higiênica está ligado à satisfação da necessidade fisiológica para a atividade militar, ou seja, o trabalho extremo do organismo em condições de combate ou em exercícios com plena carga individual.

Mas, como então justificar a incidência das doenças relacionadas à má alimentação? Em nossa análise, concluímos que há uma combinação de fatores para tanto. Embora os higienistas afirmem que as tabelas supriam as necessidades nutricionais, a efetivação dessas normas alimentares nas unidades nem sempre se realizavam a contento. Inicialmente, é possível perceber uma pequena quantidade de alimentos frescos, especialmente verduras (100gr) e frutas (uma porção), sendo que essas eram fornecidas apenas uma vez ao dia. Isto relaciona-se diretamente à baixa oferta de vitaminas, provocando “[...] as chamadas doen-

ças de carência – escorbuto, beribéri, pelagra, xeroftalmia”³⁵. Sem provocar grandes impactos, segundo o médico Aragão, a tabela oficial determinava o fornecimento de 700gr de carne bovina diariamente ou de 350gr de carne seca (em datas comemorativas poderia ser fornecida carne de porco, 225gr, ou bacalhau, 400gr), embora, na prática, boa parte das unidades fornecessem metade do previsto para ambas as carnes, o que indica que as unidades nem sempre cumpriam a mesma³⁶. Isto se intensificava com as rações de campanha, que possuíam variedade menor de ingredientes.

A legislação estabelecia uma quantidade máxima de alimentos por gêneros às praças, contudo não apresentava uma quantidade mínima a ser servida diariamente. Cabia, então, aos conselhos administrativos de cada unidade determinar a quantidade diária, fundamentando-se no valor da etapa fixada anualmente e dentro dos limites máximos da tabela de rações.



Não há, portanto, uma ração fixa, pois que, todos os anos há a atender ao valor estabelecido para a etapa. [...] Como agravante dessa regulamentação, ainda há a circunstância das economias feitas com a alimentação das praças não se destinarem exclusivamente a melhorá-las, podendo ter aplicação muito diferente³⁷.

Isso permite uma grande margem de reduções no fornecimento das rações, podendo comprometer a qualidade nutricional das mesmas. Além da alimentação preparada nas cozinhas dos quartéis, o Exército fazia uso de outros expedientes na alimentação de seus quadros. Algumas unidades serviam rações fornecidas por empresas privadas, a partir de editais onde se estabeleciam quais alimentos seriam servidos de acordo com as refeições previstas.³⁸ Em outro extremo, algumas praças poderiam receber em espécie o valor de sua etapa para realizar suas refeições fora das OMs (de-

sarranchados), sendo a comida vendida por pequenos comerciantes³⁹.

Juntava-se a essas questões o problema dos quartéis inadequados e da carência de profissionais especializados. Nas primeiras décadas do século XX, um número significativo de unidades estava localizado em fortalezas que datavam ainda do período colonial⁴⁰. A modernização das forças armadas implementada nas décadas de 1910-1920 tentou amenizar esse quadro. Durante a gestão de Pandiá Calógeras no Ministério da Guerra (1919-1922), quarenta e nove instalações militares, incluindo aí novos quartéis, seriam construídas em trinta e seis cidades distintas. Contudo, muitas unidades ainda dependeriam de velhas e inadequadas instalações.

No caso dos quadros que compunham as cozinhas das unidades temos ainda mais um fator nesse conjunto de elementos que formavam a produção de refeições no meio militar. A segurança dos alimentos é a garantia de que



os mesmos não transmitirão patógenos ou provocarão problemas de saúde de variados tipos. Isso é alcançado pela verificação da procedência, do armazenamento, preparo e serviço adequados dos mesmos. Para tanto, é necessário, entre outras coisas, profissionais preparados, assim como instalações e utensílios adequados, além, claro de alimentos em bom estado sanitário. Porém, segundo os médicos higienistas do exército, não havia essa preparação profissional dentro da força.

O que devemos fazer é seguir o exemplo de várias nações, que tem dado a arte culinária uma orientação racional e sem esforçado para que as tropas disponham de bons cozinheiros, a fim de que cesse o abuso de lançar mão de qualquer indivíduo [*ad hoc*, arranjado] para ser transformado em cozinheiro⁴¹.

O capitão Aragão defende que se tenha uma atenção especial na formação do cozinheiro militar, isto seria feito não só

pelos benefícios da boa digestibilidade, mas por darem um “sabor agradável a certos alimentos insípidos” estimulando dessa forma o apetite. O doutor Murillo de Campos teria opinião idêntica. Citaria as experiências dos exércitos inglês e francês, que primariam pela formação de cozinheiros militares, fundamentando a crítica ao Exército Brasileiro.

No exército nacional, os cozinheiros são geralmente civis contratados, tendo como auxiliares praças de *pret*. O sistema das rações preparadas, fornecidas mediante contrato, podem simplificar o serviço de rancho, mas impedem a formação de um bom núcleo de cozinheiros militares para o tempo de guerra⁴².

Ele atentaria ainda para a necessidade de garantir o asseio dos vasilhames, refeitórios, instalações e pessoal ligados ao manuseio e produção das rações. Assim como seu colega, Campos defenderia também a importância de atender ao gosto dos soldados com refeições de aspecto e



paladar agradáveis, o que estaria ligado diretamente a bons cozinheiros.

CONCLUSÕES

O higienismo dentro das forças armadas, em especial no Exército, abordou diversos aspectos da prevenção e tratamento de doenças que acometiam o soldado, incluindo aí as questões alimentares. No caso das rações, a preocupação era garantir ao militar sua plenitude física, em conjunto com outras ações como a educação física, por exemplo. A alimentação adequada viria a corrigir os males que o recruta trazia do mundo civil, fornecendo as substâncias necessárias para um organismo saudável.

Porém, essas ideias encontravam grandes dificuldades em serem efetivadas. Limitações administrativas, estrutura física inadequada nos quartéis e a falta de profissionais especializados são algumas das causas sugeridas para a permanência de índi-

ces significativos de patologias direta ou indiretamente associadas a alimentação no seio da tropa. Era de se esperar que numa *instituição total*, ou seja, aquela que controla diversos aspectos da vida dos indivíduos – trabalho, sono, lazer, alimentação – a ela subordinada, como no caso dos soldados nos quartéis, houvesse a superação de problemas de saúde que afetavam as praças na sua vida progressa⁴³.

Funcionando sob uma nova ótica, o higienismo nas primeiras décadas do século XX acreditava no aperfeiçoamento da raça e não mais num determinismo fatídico, que atingia em cheio um povo miscigenado como o brasileiro. Assim, o Exército, seguindo as orientações higienistas, seria uma ferramenta de aperfeiçoamento do povo: “passando pelas casernas, os indivíduos, qualquer que seja a sua procedência, experimenta a influência benéfica dos exercícios físicos metódicos, da alimentação segundo normas racionais, do asseio corporal obrigatório, da repressão do al-



coolismo e da profilaxia das doenças transmissíveis”⁴⁴. Gabriel Cardoso propõe que a alimentação no discurso higienista teria um papel central, retomando os preceitos hipocráticos e colocando-se entre a patologia e o indivíduo e as ações nesse sentido se dariam num âmbito privado⁴⁵. Contudo, uma vez em uma instituição total, diversos aspectos individuais sugeridos pelo autor – a alimentação, a ginástica, o sexo, o sono, as excreções e as paixões – passam a estar sob controle da mesma, como acontece como as praças num quartel.

Com a progressiva profissionalização e modernização da força, ao longo das décadas de 1910 e 1920 esse quadro geral melhoraria, mas as mudanças mais profundas viriam nos anos de 1930 e 1940, especialmente com a experiência da Força Expedicionária Brasileira.

Os temas relacionados à alimentação no Exército são pouco abordados, figurando como questões secundárias em muitos trabalhos sobre a força. Há uma

abundância de fontes, que permitem um grande espectro de pesquisas. Este artigo tenta ser um incentivo a novos questionamentos sobre os temas relativos à alimentação nas forças armadas.

FONTES

BRASIL. Ministério da Guerra. *Boletins do Exército*. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, 1916.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório 1914*. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, 1914.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório 1917*. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, 1917.

Revista *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, jul. 1913-fev. 1914/ago.-dez. 1915.

Revista *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, out. 1913 a mar. 1920.

BRASIL. *Diário Oficial da União*, 4 jan. 1924.



Revista *Medicina e Higiene Militar*, Rio de Janeiro, jan.-dez. 1924.

BIBLIOGRAFIA

BARRETO, Anibal. *Fortificações do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

CALÓGERAS, João Pandiá. *Problema de administração*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

CAMPOS, Murillo. *Elementos de higiene militar*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora, 1927.

CARDOSO, Gabriel. *Alimentação, higiene e razão de Estado*. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal, 3-6 ago. 2014.

CARDOSO, Rachel. *As revistas de saúde e seu cenário científico no Serviço de Saúde do Exército Brasileiro (1910-1931)*. XVI Encontro Regional de História – ANPUH-Rio, 28 jul./1 ago. 2014.

CHALHOUB, Sidney. *A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

FALCÃO, Ana Taisa da Silva. *A Revista Medicina Militar: práticas eugênicas a 'serviço da Nação' (1910-1923)*. Rio de Janeiro, 2012, 146f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, 2012.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MCCANN, Frank. *Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017



NOTAS

¹ SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 46.

² CHALHOUB, Sidney. *A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

³ *A Gazeta Médica da Bahia* teria uma forte linha editorial no âmbito da medicina legal, tendo como um dos seus grandes nomes Raimundo Nina Rodrigues. Nela, os médicos baianos vinculavam as patologias às características da raça, assim como no caso dos crimes, que eram resultado da degeneração das mesmas e do processo de miscigenação. Já no caso de *O Brasil Médico*, os artigos centravam nas chamadas doenças tropicais. Nomes como o de Carlos Chagas assinavam artigos sobre enfermidades que provocavam grandes epidemias, como a febre amarela e a varíola.

⁴ SCHWARCZ, op.cit., p. 268 e 289.

⁵ No Arquivo Histórico do Exército não há números disponíveis do Boletim da Sociedade Médico-Cirúrgica Militar. Sendo assim, o trabalho focou especialmente nos artigos dos outros dois periódicos que foram disponibilizados.

⁶ CARDOSO, Rachel. *As revistas de saúde e seu cenário científico no Servi-*

ço de Saúde do Exército Brasileiro (1910-1931). XVI Encontro Regional de História – ANPUH-Rio, 28 jul./1 ago. 2014.

⁷ *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 2, pp. 94-95, ago. 1913.

⁸ FALCÃO, Ana Taisa da Silva. *A Revista Medicina Militar: práticas eugênicas a ‘serviço da Nação’ (1910-1923)*. Rio de Janeiro, 2012, 146f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, 2012; CHALHOUB, 2017, op.cit.; e SCHWARCKZ, 2017, op.cit.

⁹ Ver *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 3, pp.142-143, set. 1913; Ano IV, n. 4, pp. 190-191, out. 1913; e Ano IV, n. 5, pp.337-338, nov. 1913.

¹⁰ SCHWARCZ, op.cit., p. 295.

¹¹ CHALHOUB, op.cit., p. 66.

¹² BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório 1917*. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, 1917, p. 5-7.

¹³ MCCANN, Frank. *Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro (1889-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 110-111.

¹⁴ *Ibid.*, p. 216-217.

¹⁵ *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 1, pp. 40-43, nov. 1913.

¹⁶ *Ibid.*, p. 41.

¹⁷ *Ibid.*, p.43.



¹⁸ BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório 1914*. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército, 1914, p.60.

¹⁹ FALCÃO, op.cit.

²⁰ Ibid., p. 119.

²¹ *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 3, p. 135, set. 1913.

²² Ibid., p.139.

²³ *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 8, p. 498, fev. 1914.

²⁴ BRASIL, 1914, op.cit., p. 60.

²⁵ BRASIL, 1917, op.cit., p. 78.

²⁶ *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, Ano VI, n. 8, p. 43, ago. 1915.

²⁷ *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 3, pp. 105-123, set. 1913.

²⁸ Ibid., p. 108.

²⁹ CAMPOS, Murillo. *Elementos de higiene militar*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica Editora, 1927, p. 109.

³⁰ *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 1, p. 14, jul. 1913.

³¹ KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 2002, p.315.

³² BRASIL. Ministério da Guerra. *Boletim do Exército*, n. 61, p. 85-87, 1916. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

³³ *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 1, pp. 14-29, jul. 1913; CAMPOS, op.cit., p. 122-135.

³⁴ *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 3, p. 110, set. 1913.

³⁵ CAMPOS, op.cit., p. 111.

³⁶ *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 3, p. 105, set. 1913.

³⁷ CAMPOS, op.cit., p.114.

³⁸ BRASIL. *Diário Oficial da União*, 4 jan. 1924, p. 297.

³⁹ CALÓGERAS, João Pandiá. *Problema de administração*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 87.

⁴⁰ BARRETO, Anibal. *Fortificações do Brasil*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958.

⁴¹ *Medicina Militar*, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 3, p. 110, set. 1913., p.107.

⁴² CAMPOS, op.cit., p.120.

⁴³ GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva, 2010, p. 17-18.

⁴⁴ CAMPOS, op.cit., p.5.

⁴⁵ CARDOSO, Gabriel. *Alimentação, higiene e razão de Estado*. 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Natal, 3-6 ago. 2014.

O Marquês de Caxias e a reorganização do Exército no Paraguai: o renascimento da Tríplice Aliança

João Rafael Mallorca Natal ^a

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo analisar em que medida a reorganização das forças do Exército Brasileiro, na campanha em território paraguaio, durante os anos de 1866 e 1867, impactou na continuação da campanha da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Inicialmente, será contextualizada a situação política e militar da guerra até a derrota dos aliados diante da Fortaleza de Curupaiti. A seguir, serão tecidas considerações acerca da crise política causada por esta derrota, que levou, na prática, à retirada de Bartolomé Mitre do cargo de comandante-em-chefe das forças militares da Tríplice Aliança. A nomeação de Luís Alves de Lima e Silva, Marquês de Caxias, como novo Comandante-em-Chefe será tratada com especial atenção, assim como as suas medidas de reorganização das forças no terreno. Essa reorganização, realizada pelo próprio Caxias, foi apelidada de “afiação da espada”. No âmbito dessa reorganização, medidas relacionadas com os cuidados de higiene da tropa, como hospitalização, implantação de ambulâncias, e melhorias na alimentação e no abastecimento de água. Foram tomadas, ainda, medidas de cuidado na área de vestuário e na higiene dos acampamentos. Medidas disciplinares também foram tomadas, pois o moral das tropas ficou seriamente abalado após a derrota em Curupaiti. Para aumentar o efetivo no teatro de operações, Caxias instruiu o Marquês de Herval, General Osorio, a organizar, no Rio Grande do Sul, o 3º Corpo de Exército. Além disso, foram adquiridos cavalos e forragem para os animais de mercadores argentinos, já que a cavalaria estava praticamente “a pé”, e a vegetação local não era adequada como forragem para os animais. Por fim, a análise será realizada para inferir o grau de impacto das referidas medidas de saneamento no apoio à missão das forças da Tríplice Aliança, especialmente quando da retomada a ofensiva contra as forças de Solano López.

Palavras-chave: Marquês de Caxias. Reorganização do Exército. Guerra do Paraguai.

^a Coronel de Infantaria da Aeronáutica, mestre em Ciência Política e Relações Internacionais. Associado Titular Emérito do IGHMB.

INTRODUÇÃO

“Afinal, a guerra do Paraguai é comparável à do Vietnã; as dificuldades logísticas, a participação da população e até ações típicas de guerrilha. O notável é que vencemos”.

A citação acima, escrita pelo vice-almirante Armando de Senna Bittencourt, ex-Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha do Brasil, resume as principais questões, para o Brasil, da Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança, o maior conflito armado em número de mortes, na América do Sul. Este conflito envolveu, por um lado, Brasil, Argentina e Uruguai contra o Paraguai, no período entre dezembro de 1864 e março de 1870.

A origem imediata desta guerra pode ser extraída da intervenção do Império Brasileiro na região do Rio da Prata, especialmente no Uruguai, em apoio ao Partido Colorado, simpático ao Brasil, contra os Blancos, que

viam o Império como um ameaça à soberania do seu país.

A intervenção brasileira no Uruguai, para apoiar os Colorados de Venâncio Flores, teve dois objetivos: um deles era evitar que as duas margens do Rio da Prata fossem ocupadas pelos governos atual ou potencialmente hostis ao Brasil, o que poderia dificultar ou mesmo impedir o acesso ao interior do país. A Província de Mato Grosso, naquela época, só podia ser acessada pelas águas dos rios Paraná e Paraguai. Assim, a intervenção do Império provocou a queda do partido governista Blanco, que se alinhou ao Paraguai, cujo presidente, Carlos López, e seu filho, Francisco Solano López, colocavam obstáculos para dificultar a navegação brasileira pela bacia do Prata.

Apesar do acordo assinado em 1856, as autoridades paraguaias continuavam a dificultar, através de regulamentos, a passagem de navios brasileiros com destino a Mato Grosso. Carlos López foi



dominado pela ideia de que, com a navegação livre, o Império fortaleceria militarmente essa província e ameaçaria o seu país.¹

O outro objetivo era apoiar os pecuaristas do Rio Grande do Sul, que possuíam terras nos dois lados da fronteira do Uruguai com a província do Rio Grande do Sul. O governo Blanco queria arrecadar impostos sobre os animais desses pecuaristas “gaúchos” que cruzassem a fronteira, o que encareceria a carne gaúcha, e, dessa forma, deixava de atender aos interesses dos pecuaristas brasileiros².

A intervenção brasileira no Uruguai foi tomada por Solano López como um ato de guerra. Em 11 de novembro de 1864, foi capturado o navio a vapor brasileiro *Marquês de Olinda*, que subia o rio Paraguai, em direção ao Mato Grosso. Também em dezembro, os paraguaios invadem a Província de Mato Grosso, tomando o Forte de Coimbra e a Colônia Militar de Dourados, chegando depois a Corumbá. Em

maio de 1865, devido à invasão de Corrientes, na Argentina, pelos paraguaios, foi assinado em Buenos Aires o Tratado da Tríplice Aliança, no qual Brasil, Argentina e Uruguai uniam-se para lutar contra Solano López.

A primeira fase da guerra continuou com a malsucedida invasão paraguaia do Rio Grande do Sul e terminou com a rendição da força invasora paraguaia em Uruguaiana. A seguir, os paraguaios recuaram em direção a Corrientes. Finalmente, em 16 de abril de 1866, as forças da Tríplice Aliança cruzaram o rio Paraná e desembarcaram em território paraguaio. A partir desse momento, a iniciativa das ações coube quase sempre aos aliados, deixando o Paraguai numa postura estratégica eminentemente defensiva.

No período de setembro de 1866 a julho de 1867, porém, as forças da Tríplice Aliança, embora, em tese, possuíssem a iniciativa e já estivessem dentro do território paraguaio, não adotaram a estratégia ofensiva nas



suas operações. Essa situação de quase inatividade deveu-se, sobretudo, ao “trauma” causado nas forças aliadas, pela derrota na batalha de Curupaiti, e à necessidade, como demonstrou Caxias, quando da sua chegada ao Teatro de Operações (TO), no Paraguai, de reorganizar o Exército Brasileiro em operações, cujas condições eram deploráveis, em relação à saúde, alimentação, vestuário, transporte e equipamentos das tropas.

O objetivo deste estudo, portanto, é analisar em que medida a reorganização das forças do Exército Brasileiro nas operações em território paraguaio, durante os anos de 1866 e 1867, impactaram na continuação da campanha da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

O DESASTRE DE CURUPAITI

Após o desembarque aliado em território paraguaio, era necessária a conquista da posição fortificada de Curupaiti, impor-

tante bastião defensivo paraguaio. Para tanto, o comandante-em-chefe general Mitre, da Argentina, juntamente com o presidente uruguaio Venâncio Flores, e o general Polidoro, comandante do 1º Corpo do Brasil, reuniram-se e desenvolveram um plano de operações. Pelo plano, a captura de Curupaiti seria pré-requisito para a realização de outras operações³.

De acordo com o plano, o 2º Corpo brasileiro, sob o comando do general Porto Alegre, em conjunto com a Marinha do Brasil, na época comandada pelo almirante Tamandaré, executariam o ataque, com a cavalaria aliada, liderada por Flores, fazendo o ataque pelo centro, para assim envolver as posições paraguaias. O 1º Corpo brasileiro de Polidoro permaneceria na reserva, enquanto Mitre, com nove mil soldados argentinos e doze canhões, se deslocaria para Curuzú.

Em 22 de setembro de 1866, Mitre ordenou o ataque a Curupaiti. Após duas horas de bombardeio da posição pela Marinha



do Brasil, os vinte mil soldados aliados iniciam sua progressão em direção ao objetivo. Depois de várias horas, os soldados aliados bateram em retirada, forçando Mitre a usar suas reservas para retomar o ataque. Apesar da bravura dos soldados aliados, o ataque falhou. Cita Doratioto,

Mitre ordenou o ataque sob o alcance dos canhões inimigos e teve que trocar de cavalo devido a um ferimento causado por estilhaços no primeiro animal [...] Em Curupaiti é impressionante – e isso foi destacado pelos espectadores paraguaios do combate – o sangue frio dos soldados aliados que, durante horas, marcharam para preencher o claro de seus companheiros caídos, cômicos de que muito provavelmente também eles morreriam.⁴

O ataque a Curupaiti resultou em uma derrota trágica para os Aliados, com 4.000 soldados brasileiros mortos, e talvez o mesmo número de soldados argentinos e uruguaios. Os paraguaios tiveram apenas 54 mor-

tos. Esta derrota repercutiu entre os países aliados, explicitando a discórdia que existia entre os diferentes comandantes da campanha, especialmente entre o almirante Tamandaré e o general Porto Alegre, por um lado, que não gostavam de Mitre, e pelos generais Polidoro e Venâncio Flores, que apoiavam o comandante-em-chefe, General Mitre.

Mitre escreveu a Rufino de Elizalde que não contava mais com a Esquadra Imperial para nada e que ela viria a reboque dos acontecimentos. A relação entre Tamandaré e o comandante-em-chefe argentino foi irremediavelmente abalada, colocando em risco a própria condução da guerra. Mitre afirmou que “não posso, não quero, nem devo entender-me com o almirante Tamandaré, que considero inadequado em todos os aspectos ao posto que ocupa e inimigo da aliança por motivos pessoais, para cujo sentimento arrasta seu primo Porto Alegre”⁵.

Devido à consternação causada no Brasil com a continuação



da guerra, amplamente explorada pela imprensa, o descontentamento popular com a guerra aumentou. Tornou-se mais difícil o alistamento voluntário; como disse o embaixador de Portugal no Brasil, “ninguém quer ser soldado”⁶.

O governo imperial viu, como solução para acabar com as divergências existentes e unificar o comando das forças brasileiras, nomear o nome de maior prestígio do Exército Brasileiro para o cargo de comandante-em-chefe das Forças Brasileiras no Paraguai: marechal Luís Alves Lima e Silva, o Marquês de Caxias⁷.

CAXIAS: O NOVO COMANDANTE BRASILEIRO

O marechal de Exército Luís Alves de Lima e Silva, então Marquês de Caxias, era o mais prestigiado dos soldados do Exército Brasileiro. Senador do Império pelo Partido Conservador, recebeu o apelido de “o Pacificador”, por seu papel na repressão de

diversas revoltas no Brasil, especialmente aquelas iniciadas no Período Regencial, como a Cabanagem, a Revolução Farroupilha, e ainda, as Revoluções Liberais. Participou também da Guerra da Cisplatina (1825-1828), e das campanhas contra Oribe e Rosas, entre 1851 e 1852. Tamanha era a admiração que os brasileiros tinham por Caxias, que Dionísio Cerqueira, jovem oficial durante a Guerra do Paraguai, escreveu,

Para nós, soldados do seu exército, o Marquês de Caxias não era um homem como os outros. Tamanho prestígio o envolvia que ninguém podia vê-lo senão através de um halo de glória. Quem que não acreditava em sua onipotência? Ao passar com seu uniforme de Marechal de Exército, em posição ereta e elegante, independentemente da idade, todos parecíamos reverentes e cheios de fé. Não foi apenas o respeito devido à sua alta posição; havia uma veneração religiosa e admiração sem limites. Ele poderia transformar seus soldados em quem ele quisesse - de herói a mártir⁸.



Para acabar com a discórdia entre lideranças brasileiras e aliadas, bem como unificar o comando das forças imperiais, o governo brasileiro emitiu o Decreto de 10 de outubro de 1866, nomeando Caxias para o cargo de comandante-em-chefe das Forças Brasileiras no Paraguai⁹. Essa designação foi possível graças ao chefe do Governo do Brasil, Zacarias de Góes e Vasconcelos, que, apesar de pertencer ao Partido Liberal, decidiu que as necessidades do esforço de guerra estavam acima das considerações partidárias. Deve-se levar em conta que esse comando colocou sob as ordens de Caxias não apenas as tropas do Exército Imperial, mas também a Marinha do Brasil no Paraguai, cujo comandante, subordinado a Caxias, deixaria de ser Tamandaré, para ser exercido pelo almirante Joaquim José Ignácio, Marquês de Inhaúma.

Uma situação difícil aguardava Caxias no Paraguai. As forças aliadas, em geral, após a ca-

tástrofe de Curupaiti, encontravam-se desorganizadas e desmoralizadas. Segundo Forjaz, a imagem que havia, do Exército Brasileiro era “obscura”.

O Exército estagnou depois de Curupaiti. A ociosidade levou ao vício e ao relaxamento. As tropas não se moveram: refizeram os seus passos. Prevaleciam o comércio e a prostituição, explorando o dinheiro dos soldados nas horas vagas. Havia tanta falta de peças de uniforme que muitos andavam descalços e seminus. A higiene mal existia. Não havia água tratada. A saúde das tropas era tão precária que os aliados perderam mais de um terço das suas vítimas devido à doença. A cólera dizimou mais do que os projéteis do adversário, e cerca de um terço do pessoal está doente. A cavalaria foi desmantelada. Os cavalos restantes sobreviveram em pastagens pobres em nutrientes. Eles mal tinham feno. O armamento era deficiente e ruim. Isso foi o suficiente para desativar a haste do rifle Minié e deixá-lo morto¹⁰.



OS PRIMEIROS PASSOS E A CRIAÇÃO DO 3º CORPO

Caxias chegou ao acampamento brasileiro em Tuiuti em 18 de novembro de 1866, e no dia seguinte assumiu o cargo de Comandante-em-Chefe das forças brasileiras. Dedicou-se imediatamente à tarefa de “afiar a espada”, ou seja, à reorganização do Exército Brasileiro nas operações, a fim de preparar-se adequadamente para a retomada da ofensiva contra Solano López. Um de seus primeiros passos, ainda no deslocamento do Rio de Janeiro para Tuiuti, foi começar a resolver os graves problemas de saúde, responsáveis por desfalcicar as tropas em aproximadamente um terço do efetivo, incluindo as baixas de combate e doenças. “Só com a chegada de Caxias foram tomados cuidados sérios com internação, ambulância, vestimentas adequadas, higiene alimentar e limpeza no campo”¹¹.

Ele encontrou o Serviço de Saúde do Exército com onze hos-

pitais, dois no Uruguai, dois em Buenos Aires, três em Corrientes, um em Cerrito, um em Itapiru, um em Paso de la Patria e um Tuiuti. Caxias fica impressionado com a quantidade de enfermos e nomeia uma Comissão de Saúde para inspecionar os internados¹².

O trabalho da Comissão de Saúde foi de tal magnitude que, em duas semanas, dois mil falsos pacientes foram declarados aptos para o combate e encaminhados de volta para Tuiuti. Levando em conta que o número total de tropas brasileiras no Paraguai era de cerca de 51 mil homens, verifica-se que os “falsos doentes” representavam quase 4% do total das forças brasileiras operando no Paraguai.

Caxias também racionaliza o número de hospitais, com a fusão dos quatro hospitais de Buenos Aires e do Uruguai em um único em Montevideú.

Sabendo que o efetivo brasileiro seria insuficiente para a continuidade das operações, Caxias nomeou o general Osorio para organizar, no Rio Grande do



Sul, o 3º Corpo, baseado principalmente em unidades de cavalaria. Osorio estava no Sul desde julho de 1866, recuperando-se de uma lesão.

Osorio teve dificuldades para recrutar os seis mil soldados necessários à constituição do 3º Corpo, devido às deserções e à falta de cooperação das lideranças políticas e da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul. Somente após levar suas reclamações ao Ministro da Guerra e consequente substituição do comandante da Guarda Nacional “gaúcha”, Osorio finalmente conseguiu reunir 5.451 homens, a maioria da cavalaria. O 3º Corpo chegou ao território paraguaio entre 13 e 19 de julho de 1867, aumentando assim as forças brasileiras, e outros 14.139 homens também foram enviados ao Teatro de Operações¹³.

REORGANIZAÇÃO DA LOGÍSTICA

Como já mencionado, após derrotarem as forças em Curu-

paiti, os brasileiros não só desanimaram, como ficaram desorganizados. Os problemas logísticos eram de toda ordem, o que fez com que Caxias, ao assumir seu comando, suspendesse as grandes operações e se dedicasse à tarefa de reorganizar as forças, com grande destaque no apoio ao homem. O estado de saúde das tropas era deplorável. Caxias, portanto, estava determinado a melhorar as condições de saúde no campo brasileiro. Como cita Mitchel,

Não há mais medicamentos próprios para as enfermidades que geralmente acometem os homens do norte neste clima frio, e que vêm comer só carne verde. A diarreia abunda, as bexigas (varíola) continuam a fazer muito mal, os médicos para 800 doentes são cinco. O 4º Batalhão de Voluntários conta com mais de 70 doentes aqui, deixou em Santa Catarina 43 e em Montevidéu 112. São menos 225 praças deste Corpo¹⁴.

Conforme citado, muitos soldados brasileiros eram oriun-



dos do Norte e Nordeste do Brasil e, portanto, não estavam acostumados com os rigores do frio que atingia seu auge no interior do Paraguai, ou com a dieta típica dos sulistas, abundante em carne fresca (“carne verde”), com grande quantidade de gordura.

Além da já citada racionalização dos hospitais e da fiscalização sanitária, o Marquês de Caxias ordenou a redistribuição dos médicos do 1º Corpo de Exército para outras organizações. Determinou também a instalação de “ambulâncias”, que eram carroças com suprimentos médicos para os feridos em serviço nos campos de batalha. Uma ambulância central foi instalada em Tuiuti, uma em apoio ao 1º Corpo de Exército e oito em apoio ao 3º Corpo de Exército¹⁵.

Em março de 1867, uma nova doença surgiu nos campos brasileiros: o cólera. Só o 2º Corpo de Exército perdeu mil homens em dez dias.

Uma imagem terrível se abre para o Exército. Em Paso de la

Patria, em Tuiuti, no Cerrito, a cólera fez muitas vítimas. Mas o pior foi em Curuzu. [...] As perdas de 4.000 deixaram uma luz terrível em nossas fileiras. Naquela época, todas as melhores casas serviam de hospital, inclusive a do próprio comandante-em-chefe¹⁶.

Para combater essa epidemia, Caxias aceitou a sugestão do jovem general José Bernardino Bormann, que propôs a construção de quartéis de isolamento nas áreas mais afastadas do acampamento. Dos 96 pacientes recebidos sob os cuidados de Bormann, apenas quatro morreram.

A melhoria do abastecimento para as tropas foi outro elemento logístico que recebeu a atenção de Caxias. A dieta das tropas era muito variável, dependendo do pensamento dos oficiais encarregados das rações. Osorio, por exemplo, por ser gaúcho, dava prioridade à carne fresca em assados, o “churrasco”, com farinha de mandioca. Como já mencionado, essa dieta fazia mal aos soldados do Norte e do



Nordeste, acostumados a comer carne-seca (charque), ou ainda, carne de sol. Mitchel cita as rações da tropa como "um boi para 80 homens; um quintal de farinha para 50 homens; uma garrafa de licor (cachaça) para 12 homens; quatro onças de biscoitos para cada dia; duas onças de sal; duas onças de açúcar, e uma onça de tabaco"¹⁷.

Um quintal de farinha correspondia a 13,8 litros, enquanto uma onça equivalia a 28,88 gramas.

Caxias buscou oferecer uma alimentação mais variada para as tropas, de forma a atender melhor aos hábitos alimentares dos brasileiros. Foi determinado que os soldados recebessem carne-seca, alimento básico das camadas populares da sociedade brasileira, de sul a norte, e que, por não serem facilmente perecíveis, poderiam ser armazenadas e transportadas desde lugares distantes. Da mesma forma, determinou que o feijão, também alimento comum na mesa dos bra-

sileiros, fosse incluído nas rações das tropas¹⁸.

Outro elemento fundamental para a reorganização realizada foi o problema das montarias. "A maior parte da cavalaria estava em pé desde a época de Osório; os animais tinham que comer vegetação inadequada, arrancada dos campos alagados, o que os enfraquecia e os levava à morte"¹⁹. Caxias trabalhou para substituir animais de condução e carga (cavalos e muares) e para adquirir, dos comerciantes argentinos, a alto custo, forragem para os animais, especialmente milho e alfafa.

Um fator que deixou o moral das tropas baixo e que favoreceu a propagação das doenças foi a falta de higiene nos acampamentos, agravada em períodos de altas temperaturas. Isso levou à proliferação de moscas que, além de serem vetores de doenças, também se proliferavam nos alimentos. As moscas estavam presentes na carne, base da refeição, mas também no mingau feitos com farinha mofada, ou



"engasga gato", nos biscoitos e até no vinho comprado pelos soldados²⁰.

As moscas eram tantas que dificilmente alguém conseguiria alcançar sua boca sem uma dúzia delas. A carne que algum cozinheiro clarividente colocava nos laços para "amoxamar" ficava rapidamente coberta de larvas brancas das varejeiras. Lembro-me muito bem de um sujeito que, cansado de lutar contra as moscas e desanimado com a multidão infrene, resolveu machucar no pirão ou no arroz as mais impertinentes e tragá-las²¹.

Mais uma vez, a ação de Caixias trouxe melhorias significativas na higiene. Foi determinado que medidas sanitárias fossem aplicadas nos campos de tal forma que, nas palavras de Dionísio Cerqueira, "entrou tudo nos eixos e era agradável percorrer os nossos arraiais varridos e limpos"²².

MORAL, JUSTIÇA E DISCIPLINA

Com a derrota dos aliados em Curupaiti, houve uma grave deterioração na disciplina das tropas. Portanto, para agilizar a tramitação dos crimes cometidos na campanha, o Conselho de Justiça Militar, sediado no Rio Grande do Sul, foi transferido para o Teatro de Operações. Esse conselho funcionava como primeira e única instância de recurso das sentenças proferidas por órgãos militares, ou seja, em segunda instância, com exceção das penas de morte, que necessariamente tinham de ser aprovadas pelo Imperador.

Além das sanções decretadas pelo Conselho de Guerra, havia os castigos dos "pranchaços" sempre executados por ordem de um oficial general. Consistiam em golpes repetidos no soldado infrator com a lateral (placa) de uma espada sem fio, o que muitas vezes causava a morte dos soldados punidos. Dionísio Cerqueira relata uma situação em que dois militares foram pu-



nidos, um com mil e outro com 1.800 pranchaços. O crime foi agredir um oficial estrangeiro. Ambos foram considerados mortos; sobreviveram, porém, e após dois meses foram reintegrados no Regimento de Cerqueira²³.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: O USO DE BALÕES

Caxias tentou tornar as tropas brasileiras mais eficientes de diversas maneiras. As ações de reconhecimento foram das mais graves deficiências das forças aliadas. O terreno onde foram realizadas as ações militares no Paraguai, com o objetivo de conquistar a importante fortificação de Humaitá, era de difícil transposição, repleto de braços de rios, pântanos, brejos e terrenos alagadiços. Junto a isso, a falta de mapas e cartas da região dificultou ainda mais a progressão das tropas. Ainda segundo Doratioto,

Para a imobilidade aliada também contribuía a dificul-

dade de se penetrar no Paraguai. Este problema decorria não só da valente resistência dos soldados inimigos, mas também porque o território paraguaio era pouco conhecido, inexistindo mapas sobre ele, a ponto da guerra, “desde o começo”, ter sido feita “à apalpadelas”, conforme afirmou Caxias posteriormente.²⁴

As características do terreno no entorno de Humaitá e Curupaiti, plano e sem pontos elevados, e a existência de vegetação que cobria as fortificações inimigas, dificultavam ainda mais a obtenção de informações²⁵. Brasileiros e paraguaios construía torres de madeira, com dez a quinze metros de altura, os “mangrulos”, que eram capazes de proporcionar uma visão limitada das forças e instalações inimigas. Por esse motivo, Caxias toma a iniciativa de solicitar a aquisição de um balão de observação.

Para contextualizar melhor a importância dessa decisão de Caxias, cabe salientar como era o uso militar de balões na época.



Em 1867, ano em que foram utilizados balões no Paraguai, já havia alguma experiência no uso desses equipamentos na guerra. O primeiro emprego militar registrado de balões ocorreu na Batalha de *Fleurus* em 1794, para fins de observação do campo de batalha.

Mais tarde, na Guerra Civil Americana, os balões foram usados em maior escala. Em 1861, o cientista americano Thaddeus S. Lowe foi nomeado Aeronauta-Chefe do recém-criado Corpo de Balões do Exército da União (*U.S. Army Balloon Corps*). Auxiliado pelos irmãos James e Ezra Allen, Lowe usou principalmente dois balões, o *Eagle* e o *Intrepid*, que participaram da Batalha de Bull Run e da Campanha da Península em apoio ao Exército do Potomac, comandado pelo General George McLellan. Em 1863, porém, o *Balloon Corps* deixou de existir, por questões políticas e administrativas.

Conforme mencionado acima, a ausência de mapas ou cartas e topografia dificultou o re-

conhecimento das ações na região das fortalezas paraguaias de Humaitá e Curupaiti. Por isso, o Caxias optou pelo uso de balões, para romper esse impasse.

Para um líder militar que, tal como o Marquês de Caxias, teve de planejar e montar uma grande ofensiva, “a presença de um balão de observação representou um trunfo valioso na busca de informações”²⁶.

O primeiro balão utilizado foi construído no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, sob a direção do aviador francês Louis Desiré Doyan. Ele levou o balão ao Teatro de Operações do Paraguai para utilizá-lo, chegando a Tuiuti em dezembro de 1866. O balão, porém, nunca foi utilizado, pois foi danificado por armazenamento inadequado.²⁷

O Marquês de Caxias demonstrou a importância dada ao uso de balões, em carta ao Ministro da Guerra, datada de 28 de dezembro de 1866:

Corro para frequentar o VE. o balão para reconhecimento



das fortificações inimigas, quando estava quase pronto, e esperava muito que as vantagens teria com este meio ao meu dispor [...] Como reconheço o importante serviço que estas ajudas nos prestariam para o reconhecimento das fortificações inimigas, terras cobertas de florestas e lagoas, longe de observadores colocados em situações completamente planas? ²⁸

Por conta do ocorrido com o balão *Doyen*, o Ministro da Guerra, Marquês de Paranaguá, solicitou ao cônsul do Brasil em Nova York, Henrique Cavalcanti de Albuquerque, que promovesse com urgência a construção de um balão. Cavalcanti entrou em contato com o já citado professor Lowe, ex-Aeronauta-Chefe do Exército dos Estados Unidos. Por meio dele, foram adquiridos dois balões, além de equipamentos para produção de gás hidrogênio. Não lhe foi possível ir pessoalmente ao Teatro de Operações; portanto, ele enviou seus auxiliares da Guerra Civil, os irmãos James e Ezra Allen.

Partiram os irmãos Allen, junto com os balões e o restante dos equipamentos, para Nova York em março de 1867, chegando a Tuiuti em 31 de maio do mesmo ano. Não havia, em Tuiuti, o material necessário para a fabricação do hidrogênio, ou seja, ácido sulfúrico e limalha de ferro, porque esse material não havia sido enviado do Rio de Janeiro. Os irmãos Allen tiveram que aproveitar ácido sulfúrico e sucata deixada em Corrientes, na Argentina, pelo aeronauta francês Doyen. Tendo em conta esses atrasos, a primeira ascensão do balão só pôde ocorrer em 24 de junho de 1867.

Assim que os balões estavam prontos para uso, os irmãos Allen iniciaram suas ascensões. Foram trazidos dois balões dos Estados Unidos: um com doze metros de diâmetro e 37 mil pés cúbicos de volume, e outro com 8,5 metros de diâmetro e 17 mil pés cúbicos. Face às deficiências logísticas, a quantidade de ácido sulfúrico e limalha de ferro foi suficiente para produzir hidrogênio apenas



para o balão menor, que foi utilizado durante a campanha.

O Exército Brasileiro destinou quatro oficiais para exercerem as funções de observadores aéreos. Eram eles o major Francisco Cezar da Silva Amaral, o capitão Conrado Jacob Niemeyer, o capitão Antonio de Sena Madureira e o primeiro-tenente Manuel Peixoto Cursino do Amarante. Estes foram os primeiros militares brasileiros a exercer atividades aeronáuticas.

Sobre as missões realizadas, Lavanère-Wanderley relata que,

Apesar de todos os contratempos, foram vinte subidas com o balão de observação menor, o que foi utilizado; dessas vinte ascensões, doze foram realizadas durante o mês anterior ao início da ofensiva planejada por Caxias, justamente na fase em que o comandante-chefe precisava acionar a busca de informações sobre as atividades e fortificações inimigas, e sobre o terreno a ser percorrido para a “marcha de flanco”.²⁹

A subida final do balão ocorreu em 25 de setembro de 1867, a cinco quilômetros da cidade de Tuyu-Cuê, flanco direito das forças da Tríplice Aliança, nas proximidades da Fortaleza de Humaitá. Após essa missão, o balão perdeu a flutuabilidade, sendo então esvaziado e levado para o acampamento aliado em Tuiuti.³⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todos os fatores citados, fica muito claro que, sem a ação decisiva de Caxias para tornar as tropas brasileiras mais bem preparadas para a retomada das operações, as demais ações do Exército Brasileiro seriam, em grande medida, de sucesso duvidoso ou mesmo totalmente fracassadas. Caxias não só melhorou o preparo das tropas no tocante ao material, mas, mais importante ainda, trouxe nova vida ao Exército, não apenas desorganizado, mas desmotivado, pela derrota em Curupaiti. Caxias foi o “elo” que consolidou o preparo e



a vontade de lutar das forças brasileiras atuantes no Paraguai, e acabou por levar às grandes vitórias de Dezembrada.

BIBLIOGRAFIA

BRAZ, B.B. Os balões de observação na Guerra do Paraguai: considerações historiográficas. *Revista da UNIFA*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 31, pp. 34-46, dez. 2002.

CERQUEIRA, D. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1979.

DORATIOTO, F. *Maldita Guerra: nova história da guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DORATIOTO, F. Caxias na Guerra do Paraguai: Os críticos anos de 1866 e 1867. *DaCultura*, n. 5, a. 3, dez. 2003. Disponível em: <http://www.funceb.org.br/imagens/revista/14_0p7t.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016.

GONÇALVES, L.J.C. *Tática do Exército Brasileiro na Guerra do Paraguai entre 1866 e 1868*. Franca: UNESP, 2009.

LAVANÉRE-WANDERLEY, N.F. *História da Força Aérea Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Gráfica Brasileira, 1975.

MOURA, A.P. A atuação do Corpo de Saúde do Exército na Guerra da Tríplice Aliança. *Navigator*, v. 11, n. 21, pp. 132-144 – 2015..



NOTAS

¹ DORATIOTO, F. *Maldita Guerra*: nova história da guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 33.

² Ibid.

³ Ibid., p. 276.

⁴ Ibid., p. 244.

⁵ Ibid., p. 247.

⁶ Ibid., p. 276.

⁷ DORATIOTO, F. Caxias na Guerra do Paraguai: Os críticos anos de 1866 e 1867. *DaCultura*, n. 5, a. 3, dez. 2003. Disponível em: <http://www.funceb.org.br/images/revista/14_0p7t.pdf>. Acesso em: 29 set. 2016..

⁸ CERQUEIRA, D. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1979. p. 241.

⁹ DORATIOTO, 2003, op.cit.

¹⁰ FORJAZ apud GONÇALVES, 2009, p. 34.

¹¹ DORATIOTO, 2002, op.cit., p. 282.

¹² Ibid.

¹³ Ibid.

¹⁴ MITCHEL apud MOURA, 2015, p. 137.

¹⁵ MOURA, 2015.

¹⁶ JORDÃO apud MOURA, 2015, p. 141.

¹⁷ MITCHEL apud MOURA, 2015, p. 137.

¹⁸ CERQUEIRA, op.cit.

¹⁹ DORATIOTO, 2002, op.cit., p. 281.

²⁰ Ibid.

²¹ CERQUEIRA, op.cit., p. 105.

²² Ibid., p. 176.

²³ Ibid.

²⁴ DORATIOTO, 2002, op.cit., p. 287.

²⁵ LAVANÉRE-WANDERLEY, N.F. *História da Força Aérea Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Gráfica Brasileira, 1975.

²⁶ Ibid., p. 21.

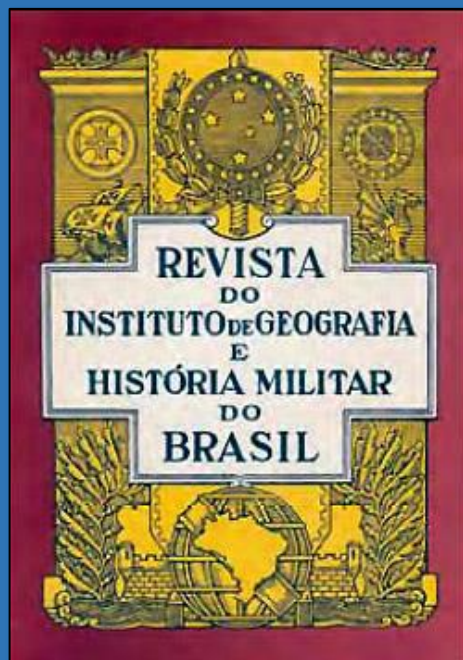
²⁷ Ibid., 1975.

²⁸ Ibid., p. 22.

²⁹ Ibid., p. 24.

³⁰ Ibid.

**REVISTA DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E HISTÓRIA MILITAR
DO BRASIL**



ANO: 83 N° 114 2º SEM. 2024

ISSN: 0020-3890